



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO ACADÊMICO**

GILMARA SILVA DE OLIVEIRA

**ESTE BARULHO TE INCOMODA?! POTÊNCIA POLÍTICA DE
TRAVESTIS NEGRAS EM SALVADOR FRENTE À NEGAÇÃO DE
DIREITOS E AS MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS: ACEITA QUE DÓI
MENOS!**

**SALVADOR
2022**

GILMARA SILVA DE OLIVEIRA

**ESTE BARULHO TE INCOMODA?! POTÊNCIA POLÍTICA DE
TRAVESTIS NEGRAS EM SALVADOR FRENTE À NEGAÇÃO DE
DIREITOS E AS MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS. ACEITA QUE DÓI
MENOS!**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestra em Serviço Social.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Valéria dos Santos Noronha

Salvador
2022

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48 Oliveira, Gilmara Silva de
Este barulho te incomoda?! potência política de travestis negras em Salvador frente à negação de direitos e as múltiplas violências: aceita que dói menos! / Gilmara Silva de Oliveira. – 2022.
166 f.: il.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Valéria dos Santos Noronha
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia, Salvador, 2022.

1. Travestis. 2. Negras. 3. Travestis-entrevistas. 4. Identidade de gênero. I. Noronha, Valéria dos Santos. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia. III. Título.

CDD: 306.76



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
Instituto de Psicologia Social - IPS
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS
MESTRADO ACADÊMICO



TERMO DE APROVAÇÃO

**“ESTE BARULHO TE INCOMODA? POTÊNCIA POLÍTICA DE TRAVESTIS
NEGRAS EM SALVADOR FRENTE À NEGAÇÃO DE DIREITOS E ÀS MÚLTIPLAS
VIOLÊNCIAS: ACEITA QUE DÓI MENOS!”**

Gilmara Silva de Oliveira

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Valéria dos Santos Noronha (Orientadora)
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof.^a Dr.^a Flávia da Silva Clemente
Universidade Federal de Pernambuco -- UFPE

Prof.^a Dr.^a Márcia Santana Tavares
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Salvador, 13 de setembro de 2022.

Dou fé.

Valéria dos Santos Noronha

Prof.^a Dr.^a Valéria dos Santos Noronha

DOS EPISÓDIOS DE RACISMO/MACHISMO NA UNIVERSIDADE

É que a gente quer crescer
E quando cresce não quer ser sofrido
Porque a dureza da vida dói demais
Como quem leva tiros
É o tiro?
Chega de várias formas
Na universidade?
Nem te conto
É naquele silenciamento que tentam te
impor
Você argumenta que tem problemas
E o ego acadêmico do professor
GRITA:
TODO MUNDO TEM!
Daí arrota arrogância por cima da sua dor
Não se trata de vitimismo
É que ao chegar nesse lugar
Você se vê condicionado/a a vestir uma
capa
de status social camuflado de riqueza
Para não contrariar o que está dado

E o quê está dado?
Chegou no mestrado?
Já era!
Se não aguenta, para quê veio?
É o argumento que tenta te vencer
O mundo aqui é dos ricos
Tem que dedicar vida total
Sem importar outro papel social
E só vai importar
Quando um corpo indócil
PERSISTE
RESISTE
Por quem já atravessou e ainda há de
atravessar
a trincheira racista, sexista, LGBTfóbica,
machista!
Que ainda é esse lugar
RESISTIR! não pela imposição alheia
Mas pela luta travada por um outro povo
Que nada tem a ver com esse
Que tenta me calar

(Palavras Navalhas Doçuras autorais dessa escritora dikebrada¹ que vos escreve, Salvador, 2019)

¹ Esta palavra não segue a regra ortográfica lida no Brasil como formal. Aqui faço referência ao que Lélia Gonzalez nos dizia sobre fazer uso da linguagem também como forma de resistência.

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação, também posicionada como denúncia-resistência-reparação, especialmente para todas as corpos que expressam o gênero no feminino, para que os nossos movimentos, dentro e fora deste lugar - a universidade -, ainda hostil com as mulheres negras, trans, cis e as travestis, indígenas, com deficiência, quilombolas, não sejam para ninar a casa grande e sim, DESeducar pedagogias que ferem nosso direito de ocupar, permanecer, abrir e fechar outros ciclos possíveis, a partir do campo educacional, cumprindo assim, uma missão ancestral. Quem quiser e não quiser, aceita que dói menos! porque antes de ser Mestranda a partir do espaço acadêmico eu SOU PORQUE NÓS SOMOS e de onde venho “não levar desaforo para casa” também significa romper silêncios de outras formas. Uma delas é não desistir no caminho e fazer uso dos instrumentos em favor dos nossos interesses sociopolíticos. Dedico para todas as borboletas, que ainda estão, saíram e se libertarão do casulo para alçar seus altos vôos. Sei que metamorfosear é um processo árduo, doloroso, mas a beleza e doçura da renovação e TRANSformAÇÃO são possíveis. “Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro!” Mais uma vez meto o pé na porta porque tenho uma missão de honrar quem me antecede e permanece na luta pelo direito de sermos mais do que tentam - e até conseguem infelizmente -, nos limitar! E como diz a coautora Paulett Furacão: ***“O close é garantido, boneca”!***

APESAR DAS NAVALHAS, EU SOU GRATIDÃO!

“Muita gente me ajudou chegar aqui.
FOI AOS TRANCOS E BARRANCOS QUE EU
CONSEGUI
Minha FAMÍLIA, meus AMIGOS, minha FÉ.
A VOCÊS DEVO TUDO!
Canela russa eu andava por aí
Procurando um anjo bom pra me ouvir
EU JAMAIS ENGOLIR SAPO SEM SORRIR
SUPORTEI ABSURDOS!
Conquistando amizades ganhei CONFIANÇA
Esse público amado me deu ESPERANÇA
Eu sou feliz demais

Quando olho pra trás só consigo sentir
GRATIDÃO!
Pela FORÇA que NÃO ME DEIXOU DESISTIR
Por ter sido escolhida pra essa MISSÃO
Obrigada, meu Deus, por você existir
Sempre me deu a mão
Não há dinheiro que pague
Não posso esquecer
SE EU FUGIR DAS ORIGENS EU PERCO MEU
CHÃO
Obrigada, MEU POVO por fortalecer
Beijos no coração!”
(Música: Gratidão. Xande de Pilares)

Este não é só um espaço para agradecimentos. É também para registrar que graças as mãos que não me soltam, continuo tensionando o tempo de celebrar!

Agradeço a Deus e as vibrações de positividade, proteção e por guiar minha caminhada! Gratidão, especialmente à minha filha Shaira Cristal, que desde bebê me acompanha nas andanças pelo campus universitário de São Lázaro e ao querido esposo Luciano Teles (meu neguinho), pelo acolhimento, por me sustentar financeira e emocionalmente, viabilizando minha permanência na universidade. Obrigada pelo AFRO Amor de sempre, pela força, por não subjugar minhas escolhas, por acreditar que todo movimento que faço no âmbito da educação é sobre com, para e por nós!

Obrigada a toda minha árvore genealógica, minha primeira família, do berço onde nasci, por ser minha referência número um de potência política em todos os âmbitos da vida.

Apesar das necessárias ressalvas que farei mais adiante, agradeço ao PPGSS/UFBA e a todas as mentes pensantes, articuladoras e administrativas que lhe compõe, por acolher minha proposta de projeto epistemologicamente imaturo, mas política e simbolicamente necessário, interseccionalmente amadurecido, ativo e de prontidão para o enfrentamento da transfobia racista no âmbito da produção de conhecimento. Gratidão, especialmente à professora Magali da Silva Almeida, que foi a primeira Coordenadora negra deste Programa de Pós-graduação e com resiliência se manteve firme em sua missão!

Gratidão às co-autoras deste trabalho, todas as corpas negras ousadas, ativas e potentes por compartilhar suas Palavras Navalhas Doçuras que libertam a si, a mim e a quem mais tiver abertura e interesse para DESeducar pedagogias que resultam em violências.

À minha orientadora e parceira, Valéria dos Santos Noronha, minha amora, por termos construído uma relação saudável, sem exploração e inferiorização intelectual, sem aperto de mente no processo de ORientAÇÃO. Gratidão pelas trocas com respeito, solidariedade e afeto. Obrigada pelas diversas vezes que enxugou minhas lágrimas com suas palavras doçuras, mesmo distante fisicamente, mas conectadas em sororidade inter-racial.

Às queridas colegas da primeira turma deste mestrado - somos PIONEIRAS aqui, irmãs na ancestralidade! Diante de todas as navalhas e doçuras que vivenciamos nesse processo, obrigada por todo afeto, carinho e mãos dadas. Dentro dos nossos limites e interesse, para aquelas que se permitiram e entenderam a importância da sororidade e dororidade para além das afinidades, posso afirmar que ninguém soltou a mão de ninguém, mesmo em contexto de distanciamento físico pela pandemia do covid-19 e das sequelas causadas, tanto pela crise sanitária quanto o seu entrelaçamento com as questões pessoais, políticas e ideológicas que vivenciamos. Permito-me fazer um destaque para Thaise Viana e Pâmela Nascimento, por terem sido meu colo, acalanto, pela permanente presença e por ecoar palavras de incentivo e reavivamento. Das tantas vezes que nos consolamos e nos fortalecemos juntas e, em relação a Pâmela, principalmente, pela confiança em disponibilizar o seu cartão de crédito para que eu pudesse adquirir este notebook que agora está sobre minhas pernas, servindo de equipamento necessário para elaboração dessas escritas que você lê. Eu já vivi experiências de ter que digitar trabalho científico em aparelho celular e sei o quanto retarda o trabalho. Esse agradecimento se estende à sua família, especialmente à nossa mainha Solení Rocha.

Na pessoa da Rainha e ativista travesti negra, Keila Simpson, que apesar de não ter disponibilidade para compor essa banca examinadora por questões de força maior, está aqui representada no meu agradecimento por acolher este estudo e por reconhecer a sua importância. É na sua figura que agradeço aos movimentos sociais, ativistas-intelectuais da comunidade LGBTQIA+ que tive a oportunidade de conhecer através de suas vozes, palavras escritas, faladas, performadas, presencial e virtualmente, especialmente homens e mulheres trans e as travestis de Salvador, por todas as provocações que fizeram reposicionar o ser mulher cis negra no mundo, por um movimento cis aliado, com todas as limitações do meu lugar localizado de fala.

Às colegas de profissão e professoras queridas, Flávia da Silva Clemente (UFPE) e Márcia Santana Tavares (UFBA) por todas as ricas e necessárias sugestões teórico-metodológicas nas etapas de qualificação deste estudo e por acolher essa proposta marginal de escrita. O que não foi mantido aqui nada tem a ver com o não acolhimento ou desrespeito às suas sugestões, e sim com a reconstrução de uma autonomia e honestidade intelectual comigo mesma, que vocês também contribuíram para o meu “amadurecimento” enquanto uma bebê pesquisadora, que está engatinhando no universo acadêmico, mas já adulta quando o assunto é escrever o que quero, sem me distanciar do que proponho neste trabalho e com a minha própria forma de tecer saberes e conhecimentos, articulando teorias, poesias e vivências neste espaço onde ainda impera as formas frias de produzir conhecimento. Não me permiti neutralidade e vocês potencializaram essa perspectiva em mim.

Obrigada a todas as pessoas e instituições que conheci nessa travessia e me permitiram, através de encontros e trocas, presenciais e virtuais, atribuir a qualidade e as reelaborações pertinentes a esse estudo.

Obrigada às pessoas hostis que tive o DESprazer de conhecer e conviver na minha trajetória acadêmica. Contraditoriamente ou não, vocês foram importantes para fortalecer a minha missão de não ninar a casa grande e incomodá-los dos seus sonos injustos, a partir das perspectivas interseccionais e decoloniais que aqui se encontram. Recebam como oferenda na encruzilhada epistêmica, porque não sou uma mulher de axé, mas atribuo o axé (poder-saber ancestral) nas minhas escritas e posicionamentos. Aceita que dói menos!

OLIVEIRA, Gilmara Silva de. **ESTE BARULHO TE INCOMODA?! POTÊNCIA POLÍTICA DE TRAVESTIS NEGRAS FRENTE À VIOLAÇÃO DE DIREITOS E AS MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS: ACEITA QUE DÓI MENOS!** Orientadora: Valéria dos Santos Noronha. 2022. N. de páginas: 166. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social) - Instituto de Psicologia Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

RESUMO

Aqui você encontra o pensamento no singular e no plural. Escrevo em articulação com teorias, poesias autorais e vivências individuais/coletivas de travestis negras, residentes em Salvador - Bahia. Reafirmo seus lugares de co-autoras, narradoras de experiências das suas trajetórias de vida . Trata-se de uma conversa entre mulheres negras, trans, cis e as travestis, em um movimento ativista-intelectual em favor da descolonização do saber e conhecimento, via o que chamo de Palavras-Navalhas-Doçuras que Libertam. É um estudo ancorado no Pensamento Social Negro Feminista e Transfeminista das intelectuais Amefricanas Quilombolas Maria Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Thiffany Odara, em uma ciranda teórica-metodológica-política-afetiva-simbólica com outras referências, cujas perspectivas são convergentes. Minha trajetória ativista-intelectual, pessoal e profissional ocupa um lugar social de fala, localizado em uma perspectiva intencionalmente política, situado pelas diferentes intersecções opressoras, determinadas exponencialmente pela raça, gênero e classe, dada a negação e desautorização da dimensão intelectual de pessoas negras, principalmente, de mulheres negras, cortada pelo epistemicídio acadêmico. Referenciar esses lugares é também demarcar meu compromisso ético, político, profissional e simbólico no contexto da luta contra a transfobia racista que afeta mulheres negras trans, as travestis e cis, de formas que se aproximam e se distanciam, considerando as nossas especificidades. Deste lugar conheço, reconheço e problematizo a cisgeneridade enquanto estrutura que materializa a lógica da necropolítica nas vidas de pessoas não cis, com o direcionamento de DESeducar e desobedecer pedagogias que impedem a construção de espaços que sejam para todas as pessoas, alinhado com o legado político e pedagógico de movimentos individuais e coletivos, protagonizados por mulheres negras trans e cis brasileiras. A caminhada metodológica passa pelo levantamento e estudo bibliográfico, sistematização de quadro teórico organizado por capítulos e eixos atravessados pela perspectiva interseccional, articulados com a entrevista semi-estruturada virtual com as co-autoras. Os conceitos político-cultural-ideológico de Amefricanidade, Quilombo e Travestilizando a educação localizam-se aqui enquanto ferramentas epistemológicas e metodológicas para compreensão do caráter político e pedagógico da potência de travestis negras. A organização das referências conta com a prática de inventariar, sendo um estudo que pretende evidenciar, valorizar e potencializar as lutas protagonizadas por travestis negras contemporâneas, demonstrando que, embora sejam alvos de violências e negação de direitos fundamentais, empreendem (R)existências a partir do seu próprio corpo-território e incidir politicamente no âmbito das políticas públicas e das relações sociais cotidianas configuram-se como propósitos que são individuais e coletivos, na direção da garantia de seus direitos e reconhecimento da sua condição de humanidade.

Palavras-Chave: Travestis Negras; Cisgeneridade; Potência Travesti; Narrativas dissidentes; Palavras-Navalhas-Doçuras.

OLIVEIRA, Gilmara Silva de. THIS NOISE DOES IT HURT?! POLITICAL POWER OF BLACK TRANSVESTITES FACING THE VIOLATION OF RIGHTS AND MULTIPLE VIOLENCE: ACCEPT THAT IT HURTS LESS! Advisor: Valéria dos Santos Noronha. 2022. Number of pages: 166. Dissertation (Academic Master's Degree in Social Service) - Institute of Social Psychology, Federal University of Bahia, Salvador, 2022.

ABSTRACT

Here you will find thinking in the singular and plural. I write in articulation with theories, authorial poetry and individual/collective experiences of black transvestites, living in Salvador - Bahia. I reaffirm their places as co-authors, narrators of experiences of their life trajectories. This is a conversation among black, trans, cis, and transvestite women, in an activist-intellectual movement in favor of decolonization of knowledge, via what I call Words - Razor-Sweetness that Sets Free. It is a study anchored in Black Feminist and Transfeminist Social Thought of the Quilombola Amefrican intellectuals Maria Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez and Thiffany Odara, in a theoretical-methodological-political-affective-symbolic ciranda with other references, whose perspectives are convergent. My activist-intellectual, personal, and professional trajectory occupies a social place of speech, located in an intentionally political perspective, situated by the different oppressive intersections, exponentially determined by race, gender, and class, given the denial and disallowance of the intellectual dimension of black people, mainly, black women, cut by academic epistemicide. To reference these places is also to demarcate my ethical, political, professional, and symbolic commitment in the context of the struggle against racist transphobia that affects black trans women, the transvestites, and cis women, in ways that approach and distance themselves, considering our specificities. From this place I know, recognize, and problematize cisgenerity as a structure that materializes the logic of necropolitics in the lives of non-cis people, with the direction of DEeducating and disobey pedagogies that prevent the construction of spaces that are for all people, aligned with the political and pedagogical legacy of individual and collective movements, led by black trans and cis Brazilian women. The methodological path goes through a survey and bibliographical study, systematization of the theoretical framework organized by chapters and axes crossed by the intersectional perspective, articulated with semi-structured virtual interviews with the co-authors. The political-cultural-ideological concepts of Amefricanity, Quilombo and Travestilizing education are located here as epistemological and methodological tools to understand the political and pedagogical character of the potency of black transvestites. The organization of references relies on the practice of inventorying, being a study that aims to highlight, enhance and strengthen the struggles led by contemporary black transvestites, showing that although they are targets of violence and denial of fundamental rights, they undertake (R)existences from their own body-territory and to politically influence public policies and daily social relations are configured as purposes that are individual and collective, towards the guarantee of their rights and recognition of their condition of humanity.

Key-words: Black Transvestites; Cisgenerism; Transvestite Potency; Dissident Narratives; Words-Needles-Sweetness.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1	Eu, pesquisadora negra cisgênera.....	50
Gráfico 1	Ranking de segregação das capitais brasileiras.....	57
Figura 1	Documentário Película Colorida.....	58
Figura 2	Entrevista: “E se seu filho se assumisse cisgênero?”.....	68
Figura 3	Poesia autoral.....	73
Imagem 2	Eu, em saudação às co-autoras.....	89
Imagem 3	Co Autora Joana Phillipe.....	90
Imagem 4	Co Autora Paulett Furacão.....	92
Figura 4	Diversidade de gêneros e sexualidade.....	99
Imagem 5	Ato simbólico de ativistas trans após decisão do STF.....	109
Imagem 6	Card de divulgação Evento Diversidade é para se viver.....	119
Imagem 7	Card confirmação: 3ª MARCHA TRANS DA BAHIA.....	121
Imagem 8	Clipe “Povoada”. Cantora Sued Nunes.....	47
Quadro Teórico 1	47
Figura 5	Rede Social Profissional.....	132
Figura 6	Canal do YouTube profissional.....	133
Figura 7	Publicação.....	133
Figura 8	Artigo relacionado.....	134
Figura 9	E-book X CINABEH - Vol 01.....	134
Figura 10	Anais V Seminário Internacional Desfazendo Gênero.....	135

LISTA DE SIGLAS

ALBA	Assembleia Legislativa da Bahia
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
ATRAS	Associação de Travestis de Salvador
ATS LGBT	Área Técnica de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêros
CEE	Conselho Estadual de Educação
CPDD	Centro de Promoção e Defesa dos Direitos
ESESP	Escola de Serviço Público do Espírito Santo
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
GEPEC	Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada
LGBTQIA+	Lésbica, Gay, Bissexual, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
SJDHDS	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
SJCDH	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direito Humanos
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRANS	Transexuais, Transgêneros
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNALGBT	União Nacional LGBT

SUMÁRIO

1. ATRAVESSAMENTOS DO RACISMO E SEXISMO JÁ NA ENTRADA: Escancarando os caminhos com um relato de experiência nada particular.....	13
1.1 Algumas considerações sobre aquele pesadelo.....	20
1.2 Vivenciando a lógica do pesadelo: “Rapadura é doce, mas não é mole não!”.....	22
1.3 É caminhando que se faz o caminhar: abordagem teórico-metodológicas.....	33
2. CISGENERIDADE EM QUESTÃO! Eu, mulher cis? O que é isso? A pesquisadora negra cisgênera pede licença para falar numa boa.....	50
2.1 Quando conheci e reconheci a cisgeneridade como identidade de gênero opressora.....	56
2.2 O currículo oculto da ciscolonialidade na formação acadêmica.....	70
3.PENSAMENTO NEGRO TRANSFEMINISTA: LUTAS E RESISTÊNCIAS NA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL.....	73
3.1 O babado aqui é forte! Amefricanas Aquilombadas para TRANSformar: Olhares interseccionais sobre a perspectiva de potência política.....	75
4. ENTRE NAVALHAS E DOÇURAS, LUTAR CONTRA A TRANSFOBIA RACISTA É PRECISO! POTÊNCIA POLÍTICA DE TRAVESTIS NEGRAS EM SALVADOR/BAHIA: ACEITA QUE DÓI MENOS!.....	89
4.1 Quem são as co-autoras?.....	90
4.2 Trocando Palavras Navalhas Doçuras que libertam com as co-autoras.....	93
5. A PESQUISA DE CAMPO E SEUS ATRAVESSAMENTOS CORTANTES E DOCES.....	122
5.1 O processo de ORientação: relação inter-racial, escuta, afetos e reflexões necessárias.....	122
5.2 Caminhos abertos: desdobramentos, oportunidades e alcances....	130
6. CONSIDERAÇÕES DELIBERADAMENTE INCONCLUSAS.....	135
7. REFERÊNCIAS.....	138
8. APÊNDICE.....	144
9.Anexo Modelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	160

1. ATRAVESSAMENTOS DO RACISMO E SEXISMO JÁ NA ENTRADA: Escancarando os caminhos com um relato de experiência nada particular

Transgredindo a “norma” de escrever em terceira pessoa, faço uma escolha teórica e política de assumir o próprio lugar de fala para compartilhar um relato de experiência, qual entendo não ser particular nem exclusividade da minha vivência enquanto mulher negra, nascida e criada em periferias da Bahia, em condições de insuficiência financeira, parte de uma estrutura familiar negligenciada do direito a estudar em função da obrigatoriedade primeira e, por vezes, exclusiva de trabalhar desde criança para não passar fome.

Aqui você vai me ler falando no singular e no plural, porque tenho aprendido que eu não sou mulher, sou mulheres que carrego em minha história tantas outras histórias de outras mulheres e homens que têm sido âncoras no meu processo de formação pessoal e profissional, sendo as mulheres e os homens da minha casa as primeiras referências de luta, ousadia e resiliência, diante das batalhas materiais que por longos anos se materializam em obstáculos, para que elas e eles não pudessem ocupar, por exemplo, este espaço de onde converso com você hoje: a universidade.

Para enegrecer as conversas que naturalizam o não lugar da mulher negra, predominantemente caminho sob a ótica do Pensamento Social do Feminismo Negro elaborado por Lélia Gonzalez (1984) e bell hooks (1995), demonstrando que mesmo em realidades distintas, o racismo e sexismo, em particular, impactam corpos e mentes de mulheres negras em detrimento da supremacia patriarcal branca, mas que, ainda que em passos não tão acelerados como esses sistemas de opressão, seguimos na luta pela valorização simbólica e material da nossa intelectualidade.

Neste relato de experiência, nada particular ou exclusivo, chamo Lélia Gonzalez para evidenciar o racismo e sexismo na realidade brasileira e bell hooks, que também deixou legados relevantes sobre o que é ser mulher intelectual negra no contexto norte-americano. Apesar da leitura de realidades distintas, ambas são importantes referências para a compreensão política e simbólica de que ser uma mulher negra implica ser corpo e memória e

nos possibilita analisar o não-lugar que será aqui tratado como historicamente sustentado pelas imposições da supremacia patriarcal branca.

Orientada por uma escolha teórica e política, trago nesse espaço questões que dialogam com experiências históricas de outras mulheres negras, militantes dentro e fora da universidade, quais tive o prazer de conhecê-las, seja através dos seus escritos, seja pessoalmente, que em seu cotidiano (nas ruas, no âmbito familiar e outras relações sociais) vem travando lutas em busca dos direitos políticos, sociais e civis da população negra, em particular, das mulheres negras, e no âmbito do ensino superior reafirmam o ativismo teórico nas suas produções de conhecimento e pesquisas científicas.

Utilizo duas dimensões fundamentais para tecer o relato: a primeira é a da minha própria existência nesse corpo-território (IM) perfeito e atravessado de marcas sociorraciais que demandam ser reafirmadas constantemente, em uma perspectiva de valorização e reconhecimento da minha humanidade e do meu direito de ocupar os espaços que quiser.

A segunda dimensão está no incômodo de continuar reproduzindo os modelos ofertados pelo esforço de investigação das ciências sociais, que se utiliza geralmente da terceira pessoa e terceiriza a legitimidade de tratar de assuntos particularmente ligados ao cotidiano de mulheres negras. E aqui já começo a conversar mais com Lélia Gonzalez, porque é interessante perceber que seu escrito em 1984 é ainda tão vivo e orgânico nos dias atuais. Mais de 30 anos se passaram e ainda me deparo com exigências acadêmicas fechadas para outras abordagens da linguagem (GONZALEZ, 1984 apud MILLER, 1976) quando se trata de produção de conhecimento elaborada por pessoas negras, especialmente as mulheres.

Ouso dizer que assim como Lélia Gonzalez, assumo o risco da própria fala, para me garantir o direito do não silenciamento. É, portanto, uma forma de ecoar a voz tranquilamente reconhecida como não original nem inédita (dado os registros históricos que me antecederam), mas que dialoga com outras vozes às quais me sinto verdadeiramente representada, do ponto de vista teórico, simbólico e político.

Estas considerações iniciais com algumas alterações foram apresentadas em formato de

artigo como produto da disciplina obrigatória intitulada “Capitalismo e Diversidade Humana”, por ter sido uma matéria que somando com outras experiências, para além da universidade, foi uma oportunidade de formação política capaz de fervilhar meu pensamento, contribuindo para um mergulho mais profundo de desvelamento do racismo e sexismo brasileiro, visto que evidenciou o quanto a linguagem podada se configura como uma das estratégias de silenciamento da voz considerada alheia, outra.

Evidenciou que as exigências são intencionalmente pensadas para moldar quem é considerado/a outro/a e agradar a conveniência racista que alimenta a concepção de que mentes de pessoas negras, em particular, de mulheres negras, é sinônimo de incapacidade intelectual. E quando, no apagar das luzes, notam a intelectualidade da pessoa negra joga na conta do discurso da meritocracia e do branqueamento forçado, conforme nos lembra Lélia Gonzalez:

“Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas...Nem parece preto.” (GONZALEZ, 1984, p. 226).

Dialogando com essa realidade e acrescentando a intelectualidade negra como ameaça à supremacia patriarcal branca, bell hooks (1995, in memória)², sinalizava que desde criança “ser demasiado inteligente era sinônimo de intelectualidade e isso era motivo de preocupação sobretudo se se tratasse de uma mulher. E para uma criança inteligente nas comunidades negras de classe inferior e pobres, perguntas demais, falar de ideias que diferiam da visão do mundo predominante na comunidade era um convite ao castigo e até ao abuso” (pág. 465).

Hoje, aos 35 anos entendo essa questão abordada por bell hooks, quando lembro que dentro da minha pequena cidade Ubaitaba, interior da Bahia eu era tratada muitas vezes como a nega metida, tribufu tirada, a ousada que uma das professoras do ensino fundamental implicava e vivia dizendo que eu e mais dois amigos da sala não chegaríamos em lugar algum, mesmo ela tendo que engolir as notas 10 que sempre nos esforçamos mais do os/às demais estudantes para alcançar e esfregar na cara dela.

² Intelectual negra estadunidense falecida no presente ano.

Sim, na época, além de cumprir com meu compromisso de estudar para dar orgulho à minha avó, hoje entendo que eu me esforçava ao máximo para passar na cara daquela arrogante que eu era mais do que ela tentava me limitar. Nunca me faltou oportunidade para estudar. Eu fui criança negra que não trabalhei e não faltava na escola porque tenho uma avó que, mesmo sendo negligenciada desse direito com a mesma idade que eu tinha à época, lutou para que os estudos me fossem garantidos.

Portanto, em diálogo com bell hooks, aqui relato como minhas experiências na dimensão da intelectualidade desde criança, jovem até a fase adulta foram arduamente caras, são marcadas também pela perseguição e diante das várias tentativas de entender o meu destino para o pensamento analítico crítico e de quebrada, replico a defesa da sobrevivência simbólica da intelectualidade ao tempo que configura a luta por sobrevivência material, apostando na vida intelectual o refúgio para abrigar e construir a própria identidade subjetiva (pág. 466).

Nesse aspecto Lélia Gonzalez aponta o lugar da mulher negra no processo de formação cultural brasileiro e as diferentes formas articuladas para rejeitar e integrar o seu papel, ancorada em duas noções: a noção de consciência e a noção de memória. A intelectual argumenta que:

“Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção.” (GONZALEZ, 1984, pág. 226).

Porém,

“[...] Consciência exclui o que a memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando a memória, mediante a imposição do que ela, consciência afirma como a verdade” (pág. 226).

As observações de Lélia evidentemente teve uma intencionalidade crucial: derrubar o

mito de que no Brasil as pessoas negras e não negras vivem harmonicamente, exceto, segundo ela, no momento do rito carnavalesco atualizado com a força simbólica que encobre o anonimato da mulher negra e a transfigura na Cinderela do asfalto. Paralelo a esse argumento, Lélia denuncia a neurose cultural brasileira por conveniência, ao negar à mulher⁸ negra como sujeito humano e tratada como objeto, inclusive, objeto do saber.

Concordando com Lélia, tal neurose pode ser deslocada para os dias atuais, na medida que vem corroborando para a “resistência de certas análises que, ao instituírem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar as categorias de raça e sexo, insistindo em jogá-las no poço do esquecimento (GONZALEZ, 1984 apud FREUD, 1925).

Pegando o fio da meada, é aqui que também mora o sentido relacional do que pretendo refletir nessas linhas sobre o relato mais adiante, que permanece vivo em minha memória como se fosse hoje, visto que é constituído de aspectos abordados tanto por Lélia Gonzalez quanto de bell hooks, a exemplo de que não manifesto desprezo pelo trabalho intelectual; tenho consciência de que a minha intelectualidade é muitas vezes encarada como suspeita e/ou sem legitimidade, quando não interpretada como deficiente, vide alguns conflitos enfrentados desde o período da graduação com docentes; reconheço os desafios da escrita solitária, no entanto, me conforta saber do legado dessas mulheres negras porque expressam o fôlego, mesmo às vezes empurrada para debaixo da água pelos afogamentos epistêmicos ainda enfrentados em universidades públicas brasileiras.

Sinto que junto com mulheres negras, que não estão mais nesse plano material e outras da minha geração, sigo sendo continuidade no movimento histórico de descolonizar a mente no contexto social capitalista de supremacia patriarcal branca. É vivenciando o que chamo de navalhas e doçuras dessa caminhada que fiz uma escolha política-afetiva de escrever de um ponto de vista que tem como programa intelectual central compreender a potência da existência de mulheres negras, reconhecendo as nossas diversidades de gêneros e cumprir a tarefa de desafiar o pensamento racista, sexista - acrescento LGBTfófico, transfóbico -, conforme recomenda bell hooks.

Lendo essas mulheres e todas as outras referências aqui presentes, fica cada vez mais

evidente a razão do enquadramento que me arrebatou enquanto dormia. O relato a seguir é a íntegra de uma memória que registrei quando acordei.

SEGUE O RELATO...

A noite do dia 12 de março de 2019 certamente será uma marca eterna na minha vida, tanto do ponto de vista da dimensão subjetiva mas, sobretudo, pela demarcação do racismo e sexismo estruturais retroalimentados pela sociedade brasileira, que invadiu também o meu inconsciente no momento que seria de descanso: a hora do meu sono.

Aquela data antecedeu um dia importante e decisivo para uma realização pessoal e profissional. Estou me referindo ao dia da entrevista qual eu precisaria defender o anteprojeto submetido na seleção do primeiro edital lançado pelo curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, na modalidade *stricto sensu* (Mestrado).

Era o momento de exercitar o que tenho dificuldade de fazer: sintetizar em 15 minutos as ideias principais e pertinentes sobre um tema³ que demanda horas, dias, meses e até anos para ser discutido, intitulado “MEU BARULHO TE INCOMODA?! RESPEITE MINHA (RE)EXISTÊNCIA SEM ME AGREDIR: uma reflexão dos movimentos das Travestis e Transexuais na busca por direitos, no âmbito do Sistema Único de Saúde”.

Pelo tema, acredito que é possível para você que me lê, inferir quanto ao desafio posto, tendo em vista a complexidade das temáticas envolvidas só nesse título que ousei pensar, no intuito de contribuir também teoricamente com essas sujeitas sociais, ao buscar produzir conhecimento que contrapõe determinadas imposições epistemológicas. Essa contribuição teórica não é aleatória, tendo em vista os meus lugares de fala já demarcados nas considerações iniciais.

Dito isto, volto ao que me ocorreu naquela noite. Enquanto dormia, posso dizer que

³ Esse foi o tema original desta dissertação quando participei da seleção para inserção neste mestrado acadêmico. Após pouco mais de um ano de curso, reavaliei e o mesmo sofreu alteração para o tema atual, o qual precisou ser devidamente justificado para a instituição que financiou parcialmente a realização desta pesquisa.

vivenciei o que uma parcela significativa da população negra vivencia diariamente - e bem acordadas -, nesse país chamado Brasil: fui a “suspeita” caracterizada no olhar e comportamento racistas da representação armada do Estado, que lentamente conduziam seu navio negreiro em forma de camburão na minha frente.

Eu, junto com outras mulheres, todas negras, estávamos sentadas, em frente a uma instituição não identificada no meu inconsciente e parecia que estávamos aguardando um suposto atendimento. A felicidade e a ansiedade eram os sentimentos que nos tomavam naquele momento anterior à presença supracitada, quando fomos abordadas pela representação armada do Estado questionando o que estávamos fazendo ali e nos coagindo com o seu poder de fogo em punho, apontando para a nossa direção.

Naquele momento, fomos silenciadas, a ponto de não conseguirmos responder. Enquanto isso, uma outra mulher negra, grande referência em ações de garantias dos direitos dos grupos discriminados, a Socióloga Vilma Reis (a quem ainda não compartilhei essa história), que não tinha sido avistada, buscou formas de nos ajudar. Depois dessa cena, despertei do sono.

Passadas algumas horas da manhã do dia 13 de março do ano em questão, chega o momento de reencontrar as colegas participantes do processo seletivo e aguardar os nossos momentos de entrevista presencial. Foi no campus de São Lázaro, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, onde este curso está alocado.

Enquanto isso, como estava muito mexida com a noite anterior e todas as questões envolvidas nela, como também uma forma de desabafo, partilhei com algumas colegas o que me havia ocorrido. E foi tão bom ter feito aquela partilha porque a interpretação de uma delas foi crucial para reiterar que o racismo existe como um sistema de opressão que a todo tempo, inclusive no momento do nosso sono, quer impor qual é ou não o nosso lugar de negro e negra na sociedade. Ela disse:

"Vou ousar interpretar o que você sonhou: nós, mulheres negras, estamos aqui,

passando pelo processo seletivo, para ocupar um lugar que ao longo da história nos foi negado. E esse lugar de Mestra acadêmica não é dado para nós. Estamos aqui forçando a abertura de uma porta historicamente fechada para nós.” (Joelma, 2019).

1.1 Algumas considerações sobre aquele pesadelo

A fala de Joelma foi tão assertiva e é importante para mim, porque lá no fundo eu já sabia que se tratava disso, que títulos acadêmicos não são facilitados para nós, mulheres negras, principalmente quando somos atravessadas de outros marcadores nas condições de moradoras de periferia, desempregadas, sendo mães de família, e sim conquistadas a duras penas e por várias mãos dadas. Entendemos na prática que diversos são os desafios postos para conseguirmos ultrapassar o ensino básico de educação, que dirás o ensino superior.

Essa história de ser mulher negra intelectual incomoda muita gente que desfruta de toda uma estrutura social privilegiada. Então, não é por menos que estar em uma sala de aula do Mestrado causa um rebuliço em corpos e mentes negras. São tantos sentimentos que mexem com a gente, que nos deixa até sem palavras - apesar de ter conseguido escrever algumas.

Para além do título, ser Mestra, Doutora que seja, são lugares que marcam a dimensão subjetiva da nossa (re) existência. É também um retorno social e de família. É um orgulho para as nossas ancestrais que não tiveram a oportunidade de estudar, de traçar os caminhos que nos possibilita vislumbrar melhores condições de vida através da educação. Estou honrando as minhas avós, a minha mãe biológica, minha sogra, minhas cunhadas, minha filha, vizinhas e amigas, meu pai, meus tios, primos, irmãos, amigos e esposo.

Certamente, não foi à toa que a escritora feminista negra estadunidense Gloria Jean Watkins, mais conhecida como bell hooks, deu a um de seus referenciais escritos o título de “ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade” (2013). Ela já dizia:

“Aprendemos desde cedo que nossa devoção ao estudo, à vida do intelecto, era um ato contra-hegemônico, um modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonização.” (pág. 10).

Percebe como ocupar a Universidade para além da Graduação representa o resultado da luta de um povo que não é negligenciado desse direito só nos dias atuais? Não é de hoje que mulheres negras têm pensado em estratégias por liberdade intelectual, pela dignidade das nossas vidas a partir da educação.

Acontece que sonhos são inegociáveis e conquistá-los é de fato, uma caminhada árdua, às vezes solitária, às vezes coletiva. O Mestrado iniciou recentemente e nesse contexto já enfrento dificuldades para continuar. Mas de uma coisa tenho certeza: nenhuma das dificuldades não pretendo absorver como determinante nesse novo caminhar. As asas já bati e o vôo ao alto é que quero continuar com humildade, pedindo licença às minhas mais velhas e às minhas mais novas, aos meus mais velhos e aos meus mais novos, pedindo força a Deus e à conspiração positiva do Universo, agarrando com todas as forças e afeto as diversas mãos que não me soltam e as que queiram, com sua doçura e sororidade fazer parte dessa ciranda de conquistas coletivas.

Chegar até aqui é exatamente dentro desse contexto de que rapadura é doce, mas não é mole não!

Pois bem! Concluo esse relato ecoando Palavras Navalhas Doçuras que escrevi e declamei na defesa do meu Trabalho de Conclusão de Curso (2018), porque para mim, a arte em forma de poesia representa ferramenta de liberdade e potencialização da minha existência, frente às violências como essa que acabei de relatar:

Cheguei

Cheguei chegando bagunçando a zorra toda

E que se dane

Eu quero mais é que se exploda

Hoje ninguém vai estragar meu dia

Avisa lá, pode falar

Que eu cheguei
Para transgredir o pensar
Não tente mudar os caminhos,
Camuflar as palavras
Porque isso comigo não vai funcionar
Se aqui é o espaço
Para produzir conhecimento
Que todos e todas fiquem sabendo
Da real demanda do meu público
Chega!
Não quero ouvir que é vitimismo
Que é rebeldia
Porque quem sente na pele
As dores do pertencimento
Sabe que não cabe em protocolos, Burocracia
O que sou para mim e para o mundo.
Escrever é também um ato de resistência!
É também defender direitos
Tudo vai depender
De que lado você está.

1.2 Vivenciando a lógica do pesadelo: “Rapadura é doce, mas não é mole não!”

Dando continuidade à nossa conversa...

Tem uma questão que é fato: geralmente as pessoas não querem pensar que precisamos conectar os fatores históricos ao que nos ocorre tanto na vida pessoal, como social. Até porque dá trabalho fazer essa conexão, principalmente quando vivemos atravessados/as/es sob um contexto que tem mais facilidade em julgar as caminhadas das pessoas individualmente do

que compreendê-las para além do imediatismo dos acontecimentos e das forçadas respostas aceleradas.

É comum ouvir discursos que supervalorizam o mérito, o interesse e o esforço individual para conquistar os objetivos na vida e, neste sentido, sei que o que vai ficar marcado em muitas leituras rasas é que dediquei este momento para expor a mim e as condições socioeconômicas fracassadas. Jamais farão esforço sensível e analítico para entender que o buraco é mais embaixo e que este fracasso não tem nada a ver comigo diretamente, principalmente, em se tratando de quem nasceu e se cria em periferias afetadas pela escassez e/ou a falta de oportunidades, retroalimentada pela lógica do Estado mínimo de direitos.

“Rapadura é doce, mas não é mole não!” é um ditado popular que ouço os mais velhos e as mais velhas de lá do meu interior dizerem desde quando eu era criança, mas só depois dos meus 20 anos é que passei a entender melhor que falavam isso para se referir a situações difíceis, às mazelas da vida, às pedras no caminho que são postas para dificultar o andamento e a fluidez das coisas.

A rapadura é um doce que por muito tempo eu tive a oportunidade de saborear quando meus familiares traziam de Bom Jesus da Lapa, cidade respeitada pelos devotos e pelas devotas como santa. É uma delícia, mas demanda paciência e perseverança para chupá-la, porque é dura e é vendida em formato de barras enormes. Para tirar os pedaços eu usava um machucador e uma faca. Com a ponta da faca fñcada naquela barra eu batia com o machucador até partir e facilitar para me deliciar nos pedaços quebrados. Saudades daquele tempo no meu interior...

Deslocando essa sabedoria ancestral para a nossa conversa aqui, passei a entender que minhas Palavras Navalhas Doçuras resistem às duras estruturas opressoras e desiguais, que tem se expressado em minha trajetória acadêmica, da graduação aos dias atuais. Fui ensinada pela minha avó Val que mulher negra TRANSforma a si e ao mundo com a caneta, que a língua e o pensamento afiados representam facas cortantes nesse movimento, em favor da liberdade individual e coletiva de grupos sociais dissidentes! A palavra é a ferramenta que preciso utilizar para não surtar diante das desigualdades sociorraciais e de gêneros, constituidoras das relações interpessoais e institucionais no Brasil. Não é atoa que trouxe o relato anteriormente.

E é em respeito a essa palavra que tem quebrado, furado e partido barreiras, que não posso dar mais passos adiante sem antes pedir algumas licenças e bençãos: à comunidade LGBTQIA+, às mulheres negras cis, que me antecedem, mortas e vivas, às mulheres trans, que me DESeducam com sua sabedoria, especialmente às travestis negras de Salvador, por acolher ao convite e autorizar que a universidade seja a linha de comunicação para o ecoar das suas vozes.

A bênção às minhas mais velhas, nas pessoas das minhas avós materna e paterna, ancestrais vivas, dona Val, também minha mãe de criação, dona Hilda e a minha mãe biológica, Dinha. A benção às minhas mais novas, na pessoa da minha filha Shaira Cristal. Aos meus mais velhos, nas pessoas do meu pai biológico, seu Zezinho e do meu querido esposo, Luciano Teles, meu neguinho! Graças a vocês, primeiras pessoas que potencializam a minha palavra, estou escrevendo histórias por outras possibilidades para nós.

A elaboração desse trabalho passou por diversas TRANSformAÇÕES, desde a proposta em 2019, com influências dos estudos das disciplinas obrigatórias e optativas deste Programa de Pós-graduação, acesso a outras fontes e outros referenciais, até chegar em você.

Não foram poucas as vezes, nas madrugadas, nas horas possíveis durante o dia, que li uma vez, li de novo e de novo e modifiquei esse texto. Não por insegurança ou falta de qualidade do que já tinha escrito, mas acredito que em função dos diversos movimentos que me permitir e fui provocada a fazer, para me debruçar nos diferentes referenciais teóricos e de vivências relevantes para esse estudo, principalmente as produções científicas, lives, webinários, palestras online produzidas e protagonizadas por pessoas transexuais e travestis, participação em eventos presenciais anterior ao período de pandemia pelo covid-19 e durante esse mesmo período após liberação segura de realização de encontros nesta modalidade.

Entendo que esse movimento de escrever, deletar, repetir, repensar, manter, ler de novo, mudar de novo, ouvir as orientações da orientadora, dialogar com as professoras da banca de qualificação, trocar ideias com as parceiras do mestrado, enfim, esse movimento todo, colaborou para eu ter solicitado ampliar o tempo de elaboração e defesa deste trabalho, mas nada foi tão determinante quanto aos fatores que me condicionaram a escrever em meio a um turbilhão de acontecimentos provocadores de desistências, do dito popular “nadar e morrer na praia”. Além disso, considere importante não abrir mão de enriquecer esse trabalho com as narrativas das co-autoras, a partir da entrevista semi-estruturada, o que demandou de mim

adequar o meu tempo em acordo com a disponibilidade das mesmas, para não perder a oportunidade de um tempo possível de diálogo, com a qualidade que este tema merece.

Diante da dificuldade de convergência das agendas das co-autoras com a minha e os atravessamentos a nível financeiro e psicoemocionais que tenho enfrentado, o que seria defendido em dezembro de 2021, precisou ser prorrogado para o segundo semestre do ano corrente, visto a importância de um tempo hábil para uma escuta qualificada das co-autoras, estruturação do trabalho, articulação teórica-metodológica, mapeamento e seleção dos referenciais teóricos e outras fontes pertinentes, mais a escrita em si, ou seja, movimentos que não são fáceis nem acontecem com a praticidade pressuposta em projeto.

Foi na caminhada que se evidenciou que o tempo do calendário acadêmico não é o meu tempo, que o meu tempo não é o tempo das co-autoras, que o tempo das convidadas para compor a banca examinadora também demanda compreensão, que o tempo da minha querida orientadora demandou ser entendido diante de questões de saúde, devidamente justificado junto ao colegiado do nosso Programa de Pós-graduação, questões estas também resultantes do exigente ritmo de produtividade científica.

É importante que tenhamos bom senso em não romantizar esse processo de desenvolvimento do estudo, visto que demanda de todas as pessoas envolvidas sensibilidade política, afetiva e estratégica, para entender que ocupar esse espaço não deve nem pode mais ser em condições que nos leva, muitas vezes, ao adoecimento mental⁴.

Nessa caminhada acadêmica, precisei me permitir respeitar e entender a minha própria dinâmica de vida, principalmente do lugar de trabalhadora autônoma, que desde o ano de 2020 tenho sido condicionada a fazer meus corres, mil vezes a mais do que quem dispõe de renda fixa mensalmente e vive em condições financeiras digna.

Do referido período ao ano corrente, só eu, meu esposo, minha orientadora e poucas amigas sabem o quanto, por diversas vezes precisei pausar essa escrita para elaborar conteúdos que viabilizassem o meu sustento e o da minha família, dando aula, realizando palestras e consultorias. “Essa mulher das lives” como algumas pessoas se dirigem a mim, certas vezes em tom de desdenhe, bem sei que quem vê close não vê corre e nem imagina que

⁴ Veja esse estudo recente, realizado pela autora Michele Cemin (2021), com título: “Formação, adoecimento e cura: a experiência discente na pós-graduação stricto sensu na UFBA”. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35317>>. Acesso em 03/08/2022.

precisei mesmo botar a minha cara linda e preta na tela das redes sociais, inicialmente insegura e tímida, até com receio de ser julgada nesse universo virtual que é também espaço de reprodução de violências, para poder somar com a renda mínima do meu querido esposo e podermos sobreviver junto com nossa filha.

A partir dessa condicionalidade de trabalhar online, inicialmente devido o contexto de pandemia pelo covid-19, ainda que por vezes exaustivamente, também percebi o quanto tem sido importante porque consigo dar conta da especial função social que exerço sendo mãe, me mantenho perto para acompanhar o desenvolvimento pessoal e escolar da minha filha, no entanto, pagando o preço caro de ainda viver oscilando entre dias de luta e dias de glória quando o assunto é a remuneração recebida por cada trabalho realizado.

Estou registrando essa realidade aqui para dizer que a fluidez de um estudo científico também perpassa pela dimensão do trabalho e da renda, visto que é muito mais fácil ter condições de escrever quando dispomos de emprego, de bolsa de estudos, de qualquer oportunidade que subsidie as nossas necessidades materiais, não é mesmo?

Desde a graduação, eu nunca gozei de privilégios neste sentido. Desde esse período sempre contei com meu esposo (meu neguinho), financeira e emocionalmente para permanecer na universidade. Até a bolsa que acessei após mais de um ano neste mestrado veio de forma pesada, a qual demandou reflexões (Anexo B), que até me trava e eu nem consigo ser tão grata assim pela oportunidade que tive de ser bolsista nesse contexto, pelo impacto subjetivo e o estímulo à mendicância e humilhações⁵ que a lógica requisitada impõe.

E é por isso que não posso me silenciar diante dessa realidade, em respeito à minha trajetória e a de tantas outras e outros estudantes que vivenciam essa adversidade no âmbito da universidade. Quantas e quantos de nós não desistimos no caminho por conta da falta de grana e do aperto de mente? Quantas e quantos de nós já ouviu um/uma docente arrogante dizer “que todo mundo tem problema e que se escolheu ocupar a universidade tem que ler mesmo os milhões de textos, tem que dar conta mesmo do seu acelerado ritmo produtivista”? Você lembra da Palavra Navalha Doçura que escrevi na abertura deste estudo, contando os episódios de racismo-machismo na universidade? Então, é também sobre isso.

⁵ Acesse a nota da Associação Nacional de Pós-graduandos para entender: <https://www.anpg.org.br/04/07/2020/nota-apg-ufba-apg-fiocruz-anpg-sobre-bolsas-fapesb/>. Acesso em 13/08/2022.

Antes mesmo que tente distorcer essa minha última fala e partir para a defesa favorável ao fato de que sim, estudar demanda responsabilidade, compromisso, leitura e escrita, registro que não é sobre eximir essas importâncias. Mas é também sobre entender a dinâmica adversa de vida de cada estudante, principalmente pensando a dimensão do perfil socioeconômico, que reflete os impactos de um histórico processo de desigualdades⁶ sociorraciais neste país, com seu caráter estrutural e sistêmico. Então, é urgente ampliar a visão, porque não estou me referindo a um caso isolado, tampouco particular.

E com esse pensamento, precisei entender o tempo de cada um e uma, que direta e indiretamente participou desta elaboração científica, no sentido de não corroborar com a condução de atropelamento dessa carreta desgovernada chamada estrutura colonial, a qual a universidade, em alguma medida, representa e muitas pessoas são por esta estrutura influenciadas.

Nesse processo de atropelamentos, é preciso considerar que o contexto de pandemia pelo covid-19 derrubou planejamentos a nível mundial. Desestruturou planos e projetos, desestabilizou e até imobilizou consideravelmente populações mundiais no tocante à dimensão psicoemocional, causando adoecimento mental⁷, interdições do que antes fluía, ainda que em condições adversas, mas não tão impactantes quanto ao que foi provocado com essa pandemia em curso.

Em minha vida é importante te dizer que o bicho também pegou! Aliás, continua pegando, mas sigo em frente, porque se tornou uma questão de honra fechar esse ciclo, dados os desaforos que te contei anteriormente, desde à poesia que retrata os episódios de racismo, machismo e sexismo na universidade ao pesadelo que tem se materializado de formas adversas a cada passo que avanço.

Pois bem! O ano de 2020 foi extremamente irritante! Tive que lidar com a obrigatoriedade de ficar em casa, desempregada, pausando a escrita a cada disparo de tiro, com medo de ter a parede da minha casa atravessada por munição, sem condição psicoemocional de escrever em um território minado. Tem dias que a favela está de boa! Mas tem dias que é só a misericórdia! Realidade típica e resultante de uma gestão nacional e

⁶ Aqui explana o que estou dizendo:

<https://www.geledes.org.br/desigualdade-racial-na-educacao-brasileira-um-guia-completo-para-entender-e-com-bater-essa-realidade/?noamp=available&gclid=Cj0KCOjwI92XBhC7ARIsAHLI9anMGjDTZur6jihSgrAwn7ZkkHBT-1BNH6xwgZaCFoM4gPiZMEh66gEaAmqkEALw_wcB>. Acesso em 13/08/2022.

⁷ Veja notícias oficiais: <https://bvsm.sau.gov.br/sau-de-mental-e-a-pandemia-de-covid-19/>;

estadual que faz das quebradas o lugar ideal para desumanizar e “cancelar CPFs” de vidas jovens negras⁸.

Especialmente e principalmente junto com meu esposo, temos sangrado para nos manter firmes neste propósito educacional, porque é sim um projeto coletivo - quem vem de família negra periférica sabe melhor do que estou falando -.

Por diversas vezes me questioneei: como continuar estudando sem ter um centavo no bolso? Preciso trabalhar para chegar junto com meu esposo e conseguirmos dar conta das nossas demandas materiais e sustentar nossa filha. Como elaborar as ideias e cumprir os prazos acadêmicos se, em vários momentos nesse processo eu só conseguia chorar como se estivesse mergulhada no poço? Minha orientadora por diversas vezes dedicou tempo para ouvir as lamúrias, acolher a dor que me atravessava, mas sempre com saídas na ponta da língua para levantar meu astral com convites irrecusáveis para ocupar espaços que sabemos ser importantes, em favor da carreira acadêmica, que entendo ser uma das minhas missões nessa terra.

Essa caminhada tem sido marcada por questionamentos de familiares que me interpelam dizendo: “até que ponto vale a pena estudar tanto e permanecer desempregada?”. Não foram poucas as vezes que precisamos de dinheiro emprestado para ajudar a pagar nossas contas. Sim, famílias como a minha, historicamente atravessadas da escassez, da falta ou do pouco, cria uma expectativa de que ascensão educacional é parente de primeiro grau da ascensão financeira. Só que não! É luta por cima de batalha! No entanto, acredito que sim, através da educação é possível traçar os caminhos que viabilizem transformar nossas condições de vida, de trabalho, de saúde, ainda que seja a médio ou longo prazo. Um dia essa chave vai virar!

De 2021 ao ano corrente, o caos político, econômico, social e ideológico, históricos no Brasil, tem sido intensificado diante desse governo ordinário, adoecedor, excludente, negligente com as populações que demandam investimentos nas políticas públicas e sociais, negando e exterminando a potência política de mulheres negras, cis, trans e as travestis: uma estrutura que não ajuda em nada quando estamos do lado de cá, do lado do oprimido, do lado

⁸ Basta fazer uma breve pesquisa até no google que vai conferir https://www.google.com/search?q=juventude+negra+genocidio+geledes&sxsrf=ALiCzsZFCTABbuEakLvpOy-OGt3vO8fBNQ%3A1659619096135&ei=GMfrYv7jB7arlsQPgcWIgAo&ved=0ahUKEwj-z7_Ioq35AhW2lZUCHYFiDaAO4dUDCA4&uact=5&oq=juventude+negra+genocidio+geledes&gs_lcp=Cgxnd3Mtd2l6LXNlcnAQAzoFCCEQoAE6BwghEKABEApKBAhBGAFKBAhGGABOP1jWCWCiC2gBcAB4AIA BmOKIAZIMkgE FMC4lLjOYAOCgAQHAAQE&scient=gws-wiz-serp. Acesso em 04/08/2022.

de quem vivencia a perda de familiar por covid-19, que influenciada pelo discurso suicida de descrença na ciência, sequer quis ser vacinada; pelo adoecimento mental que vulnerabiliza parentes de segundo grau no interior; terror psicológico por ter familiares no fundo do poço escravizados pelo uso excessivo de substâncias psicoativas, sob ameaças por dívidas na boca de fumo e sem perspectivas.

Na medida que escrevo essa dissertação, faço memória dos dias de navalhas que me cortaram e ainda não cicatrizaram, porque quando penso que acabou, acontece algo a mais e mantém feridas abertas. Lembro das humilhações a qual fui submetida pela lógica de uma educação seletiva e excludente, dada a obrigatoriedade de dedicar esforços emocionais e intelectuais para tecer uma carta expositiva (Apêndice) que justificasse o meu direito de acessar uma bolsa de estudos em uma seleção para pleiteá-la. Inclusive, essa mesma bolsa foi possível por conta da desistência de uma colega, que abriu mão do recurso para priorizar não ter que passar pelo aperto de mente, a qual bolsistas geralmente são submetidos/as a atender uma lógica científica produtivista. É perverso como esse sistema nos conduz a contribuir para a sustentação do seu viés excludente e adoecedor, uma vez que faz você registrar o sofrimento diante da condição de pobreza financeira, que é uma demanda estrutural no Brasil.

Com isso não posso nem devo negar a importância da bolsa científica, naquele período de 01/06/2020 a 31/05/2021, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB. Contudo, enquanto pesquisadora, entendo que as reflexões que elaboramos no âmbito científico não seriam coerentes sem implicar as sujeitas e os sujeitos envolvidos/as no processo, direta ou indiretamente. É por isso, portanto, que ao final deste estudo você vai ler as considerações que entendo ter sido necessárias construir, ao apresentar a carta expositiva ao PPGSS/UFBA, à época da referida seleção de pleito da bolsa, inclusive, como um convite para refletirmos se já conseguimos entender a nova configuração do perfil de estudantes que estão adentrando as universidades públicas deste país, com muita luta e resistência.

Fechando este parêntese, quero dizer que no meio desse tiroteio socioeconômico e dos prazos para cumprimento deste estudo, participei de alguns processos seletivos, porque estudar sem grana e contando com o mínimo que o marido consegue alcançar e sem ser parte do grupo brasileiro que goza do privilégio de ter reserva financeira, não é fácil. Porém, as tentativas de reinserção no mercado de trabalho formal tem sido sem êxito, porque o que

tenho observado, é que para mulheres negras fica marcada a concepção historicamente construída de que não somos boa o suficiente para ocupar determinados espaços no âmbito do emprego e da renda, inclusive, em instituições e organizações cujas administradoras e selecionadoras também são negras. Tem sempre um requisito a mais que faltou ser cumprido.

É estranho e frustrante ser preterida no âmbito do mercado de trabalho. Porque ouço tantos elogios e frases como “você é maravilhosa!”, “que fala potente!”, “você representa!”. No entanto, essa maravilha toda ainda não foi suficiente para atender aos requisitos exigidos em processos seletivos, que me permitam sair da condição de pobreza financeira. É interessante ouvir as falas que potencializam a minha existência, porém, não me tiram do lugar das migalhas.

É triste escrever isso! Eu não queria, mas entendo também que não cabe fazer de conta que estudar é fácil e que depende exclusivamente do esforço individual das pessoas para alcançar o objetivo. Por uma questão ética e generosa com a minha própria luta, que certamente representa a luta de várias outras mulheres negras, trans, cis e as travestis, ocupar este espaço universitário sem reconhecer os atravessamentos da navalha que deixa feridas abertas por longo tempo, e diante do tema proposto neste estudo, não é possível não me implicar nesse processo.

Não dá para falar de barulho que incomoda, sem fazer o meu barulho ecoar primeiro, porque não cabe mais essa história de escrever sem situar as pessoas de onde falamos, das questões que me afetam nesse caminhar, porque do lado de cá da tela do notebook, onde digitei as palavras navalhas docuras que você ler agora, tem uma escreviente e sobrevivente do caos estrutural deste país.

Sou um ser de luz, que reluz a energia em forma de palavras. Minha escrita não pode negligenciar a minha existência para a conveniência de ninguém, porque essa pesquisa é também sobre mim, é também sobre as dores e delícias que tenho vivenciado nesta capital baiana, para conseguir te oferecer uma produção de conhecimento que espero lhes ser útil de alguma forma. Inclusive, quero te dizer que sou hoje uma privilegiada por estar viva, porque quem me protege não dorme. No ápice de tantos atravessamentos, a morte física também foi uma ameaça nesse árduo caminho percorrido.

Nesta data⁹ que escrevo, faz pouco mais de 15 dias que sofri uma tentativa de homicídio junto com minha filha, por parte de um jovem, negro, dependente de benefícios sociais, vítima de adoecimento mental e da negligência, nos âmbitos público e privado, dos cuidados para não entrar em crise psicótica. De lá para cá, aqui em casa estamos juntando os cacos para nós duas não mergulharmos no poço da depressão causada pelo terror psicológico que vivenciamos naquele domingo à tarde, qual só queríamos fluir com a nossa rotina de brincar na praça.

A crise psicótica daquele jovem é uma das questões externas, que não são tão alheias a mim porque se insere na lógica dos impactos¹⁰ da violência na saúde mental de jovens negros e evidencia a deficiência em termos de políticas públicas nesta direção, afetando a comunidade deste território onde construo minhas relações sociais ao mesmo tempo que tenho esta dissertação a ser “concluída”, com prazo já estendido.

É neste sentido que tenho dito que mulheres negras escrevem em condições adversas. É neste contexto de adversidades que esse estudo chega até você. Estou certa que os espaços que ocupo e já ocupei, a convite e indicações de pessoas queridas, resultam do que tenho aproveitado de melhor no âmbito educacional. É a partir dos estudos que tenho aprimorado os saberes e fazeres profissionais. É no campo da educação formal, com seu limitado ensino ainda cartesiano, ortodoxo, com relações sociais atravessadas pela lógica racista, LGBTfóbica, sexista, misógina e da educação informal, baseada nos valores da solidariedade, da perspectiva popular e antirracista, que tenho lapidado a régua e o compasso para que eu reconstrua histórias significativas no meu contexto familiar e para além dele, sendo como uma árvore que enverga mas não quebra (Provérbio Africano).

Quando pensei em reservar esse espaço no estudo, não foi no sentido de desestimular ninguém a pleitear o espaço acadêmico na modalidade *stricto sensu*, e sim, registrar que precisamos entender como se materializa a lógica racista, sexista e classista no Brasil, quando nós, mulheres negras, ao entender essa lógica, nos movimentamos em favor de sermos para além do que tentam, e às vezes, infelizmente, conseguem nos limitar por falta de oportunidade e crenças em si mesmas, ainda fragilizadas pelas mentiras que nos contam sobre não sermos

⁹ 04/08/2022, às 11 horas da manhã, aproveitando o silêncio da casa enquanto não dá o horário de buscar minha filha na escola.

¹⁰ Notícias recentes evidenciam essa realidade. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2022/07/05/saude-mental-da-populacao-negra-profissionais-de-psicologia-explicam-efeitos-do-racismo>>. Acesso em 04/08/2022.

capazes de nada, exceto, esfregar o chão da casa grande¹¹ e fadadas à superficialidade da nossa contribuição na formação da sociedade brasileira.

Essa minha postura vincula-se ao alinhamento teórico e metodológico que priorizei para a elaboração deste trabalho, qual amplia o meu entendimento de que temos demandado um capital cultural para além das objetividades e neutralidades incabíveis em pleno período de uma histórica camuflagem de democracia racial e de gêneros. Para o distanciamento já basta a obrigatoriedade recomendada pela Organização Mundial da Saúde - OMS, por conta da pandemia pelo Covid-19.

Como poderia eu desenvolver um estudo sem posicionamento, sem exercer minha autonomia intelectual e escrever o que quero e como quero, justamente vivendo sob um atual governo em que a educação pública nunca foi sua prioridade e nós, mulheres¹², somos alvos principais para destinar seus ataques neoliberais e conservadores?

Nunca é demais lembrar do corte¹³ orçamentário do Ministério da Educação - MEC, em valor bilionário, sob uma justificativa descabida de reajuste de 5% dos salários do funcionalismo público federal; basta analisar francamente os impactos da cisheteronormatividade racista nas vidas de mulheres negras¹⁴, cis, trans e das travestis¹⁵ quando o assunto é acessar o ensino superior. Se quisermos prestar ainda mais atenção, já observou os dados de mulheres negras na docência¹⁶? Vixi!!!! Aí você talvez até me diga que já estou querendo demais, não é?

Só que não! O que está demais mesmo é o fato de que mulheres negras, além de precisar tirar várias pedras do caminho para ingressar no ensino superior, ainda temos que emanar energia para permanecermos e concluirmos os ciclos sem adoecer, sem nos suicidar e

¹¹ Leia também:

<file:///C:/Users/gil_o/Downloads/21122-Texto%20do%20artigo-93950-1-10-20131111%20(1).pdf>. Acesso em 11/08/2022.

¹² Veja esse levantamento da Revista AzMina:

<<https://azmina.com.br/reportagens/em-todas-as-areas-como-a-alianca-entre-neoliberalismo-e-conservadorismo-se-da-no-governo-bolsonaro/>>. Acesso em 10/08/2022.

¹³ Quer uma notícia fresquinha? Que tal essa:

<<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/governo-corta-r-3-2-bilhoes-do-orcamento-do-mec-ensino-superior-ter-a-corte-de-r-1-bilhao1>>. Acesso em 05/08/2022.

¹⁴ Ouça o que a professora Elizabete Aparecida Pinto nos diz sobre isso:

<<https://www.youtube.com/watch?v=8oaxBho9a94>>. Acesso em 05/08/2022.

¹⁵ A autora Thiffany Odara (2020), nos ORlenta quanto às pedagogias que oprimem mentes trans.

¹⁶ A professora Ângela Ernestina Cardoso de Brito, junto com Emanuella Marques Gomes e Sarah Jane Alves Durães te explicam aqui:

<<https://docplayer.com.br/17139092-Mulheres-negras-na-docencia-do-ensino-superior-discriminacao-e-resistencia.html>>. Acesso em 05/08/2022.

sem meter a mão na cara de ninguém dentro da sala de aula, para não sermos processadas ou privadas da mínima liberdade que gozamos, porque vou te contar: constantemente, é luta por cima de batalha, com tantos sufocamentos epistêmicos e frequentes práticas indecentes, disfarçadas de pseudo intelectualidade!

Por estas e outras questões, quero te dizer que é muito bom ter você aqui dedicando um tempo da sua vida para ler o que chamo de Palavras Navalhas Doçuras que libertam. E por quê esse conceito? A Palavra representa a restituição do direito aos estudos, à fala registrada, compartilhada e publicada - é uma cobrança de uma dívida ancestral¹⁷; Navalha são todos os desafios, limitações, as dores, as feridas abertas que, ao juntar os cacos, tem cicatrizado aos poucos nesse processo pelo direito de saborear as Doçuras, interpretadas como as possibilidades em dias de destruição, como dizia a historiadora Maria Beatriz Nascimento (1942-1995).

E pensando nessas possibilidades, logicamente que o processo da escrita não é marcado exclusivamente por dores e dificuldades. Há desdobramentos, espaços ocupados e oportunidades alcançadas, que somadas à minha inserção no mestrado, têm sido possíveis. Mais adiante, no capítulo cinco, tópico “Caminhos abertos: desdobramentos, oportunidades e alcances” falarei mais sobre.

Então, eis aqui um convite: leia e ouça a Palavra, sinta e ressignifique a Navalha e acolha o seu direito de saborear a Doçura, que são as oportunidades neste plano terreno, porque, no meu caso, que não é isolado, e eu já te mostrei isso anteriormente, para além de um título acadêmico, estou cobrando uma dívida ancestral histórica que a sociedade brasileira ainda não restituiu ao meu povo, em sua plenitude.

1.3 É caminhando que se faz o caminhar: abordagem teórico-metodológicas

¹⁷ Este, inclusive, é o título de uma poesia autoral que está no meu ebook “Palavras Navalhas Doçuras Libertam!”, (edição 1):

https://www.amazon.com.br/PALAVRAS-NAVALHAS-DO%C3%87URAS-LIBERTAM-Oliveira-ebook/dp/B09653F9FG/ref=sr_1_7?qid=1660189150&refinements=p_27%3ALuciana+Teles&s=digital-text&sr=1-7.

É caminhando que se faz o caminhar é o mesmo que dizer “pé que não anda não toma topada!”, afinal, Belchior¹⁸ (1978) já dizia que mesmo diante do perigo, da dor, do estar por um triz, diante do abismo e das dificuldades, é importante escolher a vida para namorar, caminhar para fazer o caminho, alcançar a aurora e ser feliz.

Os caminhos para essa vida resulta também na lanterna necessária para iluminar os caminhos de quem pouco é enxergada e se expressa neste estudo a partir do objetivo de ampliar a visibilidade da potência política de travestis negras de Salvador através do seu cotidiano e das percepções de si e para além de si, nas relações individuais e coletivas que estabelecem, na perspectiva de valorizar todas as estratégias de resistência que elas atribuem, para existir com dignidade, respeito e acesso aos direitos fundamentais.

Nesta direção, além das motivações e reflexões que já abordei em momentos anteriores, é importante dizer que chegar no tema atual demandou, inclusive, um auto questionamento sobre o meu próprio lugar de fala e de vivências, a partir do momento que me conheci como uma mulher cisgênera e por ter sido interpelada algumas vezes sobre o assunto. Vou explicar melhor.

Não são poucas as vezes que dentro do meu convívio familiar e de amigos, sou criticada e compreendida como “a pessoa que defende veado¹⁹” e “a pessoa que apóia o errado”. No âmbito acadêmico, na primeira banca de qualificação, uma professora me perguntou o seguinte: “por que razão, eu sendo uma mulher cis, queria estudar sobre travestis?”.

Em relação às primeiras falas, que me colocam no lugar de quem parte em defesa do “errado”, tenho refletido sobre esses lugares confortáveis que as pessoas ocupam, quando tranquilamente abrem a boca para se referir às pessoas que não atendem às imposições de gênero binário de forma pejorativa, defendendo suas “verdades absolutas”, geralmente usando como “respaldo” principal a protegida bíblia interpretada como sagrada.

Já o questionamento da professora, à época, lembro-me que ainda imatura sobre o conceito de cisgeneridade, não apresentei um argumento teórico consistente, embora não tenha deixado de respondê-la a partir do que a minha própria experiência de estágio me assegurava de que eu estava no caminho certo, no que se refere o público prioritário nos meus estudos e nos trabalhos educacionais que passei a realizar desde então. Pelo menos, é nisso

¹⁸ Refiro-me a sua canção com título “Brincando com a vida”. Letra disponível em <<https://www.letras.mus.br/belchior/344903/>>. Acesso em 19/09/2022.

¹⁹ Termo usado de forma pejorativa para se referir às pessoas travestis e transexuais, público prioritário dos meus estudos e trabalhos educacionais que realizo, na perspectiva de combate à transfobia institucional.

que acredito e tenho recebido retornos importantes, inclusive, de ativistas trans e travestis, quanto a relevância do que tenho feito em favor da comunidade trans.

Mas tem um ponto que me chamou a atenção naquela fala da professora que é justamente esse de me interessar em estudar “sobre” travestis. Especialmente daquele dia para cá, entendi que não poderia fazer qualquer esforço epistemológico que não fosse para contrariar essa ideia de que me coloquei na trincheira de disputas de narrativas para escrever sobre alguém, e sim, escrever com as travestis negras.

Essa perspectiva muda totalmente o ângulo das coisas e me faz voltar na minha própria experiência como mulher cis e também negra, de periferia, quando, ainda no movimento negro chamado Curso Popular de Pré-vestibular Quilombo do Orobú, um dos questionamentos centrais gira em torno daquilo que Lélia Gonzalez (1986) nos provocou a pensar e nos movimentar para mudar a rota que é não permitir os brancos falar por e sobre nós.

Nesta direção, não é a toa que ao invés de considerar as travestis negras como objetos de pesquisa e atender, portanto, a nomenclatura metodologicamente ortodoxa, fria e redutora das subjetividades alheias, opto por considerá-las co-autoras, para dizer que aqui estamos construindo juntas e que cabe para a universidade ter o olhar de que precisamos ultrapassar e mudar essas linguagens, não só a questão da linguagem, mas o próprio significado de que a instituição ganha, a partir das pesquisas, a oportunidade de ouvir e acessar narrativas que são favoráveis à justiça e equidade sociais.

A minha preocupação centralizou, sobretudo, o entendimento de que sou ouvinte-aprendiz e ponte para viabilizar que as narrativas de travestis negras possam ecoar para além dos seus circuitos, sem o risco de endossar qualquer sentimento de serem objetificadas ou exóticas.

Neste sentido, justifica priorizar o recurso das narrativas, que vem sendo usada também em pesquisas há mais de duas décadas como método de investigação, visto a insatisfação com produções no campo da educação que se caracterizaram por falar sobre em vez de falar com e a partir de quem prioriza pesquisar (GERALDI; GERALDI; LIMA, 2015).

Nesta perspectiva, cabe a quem pesquisa não carregar esse hipócrita e prepotente ego de que estamos dando voz para as pessoas, quando na verdade precisamos ter a humildade de escutá-las para aprender e entender que as suas narrativas não devem ser reduzidas nem

objetificadas, afinal, já falei antes que toda linguagem é epistêmica e aqui estou como aprendiz entre rainhas.

Aquele momento da qualificação foi importante também para que mais adiante eu pudesse repensar o título do trabalho. Quando submeti o projeto de mestrado para o Programa de Pós-graduação foi com o título “MEU BARULHO TE INCOMODA? RECONHEÇA A MINHA (R)EXISTÊNCIA SEM ME AGREDIR! Uma reflexão sobre movimento de transexuais e travestis em busca de direitos no âmbito do SUS”.

Além das observações feitas naquela qualificação, os conteúdos das disciplinas do curso, acompanhamento do ativismo trans e travestis nas redes sociais, um mergulho nas referências bibliográficas me permitiram visualizar a importância de fazer a alteração do título para “ESTE BARULHO TE INCOMODA?! Potência política de travestis negras frente à negação de direitos e as múltiplas violências. Aceita que dói menos!”

Diante das provocações já mencionadas, percebi que o primeiro título abre margem para uma apropriação de fala, como se eu fosse uma travesti e não uma mulher cis se colocando. Preocupo-me com essa questão do lugar de fala, porque também pertencço a um grupo social cuja cultura e saberes ainda são apropriados para dar conta dos egos e holofotes que a branquitude gosta. Então, tô fora dessa onda!

É importante, portanto, falar que os pontos abordados no roteiro de entrevista () são uma construção resultante de escuta, estudos e acompanhamento das redes sociais de ativistas transexuais e travestis. Tenho observado que são mulheres e pessoas que performam o gênero no feminino que também se preocupam com a imagem preconcebida sobre suas resistências e têm se posicionado favoráveis a evidenciar e valorizar seus marcadores sociais positivos e, neste sentido, as narrativas dissidentes aqui presentes contribuem para que o reflexo dos nossos movimentos fortaleçam outras mulheres.

Ainda dialogando com os aspectos metodológicos, permito-me envolver com a realidade que pesquiso, a partir de um lugar situado e localizado (HARAWAY, 2009), tomando a minha própria voz e sendo dona do meu próprio discurso (GONZALEZ, 1986) e essa postura política se estende às co-autoras porque somos e temos nossas próprias referências e nos auto autorizamos teoricamente.

Concordando com essas elaborações, penso que os trabalhos científicos ganham mais sentido e significado quando quem escreve pode ser também co-autora das narrativas. É uma

das possibilidades de romper com o que se constrói no espaço da academia, atravessada pela lógica racista de que pessoas negras são corpos sem mentes (HOOKS, 1995) e as narrativas do vivido como restritas experiências ou pautas identitárias.

Por acreditar e praticar essa perspectiva, já fui exaustivamente questionada, inclusive no decorrer deste mestrado, pelo incômodo que causei a quem não teve, na época, ou ainda não tem abertura e respeito com a realidade de que minha produção de conhecimento é uma interlocução com o campo de militância e, portanto, me coloco como uma intelectual-ativista por entender que não posso ser menos que isso em respeito, especialmente, às histórias de vida das mulheres da minha casa, marcadas pelo não acesso ao espaço educacional por conta da necessidade primeira do trabalho para sobreviver.

Trago esse ponto, lembrando aqui Alex Ratts (2006) para dizer que meu processo de escrita por vezes é um ressurgimento da recusa e por vezes refutada por ditos “pares” acadêmicos, cuja realidade até o final da década de 1990 questionava intelectuais negras como Beatriz Nascimento, dentre outras e outros, pelo seu envolvimento e olhar “contaminado” sobre a realidade social pesquisada.

Permito-me dizer com tranquilidade que quem assume esse lugar de criticar as formas adversas e diversas de produzir conhecimento assume também a prepotência e a contribuição com o epistemicídio, na medida que se autorizam o direito de buscar todos os argumentos possíveis para desautorizar e minimizar produções de conhecimento que valorizam as narrativas como técnica científica. Inclusive, questionam se tem validade científica, se é ou não teoria. Por pessoas e instituições que se constroem dessa forma só posso sugerir que amplie o seu olhar míope às diversas possibilidades de se expressar no mundo e fazer ciência.

Daí eu me pergunto: será que “meus pares acadêmicos” estão atentando para o fato de que manter distância, objetividade e neutralidade em suas pesquisas têm sido favoráveis para que pessoas fora do seu circuito hegemônico cada vez menos se reconheçam naquilo que produzem, visto que suas práticas, saberes e fazeres se aproximam mais de uma caricatura e que suas conclusões consideradas consistentes pelo rigor teórico-metodológico, acabam autorizadas a expor, julgar, criticar, formatar e prescrever práticas caricatas? (GERALDI; GERALDI; LIMA, 2015, pág. 3)

Não escrevo para agradar a casa grande, e sim por uma liberdade individual e coletiva, inclusive liberdade para escrever o que quero e como quero. É nessa concordância com Steve Biko (1990) que ousou dizer:

“Racializei o pensamento com NEGRAS referências para girar na roda de práticas incapazes de sabotar SONHOS DESobedeci pedagogias tradicionais para cortar com Palavras-Navalhas-Doçuras as interdições de ampliação dos saberes e desautorizações de pensamentos INSURGENTES Escrevo o que penso para não ferir a mim mesma com a crença imposta de que sou incapaz de tocar alguém com as minhas EscreVIVÊNCIAS Não há certo nem errado no que escrevo O que há são pontos de vista vistos de vistas diferentes Tinta NEGRA na escrita que representa fôlego de vida para quem, por muito tempo viveu às margens condicionada pelo racismo O natural, portanto, é ENEGRECER o escrever Para enxergar POSSIBILIDADES para além das migalhas oferecidas pelos cânones eurocêtricos A escrita que ALIMENTA foi OFERENDADA desde a TRAVESSIA DO ATLÂNTICO”. (OLIVEIRA, 2020)

Esse diálogo poético com Palavras-Navalhas-Doçuras autorais também anuncia o desinteresse em circular estes escritos exclusivamente em espaços restritos às dissertações, teses e aos periódicos, cujo destinos pairam entre examinadores/as e pareceristas envolvidos/as em bancas, congressos científicos e periódicos especializados e demonstram inflexibilidade quanto a aproximação entre pesquisadora e “pesquisada” - altero para co-autora - (GERALDI; GERALDI; LIMA, 2015, pág. 3).

“A aproximação entre pesquisador e pesquisado, longe de ser um mecanismo de contaminação da pesquisa, significa a possibilidade de construção de outras compreensões acerca das nossas experiências. Entre os modos de enfrentar o desafio das pesquisas com envolvimento do pesquisador está a investigação narrativa. As narrativas das histórias do vivido constituem material importante na investigação. [...] resguardam sujeitos e práticas de terem seus sentidos corrompidos por pesquisas formatadas que enquadram a experiência ao olhar ou ao objeto do investigador” (GERALDI; GERALDI; LIMA, 2015, pág. 3).

Por isso mesmo, gosto da ideia de que nenhuma das narrativas poderão ser podadas ou passíveis de sabatina hegemônica acadêmica. Ao ocupar o lugar de ouvinte-aprendiz, busquei

ouvir travestis negras de dentro e de fora do circuito acadêmico, porém não tive êxito com participantes de fora deste circuito. Mesmo tendo o WhatsApp de algumas delas, ter estabelecido contato, agendado encontro virtual, de acordo com suas disponibilidades, por algumas vezes me vi deixada no vácuo, sem respostas, sem ligações atendidas nem retornadas.

Diante das divergências de agenda, dos não retornos, precisei, inclusive, fazer um exercício sensível de compreender que talvez os contatos não exitosos tenham sido por conta dos processos que cada uma precisa dar conta, nas suas vidas pessoais e sociais e essa realidade entra no rol dos caminhos que foram possíveis traçar, no entanto, apesar do leve sentimento de frustração por não poder enriquecer este estudo com as narrativas das que não tive a oportunidade de dialogar, precisei seguir e tentar outras possibilidades.

Desde o segundo semestre de 2020, comecei a estabelecer contato com possíveis co-autoras, potências políticas que acompanho via redes sociais, no entanto, sem êxito mais uma vez. Fiquei aguardando retornos de pessoas próximas, ativistas trans e travestis que têm o contato direto com as mesmas, a quem havia solicitado apoio para intermediar a pesquisa e a busca continuava.

Essa busca não foi aleatória. Tentei a partir de ativistas trans, travestis e outras pessoas LGBTQs, amigos²⁰ em comum ou que têm alguma relação por trabalhar e/ou estudar juntas/os/es com as possíveis co-autoras, que também constam como seguidoras dos meus trabalhos em redes sociais. Este foi um critério que utilizei para estabelecer o contato, cujo êxito foi possível no segundo semestre do ano atual.

No primeiro semestre a amiga querida, Paula Valentine, universitária pela Uneb, mulher trans negra, viabilizou o contato telefônico com Joana Philipe, que ao longo da nossa conversa relatou que a rainha Thiffany Odara também havia falado e recomendado sua participação na pesquisa. No processo de adaptação da minha espera com a sua agenda, a nossa rica, longa e orgânica conversa aconteceu em fevereiro (2022), iniciando às 17:15h, com pausa às 19h para fazermos e tomarmos um café e no retorno daquele delicioso e potente papo, finalizamos às 22h.

²⁰ Aqui também é uma adequação de linguagem, em observância às reivindicações nas pautas LGBTQs sobre inclusão da linguagem neutra.

Já nos últimos minutos do segundo tempo, leia-se: segundo semestre de 2022, Joana era a única co-autora do estudo e eu desejava enriquecer o trabalho com outras narrativas dissidentes e tão potentes como a dela. Até o momento da segunda banca de qualificação, eu pretendia dialogar com cinco co-autoras. Ali, mais uma vez ouvi as vozes sensatas que me alertavam da importância de entender o curto espaço de tempo para finalização que não convergia com a imensidão da minha ansiedade em contribuir para que mais vozes pudessem ecoar por aqui.

Em abril do ano corrente, fiz contato com uma amiga que conheci quando ministrei uma aula na Universidade Federal da Bahia, em uma disciplina qual ela estava cursando, para que pudesse intermediar a pesquisa com travestis negras assistidas onde ela realiza estágio, no Casarão da Diversidade, Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBTQ+ (CPDD LGBTQ), uma iniciativa da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia (SJDHDS BAHIA), no entanto, a participação foi recusada com o pertinente argumento de que o estudo não viabiliza valor monetário, já que tem caráter de capital cultural e relevância sociopolítica.

Nesse ínterim de expectativas, esperas, negativas, dúvidas quanto às estratégias para aproximação com as co-autoras, em conversa com a minha orientadora já tinha construído um roteiro de entrevista, com base nos eixos de Identificação Pessoal, Situação Socioeconômica e Percepção de si e para além de si, em diálogo com a perspectiva de potência política abordada.

Esse questionário foi aplicado na entrevista com Joana Philipe, porém, ao realizar a transcrição do áudio percebi que a qualidade ficou comprometida na maioria das falas da co-autora, tão baixos que em várias passagens não é possível ouvir nem entender o que ela diz, tanto pelo baixo volume quanto por interferência de barulhos externos. Diante desse imprevisto, após realizar outras leituras e frente à persistente dificuldade em estabelecer o diálogo com outras co-autoras, senti a necessidade de fazer algumas alterações no questionário e pensei em lançar nas minhas redes sociais, na tentativa de alcançar outras participantes.

Foi aí que reconstruir um questionário pelo google forms (APÊNDICE), enviei para minha orientadora fazer suas considerações, mas me senti insegura em lançar virtualmente, porque no fundo, eu não queria usar essa metodologia, uma vez que, no meu entendimento, é

uma forma fria e distanciada de fazer pesquisa, principalmente considerando a abordagem do estudo. Mesmo assim, após criar o formulário, entrei em contato com mais duas referências estratégicas do movimento LGBTQIA + da Bahia, para solicitar que fizessem o compartilhamento direto com travestis negras da sua rede de sociabilidade.

Foi com uma delas que tive êxito. Depois da ligação telefônica com Livia Ferreira, representante da União Nacional LGBT (UNALGBT), da Rede Sapatá e do Coletivo Lesbibahia, que ela, entendendo a importância da pesquisa, gentilmente viabilizou o contato com a segunda co-autora, a Paullet Furacão.

Para um primeiro contato com Joana e Paullet, fiz uma ligação telefônica e depois a nossa comunicação foi via whatsapp. Levei ao conhecimento delas mais detalhes sobre a pesquisa, identifiquei meu lugar de mulher cis negra, me senti especialmente acolhida por ambas, que valorizaram o estudo, evidenciando a sua relevância social tanto para a comunidade trans e travestis, principalmente para a sociedade de um modo geral, e mais especificamente, por ser protagonizada por uma mulher negra, conforme suas narrativas registradas no capítulo anterior.

Preocupada com a qualidade da gravação e como uma forma de termos um registro memorial científico, antes de fazer contato com as co-autoras, busquei saber do Colegiado do Programa se havia possibilidade de gerar um link via plataforma virtual institucional, porém recebi a negativa do retorno com a justificativa de que o google meet não libera mais gravação para a Universidade. Então, como não pude contar com o Programa, neste sentido, precisei dar meu jeito.

Nos dias da entrevista, fiz chamada de vídeo pelo google meet e gravei o áudio no gravador do meu notebook. Percebi que o áudio de Paullet Furacão ficou melhor porque fiz a videoconferência pelo aplicativo do celular, enquanto que o de Joana Plillipe foi pelo notebook. Naquela primeira experiência apostei que a gravação não falharia, mas não foi assim que aconteceu, por isso, depois de ter lamentado muito e ser consolada pela orientadora, na segunda entrevista mudei a estratégia.

A conversa com Paullet Furacão aconteceu no dia 19 de julho do presente ano, com duração de uma hora e quatro minutos, em um tempo corrido, dada a sua agenda corrida, inerente à realidade de uma assessora parlamentar, mas que em nada comprometeu a

qualidade do diálogo. Ambas as entrevistadas afluíram afetos, consideração e respeito por mim e pelo trabalho. Foi muito especial e positivamente marcante ter vivenciado aquele momento com elas.

Quando percebi o áudio de Joana Philipe com a qualidade comprometida, entrei em contato com ela, sem êxito e após alguns meses conseguimos nos falar. Expliquei o que havia ocorrido com o áudio, que uma parte significativa ficou baixa, mas que no início deu para aproveitar conteúdos, e que precisei fazer alteração no questionário. Dessa vez, fiz o convite novamente para saber a disponibilidade dela em responder, sendo gentilmente acolhido em agosto, dessa vez mandei as perguntas via whatsapp para otimizar o tempo e a maravilhosa respondeu por escrito.

Foi a partir desses movimentos, por vezes exaustivos, frustrantes, mas também importantes para o meu aprendizado enquanto uma recente pesquisadora, que as narrativas potentes das co-autoras chegaram até você.

Para alcançar os objetivos deste estudo, além do processo de escuta das co-autoras, percorri os seguintes caminhos metodológicos: estabeleci diálogo com movimentos sociais LGBTQIA+, principalmente protagonizados por homens e mulheres transexuais e as travesti atuantes em Salvador e Lauro de Freitas (região metropolitana), participei de encontros temáticos presenciais, anterior à pandemia pelo covid-19 e na modalidade virtual através de lives, assistindo filmes, documentários e webnários proferidos por travestis e pessoas transexuais, junto com minha orientadora fizemos o mapeamento de textos (artigos e dissertações) do pensamento social feminista negro, brasileiro e internacional, recebi indicações de produções do conhecimento transfeminista disponibilizados por intelectuais trans que conheci nessa minha trajetória, acompanhei notícias jornalísticas, fiz leitura de dossiês, legislações, normativas e resoluções relacionadas aos direitos das travestis, articulei as referências com a antologia negra de própria autoria e de outras autoras, acompanho as redes sociais de pessoas, coletivos e organizações transexuais e travestis, local e nacional²¹, por entender estes espaços digitais como ferramenta de luta por direitos na contemporaneidade, afinal, estamos falando de mídias contra-hegemônicas que resistem às

²¹ Acompanhe também: <https://www.instagram.com/antra.oficial/>; https://www.instagram.com/aurora_casalgbt/; <https://www.instagram.com/bruno.santana27/>; <https://www.instagram.com/thiffanyodara/>; Ariane Senna (ao buscar o link do seu perfil no instagram e facebook, vi que havia sido removido, o que me preocupa, uma vez a mesma é uma pessoa pública e atravessada pela transfobia).

diversas formas de opressões, conforme nos orienta a Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco, Flávia da Silva Clemente (2019).

Como analisar os achados e dados diante de uma diversidade de materiais e conteúdos, inclusive majoritariamente qualitativos? Inicialmente, construir o quadro teórico que está mais adiante, no período de 2020 a 2021, qual foi apresentado na segunda banca de qualificação e contribuiu para o processo de estudos, uma vez que facilitou a organização do meu pensamento, na perspectiva de direcionar os referenciais a partir de eixos temáticos: Transfeminismo Interseccional; Cisgeneridade; Movimentos Sociais; Políticas Públicas; Potência Política; Ativismo Digital; Travesti Negra; Território; Caminhos racializados.

Esses eixos não constam nesta ordem no decorrer da pesquisa, alguns estão presentes nos capítulos, tem referências que você vai ver no quadro que não constam no texto, outras foram alteradas, as quais estão devidamente identificadas nas referências bibliográficas, cujas mudanças consideram as importantes ponderações da segunda banca de qualificação, principalmente no que se refere a relevância de entender que não é em um mestrado que conseguirei dar conta de todas as discussões que desejo realizar em torno do presente tema.

É muito bom ter esse olhar porque aliviou a auto cobrança que me fiz, inclusive por conta do entendimento equivocado de que para escrever uma dissertação necessita incluir milhões de textos. Não é bem assim que a banda toca, porque dois anos de curso voam e a gente segue achando que vai fazer milagre nesse curto espaço de tempo! Ainda bem que existe orientadora e banca de qualificação sensatas neste universo acadêmico que nos aperta sem nos abraçar.

Diante de tantos conteúdos e materiais para dar conta, acolhi a prática de inventariar enquanto possibilidade metodológica de organização dos dados de uma pesquisa, utilizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada - GEPEC (MORAIS; PRADO, 2011), apresentado em tese da professora e pesquisadora Corinta M.G.Geraldi, intitulada “Produção do Ensino e Pesquisa na Educação: estudo sobre o trabalho docente no curso de Pedagogia” (1993). Trata-se de uma escolha que, segundo estes autores, demanda trabalho, paciência e auto organização por parte de quem pesquisa - e literalmente vivenciei esse esforço metodológico -.

A partir de uma considerável literatura, os autores supracitados apresentam as diversas concepções do que podem ser compreendidos como materiais de pesquisa: entrevistas, textualizações, depoimentos de diferentes sujeitos, anotações em cadernos de reuniões,

folders, ofícios, gravações, vídeos, reportagens jornalísticas e outros (VARANI, 200); fitas de áudio, registros pessoais, registros de coordenadores, avaliações (CUNHA, 2006).

Deste modo, segundo as autoras, a ideia de inventário da pesquisa possibilita discutir e desnaturalizar alguns aspectos importantes no contexto de organização dos materiais, uma vez que diz também sobre como compreendemos e produzimos conhecimento e a necessidade de atentar para “o modo mutilador de organização do conhecimento, incapaz de reconhecer e apreender a complexidade do real”, o que Morin (1990) citado pelas autoras, denomina de cegueira (pág. 143).

Para tanto, tem alguns questionamentos colocados nesta contribuição teórica que permito-me deslocar para a nossa conversa, exatamente com a preocupação de não me embriagar com essa referida cegueira: 1. “Como não permitir que um pensamento mutilador nos leve a ações mutiladoras?; 2. “Como não mutilar um acervo, que mais que dados, constitui nossa própria experiência?; 3. “Como identificar o que seria ou não relevante em uma pesquisa?; 4. “A partir de quais critérios deveríamos separar, classificar, hierarquizar e nomear por significativo ou irrelevante certos dados ou acontecimentos de uma investigação?; 5. A favor de quem ou do que estaríamos ao fazer esta ou aquela escolha?”

Uma outra pergunta que considero ainda mais relevante e que dialoga com inquietações já levantadas por mim no decorrer deste mestrado é: “Qual o grau de participação dos sujeitos de nossas investigações na definição dos materiais a serem inventariados e, conseqüentemente, comporem o corpus dos dados de nossa pesquisa?” (pág. 144).

Esta linha de pensamento reitera aquilo que bell hooks (1995) deixou registrado ao compartilhar sua experiência de mulher negra no contexto do trabalho intelectual, na contramão da concepção de que vivemos em uma sociedade fundamentalmente anti-intelectual e difícil para quem se compromete e se preocupa com mudanças sociais radicais. Exemplo disso são posturas anti-ciência promovidas por quem gerencia o Brasil no âmbito nacional ao acelerar a falência científica com redução e subfinanciamento.

Além desse aspecto, é relevante reiterar que a produção de conhecimento deve dirigir-se para as necessidades das pessoas, em uma perspectiva de mudança social e política radical e tendo esses ideais como horizonte, me permite compreender os questionamentos

supracitados como indispensáveis no processo de tecer linhas que confrontam com duras realidades, mas também são úteis para catalisar a transformação da consciência e da vida de travestis negras como a minha própria (hooks, 1995).

O meu percurso metodológico, desde o processo seletivo para inserção no mestrado até os dias atuais, me permitiu e me condicionou realizar ajustes, acréscimos, repensar aspectos importantes que causou rebuliço filosófico, simbólico e espiritual na minha existência, sobretudo, ao ser provocada enquanto mulher cis.

Como forma de autocuidado e auto respeito ao tempo que dediquei para organizar, elaborar, sistematizar e tecer essas linhas, tenho me apegado ao desapego e a ideia de que o que ficou de fora deste estudo não representa exclusão e sim a adequação aos limites de quem busca escrever o que quer porque sou continuidade de uma ciranda aqui demarcada desde Beatriz Nascimento à Lélia Gonzalez à Thifanny Odara e a tantas outras intelectuais negras que virão.

As redes de afeto e resistências nos âmbitos pessoal, profissional, ativista e acadêmico tem me permitido ampliar o olhar - ao menos estou tentando! -, quanto aos diversos aspectos do meu processo de escrita, proporcionando possibilidades de auto cuidado e valorização da minha saúde mental em termos de não absorver a lógica acadêmica de acelerada e padronizada produtividade. Sendo assim, mudanças significativas foram necessárias.

A IMPORTÂNCIA DAS DISCIPLINAS²²: 2019-2021

Todas as disciplinas estudadas no curso foram importantes para o acúmulo teórico-metodológico. Para além desse acúmulo, cada uma delas, com suas propostas específicas foram relevantes, sobretudo, para reiterar o que quero e o que não priorizo neste espaço em termos de referenciais, linhas de pensamento, como compreender a realidade e a forma de produzir conhecimento.

Neste sentido, as narrativas que apresento são autorizadas por mim mesma, as co-autoras e todas as referências teóricas e de experiências abordadas, pois representam o

²² Ementa retirada do sistema interno da UFBA - SIGAA.

sentido de minha própria resistência ao ato de escrever (ANZALDUÁ, 1980), diante das várias tentativas de desautorização epistemológica exaustivamente enfrentada em alguns momentos nesse processo.

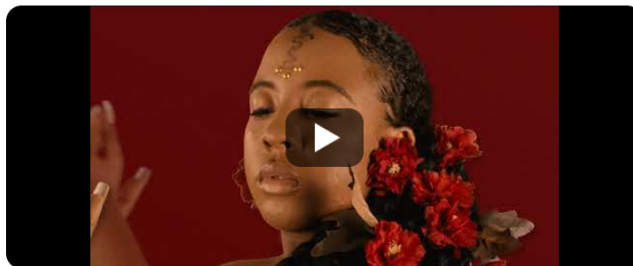
As discussões em sala de aula, por vezes, deixou marcas nada doces em minha caminhada acadêmica, seja porque sou questionada desde o período da graduação por defender o pensamento social feminista negro que contrapõem os considerados clássicos das ciências sociais com sua perspectiva marxista que não enxergou o racismo, sexismo e outras violências como estruturantes nas relações sociais, seja por ter convivido com a estupidez ainda reproduzida por docentes que não se importam em desestruturar emocionalmente estudantes mulheres, negras, mães, desempregadas e mestrandas com o discurso de “todo mundo tem problema, mas você deve assumir o compromisso que se propôs”, e ainda: “não adianta reclamar, que tem que ler textos e textos. Tem que ler mesmo, porque você está no mestrado”.

Falas como essas derrubam ou mantêm firmes mulheres negras de periferias que, como já dizia Beatriz Nascimento, lembrada por Ludmila Lis (2020, pág. 11) ser esta mulher e ainda brasileira já diz muito da nossa realidade, mas pode mostrar especificidades que nós, filhas do Atlântico, possuímos. Da magia de ser uma mulher negra em diáspora, evoco nosso poder de traduzir, sedar, contornar e mastigar a palavra.

Então, você está diante de uma pedagogia da DESobediência (ODARA, 2020), uma escrita que em alguma medida representa uma espécie de vingança e/ou um desafio de romper o silêncio imposto e executar um gesto de teimosia esperança, conforme ensinou Conceição Evaristo (2003). E a esperança é justamente essa possibilidade de escrever o que quero, sem preocupação com sabatina acadêmica, respeitando o ponto de vista visto de vistas diferentes da minha e valorizando com rigor, as narrativas das experiências vividas por mim e tantas outras mulheres silenciadas neste Brasil.

Estou aqui não para somar, porque quem soma pode subtrair, mas para reiterar a aliança político-afetiva-simbólica com a minha própria existência, com a de quem me antecede e quem caminha comigo na contemporaneidade, construindo caminhos para outras que virão, porque nós nunca andamos só! Como diz a cantora Sued Nunes: somos Povoada! (Clique na imagem abaixo e confira):

Imagem 8: Clipe “Povoada”. Cantora Sued Nunes



Povoada - Sued Nunes (Vídeo Promocional Julho das Pretas)
<https://www.youtube.com/watch?v=dIFzUVxAb8c>

Fonte: Youtube. Realização: Mugunzá Records, 2021.

Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dIFzUVxAb8c>>.

QUADRO TEÓRICO (2020-2021)

CATEGORIAS	REFERÊNCIAS (principais)	O QUE PROponHO?	
AMEFRICANIDADE	<p>Lélia Gonzalez, Cláudia Pons Cardoso, Thiffany Odara</p> <p>Por um feminismo AFROLatinoamericano;</p> <p>Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez;</p> <p>Amefricanidade: proposta feminista negra de organização política e transformação social;</p> <p>Pedagogia de DESobediência: Travestilizando a Educação</p>	<p>Utilizar o conceito político-cultural de Amefricanidade para compreensão e valorização das diversas narrativas e experiências próprias e de travestis negras</p>	<p>ATRAVSSAMENTO INTERSECCIONAL</p>
QUILOMBO	<p>Alex Ratts, Beatriz Nascimento</p> <p>Eu sou Atlântica;</p> <p>Historiografia do</p>	<p>Utilizar o conceito político-ideológico como ferramenta metodológica para compreensão e valorização das lutas de travestis negras em Salvador enquanto resistência,</p>	

	<p>Quilombo : possibilidades nos dias de destruição; Conceito de Quilombo e a resistência cultural negra</p>	<p>resiliência, potência política, a partir dos seus diversos lugares e espaços.</p>	
CISGENERIDADE	<p>Ariane Senna, Bruno Santana, Viviane Vergueiro, Cássio Perez Fernandes, Yuna Vitória Santana da Silva, Theo Brandon Pitanga Gonçalves; Apolo Vincent Silva de Oliveira</p> <p>Transrelações: A desestabilização da CISnormatividade ante relações transcentradas;</p> <p>A disciplina que marginaliza corpos: o impacto da CISnormatividade nas subjetividades de pessoas trans</p> <p>Avenida Feminilidades Mulheres trans e travestis de rua em Manaus;</p> <p>Transmasculinidades negras</p> <p>...</p>	<p>Conhecimento, reconhecimento e problematização da cisgeneridade enquanto identidade de gênero, predominantemente sob os olhares Transfeminista</p>	
MOVIMENTOS SOCIAIS - ATIVISMO DIGITAL	<p>Manuel Castells, Adilson Cabral,</p>	<p>Compreensão das redes sociais utilizadas pela comunidade LGBTQIA+ enquanto espaços de luta e enfrentamento às violências, negação de direitos.</p>	
POLÍTICAS PÚBLICAS	<p>Alessa Montalvão Oliveira Denega (Org); Lindalva Guimarães Mendes...; Luma Nogueira de Andrade; Richard Miskolci...; Priscilla Cabral Dibai; Kellyane de Santana Ricardo</p>	<p>Conhecer e problematizar pensamentos e ações voltados para cidadania LGBTQIA+ no Brasil. Trazer também a participação teórica do Serviço Social neste contexto.</p>	

	<p>Gênero na Psicologia: saberes e práticas;</p> <p>Proteção social e produção do cuidado a travestis e a mulheres trans em situação de rua no município de Belo Horizonte;</p> <p>LGBTI+ no Brasil: o golpe de 2016 e a facada de 2018;</p> <p>Movimentos anti-igualitários na Educação e Saúde;</p> <p>A direita radical no Brasil pós-redemocratização; o caso de Jair Bolsonaro;</p> <p>“RESISTENTE COMO FLOR”: Avanços, resistências e impasses da Política de Saúde LGBT e do processo transexualizador no espaço trans - hospital das clínicas/UFPE</p> <p>...</p>		
<p>NARRATIVA PALAVRA-NAVALHA-DOÇURA DECOLONIAL</p>	<p>Sofia Favero; Maria Léo Araruna (org.); Maitê Freitas (Org.); bell hooks</p> <p>Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais;</p> <p>Nós, trans: escritivências de resistência./Grupo Transcritas Coletivas;</p> <p>Escritas femininas em primeira pessoa</p> <p>E não sou eu uma mulher?</p> <p>Antologias Negra</p>		

	...		
METODOLOGIA; INSTRUMENTO; TÉCNICA DE PESQUISA; ANÁLISE DE DADOS	Guilherme do Val Toledo Prado; Jacqueline de Fátima dos Santos Morais; Maria Emilia Caixeta de Castro Lima...; - Inventário - Organizando os achados de uma pesquisa; - O trabalho com narrativas na investigação em Educação...	Percurso teórico-metodológico de pesquisa...	

Fonte: Elaboração autoral.

2. CISGENERIDADE EM QUESTÃO! Eu, mulher cis? O que é isso? A pesquisadora negra cisgênera pede licença para falar numa boa

Imagem 1: Eu, pesquisadora negra cisgênera



Fonte: Acervo pessoal. Crédito: @ivespadilha1

Neste momento, escrevo no quarto da minha filha, sentada na poltrona de madeira usada, doada pela minha sogra. É um sábado, com clima nem muito frio, nem muito quente. Estou fazendo um resgate histórico importante do que vivi e ouvi em uma roda de conversa,

envolta de uma mesa redonda e é essa memória que também vai subsidiar a nossa conversa neste tópico.

Mas antes, deixa eu te contar um pouquinho da minha história na relação com o presente tema. No meu tempo de criança e adolescente não lembro de nenhum momento em que tive acesso a assuntos relacionados à diversidade sexual e de gêneros sem a supervalorização e exclusividade do ser homem e mulher conforme orientado nos moldes bíblicos e biológicos.

Dentro de casa minha avó paterna, que é minha mãe de criação, jamais falava disso e na escola, na época dos ensinamentos da educação infantil e fundamental, não me recordo desse diálogo. Certamente é porque não existiu mesmo! No contexto das minhas outras relações sociais, entre amigos e amigas, vizinhança, também não existia, na perspectiva de uma educação sem violências.

Nasci e vivi na minha cidade natal até os dezesseis anos, depois estudei do 1º ao 2º ano do ensino médio em uma escola pública do município de Lauro de Freitas - BA e ali também não tive acesso a conteúdos que tratam desses temas, no máximo algumas aulas sobre o corpo humano, sob uma ótica exclusivamente biológica e anatômica. Mas nada profundo sobre educação sexual, performatividade de gêneros, fluidez dos gêneros, nada disso.

Após viver durante três anos nesta última cidade, mudei para Salvador, onde no ano de 2010 tive a oportunidade de ingressar no curso preparatório para o vestibular, chamado Curso Popular de Pré-vestibular Quilombo do Orobu²³. A partir daquele espaço sócio-político, pude me aproximar de discussões étnico-raciais e de forma ainda tímida, dos debates relacionados à diversidade sexual e de gêneros, na perspectiva de intelectuais negras como Lélia Gonzalez, a professora Ana Célia Silva e a socióloga Vilma Reis.

Naquela época eu ainda não tinha ouvido falar desse termo cisgeneridade. As palavras-chave que predominavam nas aulas presenciais eram: povo negro, racismo, mulheres negras, desigualdades, justiça social, identidade negra, negritude e, principalmente, autoestima e estética negra.

²³ Localizado em Cajazeiras. Atua há mais de 20 anos promovendo educação antirracista e popular na periferia. Conheça: <<https://www.instagram.com/quilombodorobu/>>; Estudo científico sobre a experiência deste movimento socio-político, elaborado pelo autor Gilmar Rodrigues <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-BD2KN3>>.

Foi muito importante essa aproximação porque na primeira tentativa do vestibular eu, inclusive, ainda nem tinha muita noção do curso que queria fazer, tampouco almejava tanto ocupar o espaço da universidade pública até porque, anterior à minha inserção ali eu nem sabia que existia a possibilidade de acessar o ensino superior que não fosse exclusivamente através de faculdades privadas.

Portanto, o Quilombo do Orobu passou a representar para mim não só o lugar de preparação com conteúdos programáticos, em acordo com as exigências do Exame Nacional do Ensino Médio, como principalmente abriu leques de possibilidades, de ampliar o meu olhar em relação às perspectivas antes inexistentes e limitadas.

E nesta direção, eu passei a olhar de forma mais íntima e generosa para a minha existência enquanto uma mulher negra. A autoestima que já era valorizada, potencializou. Venho de uma linhagem de mulheres negras e homens negros que se olham no espelho e gostam do que vêem.

No período de 2014 a 2015, tive a oportunidade de realizar o estágio em Serviço Social na Área Técnica da Saúde Integral de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneras. Foi nesse período que passei a me aproximar de temas relacionados aos direitos à saúde destas populações atrelados a outras políticas públicas e sociais. Na oportunidade, dentre as ações previstas no nosso planejamento estratégico, à época, pensando a saúde integral, pude participar de encontros significativos protagonizados por coletivos LGBTQIA+ da capital baiana e de lá para cá, tenho priorizado ocupar espaços com a perspectiva de potencializar a condição de humanidade dessas populações, principalmente, das travestis e mulheres trans.

Dentre os encontros que participei nos anos posteriores ao estágio, quero destacar um que eu acredito ter sido determinante para provocar em mim o incômodo que antes eu nem imaginava que deveria sentir, no que se refere à minha orientação sexual e identidade de gênero. Foi participando de uma mesa redonda que ouvir pela primeira vez, de forma explícita, os termos cisgeneridade e pessoas cis.

Ali estavam representações de ativistas lésbicas, travestis, mulheres e homens transexuais, lá no Centro Municipal de Referência LGTB+ Vida Bruno²⁴, que à época a

²⁴ Site oficial:

<<http://www.reparacao.salvador.ba.gov.br/index.php/programas/1731-centro-municipal-de-referencia-lgbt>>.

Acesso em 11/08/2022.

Política de Promoção e Cidadania LGBTQ+ era coordenada por Vida Bruno, pessoa maravilhosa que tive a oportunidade de conhecer, cujo nome hoje é atribuído a este centro em homenagem ao mesmo, após seu assassinato²⁵, decorrente do crime de transfobia letal sofrido no bairro do Campo Grande, em Salvador.

Conversa vai, conversa vem, eu ali, ainda me sentindo deslocada pela recente experiência em participar de rodas com aquela pegada explicitamente transgressora e questionadora de padrões dominantes, mas ao mesmo tempo achando tudo muito interessante, dado seu o caráter político e pedagógico, no momento da roda de apresentações, um homem trans fez uma fala que me deixou confusa, justamente porque até aquele momento eu desconhecia o termo “cisgênero”. Lembro-me como se fosse hoje ele dizer o seguinte:

“Se tem algo que as pessoas cis precisam aprender é que em espaços protagonizados por nós, pessoas LGBTQ+, por uma questão de coerência política, é importante que elas busquem ler sobre sua identidade de gênero e se identifiquem como pessoas cis, afinal, são elas - pessoas cis -, que nos nomearam primeiro, impondo uma ideia binária de nossas existências” (Bruno Santana, 2017).

Dizer como conheci esse termo cisgeneridade é fazer memória também daquele ativista querido que a vida me presenteou como amigo e muito importante para a história da luta por direitos humanos das pessoas LGBTQIA + na Bahia. É lembrar que meus pés pisaram em chão de resistências, fazendo escuta qualificada dos relatos, narrados por pessoas marcadas por violências física e simbólica, em razão da sua orientação sexual e identidade de gênero.

É também para agradecer pela oportunidade de ter conhecido pessoas abertas a trocar saberes e fazeres, valorizando cada particularidade, singularidade e especificidade de ser quem é, sem vergonha, sem medo de se autodeterminar, mesmo diante das negações e as múltiplas violências vivenciadas.

Voltando àquela fala, embora eu tenha entendido que não foi direcionada para mim porque até então não tinha me apresentado, ficou marcada na minha cabeça e na hora da minha apresentação eu ainda não conseguia me identificar da forma como fui provocada a fazer porque não tinha me apropriado do que aquilo significaria para mim.

²⁵ Notícia relacionada:

<https://noticiapreta.com.br/morre-historiador-e-coordenador-de-politicas-para-cidadania-lgbt-de-salvador/>. Acesso em 11/08/2022.

Eu estava em formação - como ainda estou -, e após aquele encontro específico, sair dali entendendo que se eu queria mesmo contribuir para viabilizar direitos humanos de pessoas trans e travestis, principalmente através do lugar de assistente social que na época eu estava estudando para ser, eu precisava me debruçar nos estudos sobre o tema, ouvir e ler produções de conhecimento de pessoas não cis, para então conseguir orientar minhas ideias, de modo a reverberar também na minha forma de me relacionar no cotidiano interpessoal e futuramente institucional com pessoas LGBTQIA+.

Ali também impulsionou a virada de chave para a definição do tema do meu trabalho de conclusão de curso²⁶, e uma importante contribuição para os trabalhos posteriores, formais e informais que tenho realizado, me permitindo um olhar diferenciado no que se refere a abordagem sobre a diversidade étnico-raciais e de gêneros no contexto das políticas públicas, principalmente nos âmbitos da educação, saúde e assistência social.

É importante dizer que curto a ideia da escritora africana Sobonfu Somé (2003), na medida que escrevo sem a intenção de provar qualquer teoria, nem impressionar, nem impor verdades, tampouco alimentar expectativas de linearidade ou construções conceitualmente direcionadas para qualquer conclusão. Também não tenho pretensão de falar por travestis, porque as mesmas sabem assim fazê-lo. Não é atoa que este espaço é nosso e elas são convidadas e reconhecidas como co-autoras deste processo de escrita e reflexões.

No meu entendimento, ainda que reconhecendo os limites do lugar de fala e de vivências, este trabalho representa uma das possibilidades que encontrei, enquanto mulher negra cisgênera, de contribuir com a luta contra a transfobia, na medida que, a partir de leituras, participação em encontros presenciais realizado por movimentos sociais LGBTQIA+, anterior ao contexto de pandemia pelo covid-19, acompanhamento de redes sociais, lives, webinários produzidos e proferidos por pessoas transexuais e travestis, formação continuada em gênero e raça, conheci e aprendi a reconhecer a cisgeneridade como identidade de gênero construída socialmente como privilegiada, contudo, com o seu caráter opressor camuflado e protegido, inclusive, no âmbito da produção de conhecimento das ciências sociais aplicadas.

A partir do conhecimento, provocação e reconhecimento da cisgeneridade enquanto uma das possibilidades de ser mulher para além da genitália, com nossas diversas possibilidades de expressar as feminilidades que há em nós, entendi a importância de utilizar

²⁶ Disponível aqui: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29099?mode=full>>.

desse tão defendido “privilégio cis” - pelas próprias pessoas cis -, para sugerir pautas relacionadas aos direitos e potências políticas de travestis²⁷ no âmbito da produção de conhecimento, visto a realidade que escolas, faculdades e universidades ainda representam espaços que excluem grupos que não se encaixam na lógica do prepotente “padrão normal”, conforme nos lembra a pedagoga Thifanny Odara (2020).

Tal evidência pode ser encontrada também no estudo realizado pela pesquisadora, Doutora em Educação, Luma Nogueira de Andrade (2013), quando registrou que o espaço educacional ainda apresenta dificuldade em lidar com as diferenças, camufla o processo de evasão involuntária, condiciona o confinamento e esconde o seu próprio fracasso ao não admitir que precisa avançar frente às diversas formas de expressar e viver os gêneros.

Então, trata-se de uma conversa com intencionalidade política, com pretensão de cis aliança propositiva e estratégica. É um conhecimento regado de compromisso e responsabilidade ética e profissional, que visa colaborar para a valorização das diversas experiências do vivido, cuja perspectiva se alinha com o não distanciamento de quem pesquisa com quem dedica tempo e confiança para compartilhar navalhas e doçuras de ser quem é. Portanto, por favor, dispense propostas de atribuir neutralidade a esse estudo (GERALDI; GERALDI; LIMA, 2015).

Você ler uma escrita que deseja evidenciar marcadores sociais positivos das corpos insurgentes travestis negras, uma vez que os estudos que tenho me debruçado demonstram que são pessoas predominantemente lembradas a partir das vulnerabilidades, perdas, faltas, violações de direitos, mortes, física e simbólica, ou em datas pontuais como o dia 29 de Janeiro - Dia da visibilidade Trans²⁸. Obviamente não deixarei de pautar esta reticência social, uma vez que pessoas transfóbicas não dormem enquanto não matarem pessoas trans e travestis!

Contudo, ao me aproximar e mergulhar no universo de possibilidades decoloniais através da DESobediência político-pedagógica de Thifanny Odara (2020), da Amefricanidade político-cultural provocada por Lélia Gonzalez (1935-1994) e do Aquilombamento em dias de destruição oxigenado por Maria Beatriz Nascimento (1942-1995) sinto-me mobilizada e

²⁷Veja: <<https://www.instagram.com/p/CKSZy8tlo-R/>>. As redes sociais têm sido espaços potentes de enfrentamento à transfobia pela comunidade LGBTQIA. Acesso em 03/02/2021.

²⁸ Ouça o que pessoas transexuais e travestis falam sobre esse assunto aqui: <<https://www.instagram.com/p/CKo-3eEl5ZG/>>. Acesso em 06/02/2021.

provocada a entender a importância de enfatizar as potencialidades, valorizar as linguagens diversas, ampliar os espaços de socialização das potências políticas narradas e vivenciadas pelo próprio corpo-território de travestis negras.

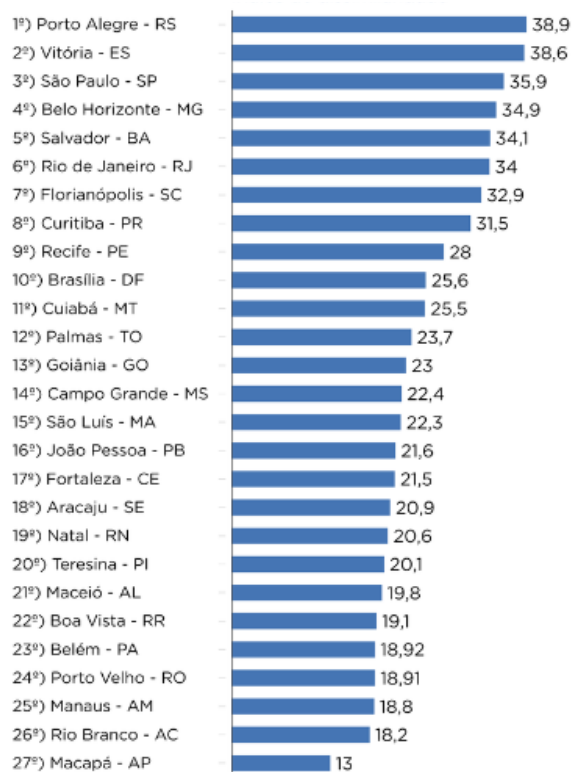
Sobre a perspectiva do corpo como território, trago o entendimento da Psicóloga Ariane Senna lembrando Joffily (2010), que ao compreender o corpo como um campo de batalha abordou os processos de resistências frente à ditadura militar no Brasil entre as décadas de 1964 e 1985 e explica que os corpos trazem histórias de vida e um sexo que possui valor histórico, social e cultural, qual estabelece uma relação com objetos, com os outros e consigo, diretamente ligados aos significados e sentidos que refletem os desejos, a inteligência e as experiências de vida necessárias para a apropriação das próprias vivências (pág. 1246).

Pois bem! Agora que te expliquei sobre a partir de qual perspectiva eu tenho partido para elaborar esse estudo, vamos então entender o que é, afinal, essa cisgeneridade e a importância de reconhecê-la enquanto uma estrutura que materializa a lógica da necropolítica contra as vidas de travestis negras soteropolitanas, para mais adiante, mergulharmos nas fontes Amefricanas Quilombolas que nos ajudam a entender a abordagem de potência política que proponho aqui.

2.1 Quando conheci e reconheci a cisgeneridade como identidade de gênero opressora

Antes de adentrar neste tópico, quero situar você de que, embora esse estudo qualitativo tenha como palco a capital baiana, não me interessei em fazer uma abordagem sobre este lugar, no tocante a segregação racial e de gêneros, visto que há pesquisas oficiais que evidenciam as [desigualdades por cor ou raça em Salvador](#), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o [Mapa Racial do Brasil](#) (2015), que revela seu 5º lugar no ranking de segregação das capitais brasileiras.

Gráfico 1: Ranking de segregação das capitais brasileiras



Fonte: IBGE - Elaboração Nexo, 2015

O Brasil é o território à frente do México e Estados Unidos representativo no ranking da insegurança e desproteção pela constante ameaça e/ou inexistência do direito de ser quem é sem questionamentos e com incipiente acesso aos bens e serviços. É a nação a qual, a partir dos altos índices de violências contra essa população, evidencia a necessidade de formular e executar políticas públicas efetivas no enfrentamento da transfobia e redução de homicídios intencionais (ANTRA, 2020).

Outro aspecto relevante que infelizmente endossa a importância de não deixar de falar sobre violências é a própria recusa de 15 estados e o Distrito Federal brasileiros em contabilizar violência contra LGBTs, inviabilizando a elaboração do 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública²⁹, mesmo sendo o Brasil

²⁹ Veja a matéria na íntegra em <https://ponte.org/15-estados-e-distrito-federal-se-recusam-a-contabilizar-violencia-contralgbts/>. Acesso em 30/01/2021.

o país onde as práticas policiais e judiciais caracterizam-se pela falta de rigor na notificação, investigação, identificação e prisão dos suspeitos³⁰ (ANTRA, 2020).

No que se refere às desigualdades por questão de gêneros, e mais especificamente considerando os impactos nas vidas de pessoas transexuais (homens e mulheres) e das travestis em Salvador, importa observar o [giro de notícias](#), uma vez que o Brasil é um país que ainda não alcança como deveria a população trans, quando se trata do interesse em produzir indicadores oficiais de desigualdades e violências, por isso mesmo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA³¹), desempenha um papel importante nesta direção, quando realiza e divulga esse mapeamento de forma independente, através de parceiras, em [Dossiês](#), [Cartilhas e Manuais](#) de enfrentamento à LGBTFOBIA.

Outra referência importante que também é âncora da presente pesquisa, é o estudo realizado pela pedagoga Thiffany Odara, intitulado “Pedagogia da DESobediência: Travestilizando a Educação”, onde analisa a trajetória do movimento de travestis entre os anos 1980 e 1990, a partir das narrativas de ativistas travestis de Salvador, evidenciando as diversas formas de negligências e violações de seus direitos.

No documentário [Película Colorida](#) você confere mais evidências de navalhas e doçuras vivenciadas por pessoas LGBTQIA+ em Salvador, com participação de uma das co-autoras deste estudo, a travesti negra, Comunicóloga pela Universidade do Estado da Bahia - Uneb, Joana Philipe. Neste importante documentário, profissionais falam das suas vivências e atravessamentos que enfrentam no mercado de produção audiovisual na capital baiana. Clique na imagem para assistir.

Figura 1: Documentário Película Colorida

³⁰ Veja aqui a matéria na íntegra:

<<https://antrabrasil.org/2020/01/29/lancado-dossie-sobre-assassinatos-e-violencia-contr-pessoas-trans-em-2019/>>. Acesso em 31/01/2021

³¹ Acompanhe a rede social e fique por dentro das notícias e conquistas desta importante Organização: <<https://www.instagram.com/antra.oficial/>>. Veja também: <<https://linktr.ee/antrabrasil>>. Acesso em 13/08/2022.



Fonte: Tela printada do YouTube - Direção: Brenda Matos, 2022.

Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=42g6R5vvaRY>>.

Essas evidências justificam e reiteram a importância de nos inclinar para pensar a cisgeneridade enquanto uma estrutura que sistematiza o projeto de morte designado para pessoas trans e travestis no Brasil e me impulsionam a fazer uso deste espaço acadêmico na direção de problematizar os discursos e as práticas que inviabilizam ou limitam potencializar a existência destas populações, na perspectiva de valorização e reconhecimento da sua dignidade humana e capacidade de criatividade, conforme Joana registra em sua participação no documentário acima.

Feito esse devido esclarecimento, neste momento vamos dialogar sobre os aspectos conceituais, históricos e ideológicos da cisgeneridade para entender porque é importante falar da potência política de travestis negras que vivem em Salvador, visto que este estudo foca nas narrativas da trajetória de vida de travestis, autodeclaradas negras, atravessadas de dores, angústia, tristeza, indignação, afetadas por danos materiais, por não ter oportunidade de emprego; danos simbólicos, por ainda ser a cota e não a regra nos espaços de poder e de decisão e de uma sociabilidade saudável; além dos danos espirituais, por sangrar com as práticas transfóbicas que ferem sua dignidade humana, sua religiosidade, na contramão das marcas de sabores, afetos, cores, esperança, resiliência, ousadia, criatividade, inovação, beleza, quais representam essa potência política que resistem para existir todo dia.

É sobre essas prioridades que vamos conversar. É sobre o que denomino³² de doçuras que libertam do nó simbólico. Então, se você sente algum incômodo com isso, sugiro que aceite, porque vai doer menos compreender que o mundo não gira em torno da cisheteronormatividade branca racista, apesar das construções estruturais em favor do sistema opressor.

Compreenda o termo sistema, iniciado com o prefixo “cis” justamente em referência à cisgeneridade, enquanto estrutural e estruturante nas relações interpessoais e institucionais de gêneros, relevante para refletirmos as dimensões políticas, acadêmicas e existenciais, quais exercem colonialidades sobre as diversidades de resistências, conforme analisa Viviane Vergueiro Simakawa (2016), transfeminista, doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, uma intelectual maravilhosa, que tive a oportunidade de conhecer na época em que eu estava em fase de conclusão da graduação em Serviço Social.

Você encontra aqui atravessamentos de gênero, raça, classe e território no cenário que é a primeira capital do Brasil, que desde a colonização orquestra opressões contra pessoas negras e pobres³³. Infelizmente, temos aí uma certa complacência popular da senzala com a casa grande, uma vez que, se fizermos um reconhecimento franco, é possível perceber a contradição de ser a mesma reconhecida³⁴ como a cidade majoritariamente habitada pela população negra (IBGE; SDI - UE/BA, 2019), contudo, este mesmo povo viabiliza o seu gerenciamento pela elite historicamente privilegiada, com ideologias cisheteropatriarcais, brancas e dominantes, que se utiliza da linguagem e símbolos da cultura afro-brasileira como mecanismos favoráveis em disputas políticas partidárias³⁵.

O que quero te mostrar é que os atravessamentos cisheteroracistas afetam as vidas de travestis negras, impõem limitações pela lógica do Estado mínimo de direitos, mas, como diz a baiana compositora e cantora Luedji Luna, são agentes sociais que dispensam asas porque

³² Digo denomino sem intenção de dizer que inventei a roda, mas por compreender o que proponho enquanto marcadores sociais positivos. Não me preocupei em buscar referenciais teóricos para endossar esta minha fala.

³³ Aqui você pode conferir reflexões atuais sobre o assunto, proferidas pelas Professoras Doutoras Antônia Garcia e Mestra Marcia Clemente (2020): <<https://www.facebook.com/109674167540102/videos/180625407074168>>. Cirandas virtuais promovidas pelo PPGNEIM e PPGSS/UFBA, disciplina: Políticas Públicas em debate: perspectivas interseccionais. Acesso em 27 de novembro de 2020.

³⁴ Disponível aqui: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/lado/populacao-lgbtqi-e-covid-19-a-ampliacao-do-abismo-das-desigualdades/>>. Acesso em 06/02/2021.

³⁵ Interessante essa reflexão proferida por Anunciação Silva, profª da Uneb e Doutoranda da USP. Disponível em <<https://revistaafirmativa.com.br/3579-2/>>. Acesso em 30 de novembro de 2020.

tem ventania dentro³⁶, e como tal, tencionam, abraçam e buscam oportunidades possíveis de romper com a invisibilidade, o silenciamento, a desautorização e o cancelamento impostos por sistemas opressores, cujas violências são produzidas e conservadas em contextos de sociedades cisheteropatriarcais como a soteropolitana.

Nesta perspectiva, parto da hipótese que há navalhas e doçuras no contexto das vivências travestis negras, uma vez que as corpos que revelam dores, humilhações, as múltiplas violências causadas pelo Estado, marcadas pelo crime transfóbico racista, seja nas suas relações com profissionais de diversas áreas, com familiares, pessoas que se dizem amigas e sua vizinhança, são as mesmas corpos subversivas frente às estruturas opressoras e de extermínio das suas vidas, que promovem questionamento das hierarquias, enunciam a contranarrativa de oposição ao discurso hegemônico e valorizam as diversas formas de estar e viver no mundo, conforme refletiu Cláudia Pons Cardoso ao prefaciar o livro³⁷ da especialista em gênero, raça e sexualidade, Thiffany Odara (2020).

Questionar as hierarquias perpassa, portanto, pela importância de problematizar a estrutura cisheteropatriarcal racista, que ora vou me referir desta forma, ora com o termo cisgeneridade.

Para trocar essa ideia, tenho aprendido com as elaborações de Viviane Vergueiro Simakawa (2016). Essa potente Mestra em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia, ao tecer reflexões auto-etnográficas, fundamenta e caracteriza a cisgeneridade, faz uma abordagem do termo cisnormatividade, apresentando análises de cunho político, acadêmico e existencial sobre as diversidades dos corpos e de identidades de gênero.

Em convergência com a autora, é importante a construção transfeminista da professora Leticia Nascimento (2021), Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI que, ao se auto referenciar como uma travesti negra, assume uma postura política de afirmação das identidades travestis, dada a marginalização dessa identidade, por imposição da lógica cisgênera de binariedade do gênero (pág. 19).

Além dessa dimensão política de autodeterminação, devo concordar com a professora Leticia que, sendo a cisgeneridade uma máquina de guerra discursiva, que expõe o modo pelo qual corpos generificados se apropriam do direito de subalternizar outros corpos

³⁶ Canção “Asas”.

³⁷ Livro intitulado “Pedagogia da DESobediência: Travestilizando a Educação”, publicado em 2020.

generificados, é importante tomar a palavra e tencionar que pessoas cisgêneras não mais ocupem o lugar confortável de ocultar, mascarar e dissimular seus processos de produção de gênero, marcando as pessoas transexuais e as travestis como passíveis de identidade de gênero subalterna (pág. 99,101).

Seguindo essa direção de ampliar o olhar e as práticas na relação com pessoas não cis, penso que esse espaço enriquece também com a elaboração conjunta do Psicanalista José Stona (2021), criador do projeto Roda de Escuta LGBTTQIA+³⁸, junto com a psicóloga Fernanda Carrion (2021), visto que alinhamos a perspectiva de que precisamos destruir discursos que aniquilam qualquer epistemologia que reproduz e sustenta a vulnerabilização e a violência sofridas por pessoas LGBTQIA+.

Essa contribuição teórica é de suma importância porque também parte de um lugar que historicamente tem naturalizado práticas e discursos cisnormativos e patologizantes em relação às vivências trans, fazendo uso da cisgeneridade como dispositivo que regula e determina os sentidos de coerência para a constituição de gênero (Kaas, 2011).

É a partir dessas convergentes perspectivas que vou abordar a cisgeneridade para além de um conceito, visto que em sua materialização cotidiana, foi construída para dominar corpos dissidentes.

Todas essas narrativas abordam o lugar epistêmico e o lugar social de fala, reiterado por Vergueiro como relevante na articulação de vozes subversivas e sabotadoras de linguagens que direcionam para o desmantelamento do privilégio cissexual. Este é um passo considerado por ela como necessário para eliminar do vocabulário palavras e conceitos que promovam a ideia de que os gêneros de pessoas cissexuais são inerentemente mais autênticos que os de pessoas transexuais e travestis (pág. 47).

Vergueiro propõe falar de cisgeneridade a partir de um viés teórico e político, necessário para a descolonização de corpos e gêneros inconformes, cujo termo abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando do seu nascimento, que produz naturalização de alguns corpos e auto identificações de gênero favoráveis à heteronormatividade.

³⁸ Utilizei essas siglas para ser fiel a forma como o autor é referenciado na orelha do seu livro “O cis no divã”, embora no decorrer do texto você encontre LGBTQIA+, em observância ao que tenho lido e escutado de ativistas em atividades virtuais.

A professora Leticia problematiza que a cisgeneridade confere a si mesma uma condição naturalizada de produção de seus gêneros, entendendo-se como norma, em termos universais. Na verdade, por vezes, o delírio cisgênero é tão assustador que sequer se marcam como corpos generificados, dada a incontestável naturalidade essencial de suas subjetividades, diz a autora (pág. 101).

Por isso mesmo é necessário ampliar o acesso ao projeto epistemológico feminista realizado por José Stona e Fernanda Carrion (2021, pág. 32), intitulado “O cis no divã”, pela importante perspectiva de desconstruir as sínteses, as unidades, as identidades e as estabilizações ditas naturais, rompendo com a totalização da prática teórica e denunciando as relações de poder que atravessam e constituem as esferas da produção de conhecimento.

Conversando com essas referências ficou ainda mais evidente na minha cabeça o entendimento da professora Leticia sobre a cisgeneridade como uma máquina de guerra discursiva, cultural e histórica. Ela analisa que este conceito é capaz de estabelecer um paralelo crítico ao das transgeneridades, revelando que, apesar de todos os gêneros passarem por um processo de materialização a partir de práticas discursivas sobre o sexo, os corpos cis gozam de um privilégio capaz de colocá-los em uma condição natural, como sexo/gênero real, verdadeiro, na medida em que as transgeneridades são caracterizadas como uma produção artificial e falseada da realidade cisnormativa (pág. 96).

Referenciando Bagagli (2015, p.13; 2021, p. 97), essa feiticeira decolonial, como ela mesma se afirma, reflete que as pessoas cis constroem seus gêneros lado a lado com o sexo e, neste sentido, é relevante considerar a origem etimológica da palavra cisgênero, por se tratar de uma palavra composta por justaposição do prefixo “cis” ao radical “gênero”. O prefixo “cis” de origem latina significa “posição aquém” ou “ao mesmo lado”, fazendo oposição ao prefixo “trans”, que significa “posição além” ou “do outro lado”. “Cisgênero” estabelece uma relação de antonímia³⁹ com a palavra “transgênero”.

Significa dizer que a atribuição desses prefixos às identidades de gênero alude ao fato de que as pessoas cis como eu se identificam com o gênero que nos foi designado desde o momento do exame de ultrassonografia ou do nascimento, enquanto que pessoas não

³⁹ Segundo o dicionário online, essa palavra é a relação de sentido que opõe dois termos. Qualidade das palavras antônimas.

cisgêneras não se identificam com esta designação de gênero (CARRION, STONA, 2021, p. 38).

Essas referências nos contam que o termo cisgeneridade ou cisgênero foi criado em 1995, no âmago dos movimentos sociais transfeministas, por um homem trans europeu chamado Carl Buijs. Essa nomeação ocorreu como uma estratégia de evidenciar as matrizes normativas e regulatórias das designações compulsórias de gênero e das experiências de pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento.

No meu entendimento, o problema não está no fato de nos sentirmos de boa com identidade de gênero cis, mesmo sabendo que uns alguéns, representando a estrutura que sustenta a lógica binária de existência determinaram que assim eu seria sem nem me perguntar, sem esperar eu crescer para ter discernimento de como gostaria de ser tratada em termos de orientação sexual e identidade de gênero. Não é essa aqui a questão!

O babado mesmo está na naturalização de perspectivas conservadoras, duras, dicotômicas, biologicistas e essencialistas nos diversos campos de pensamento e atuação - não só da psicologia -, que apaga o pressuposto da cisgeneridade como o lugar da norma que pauta o universal e o hegemônico, no que toca às questões de identidade de gênero, que assume um aspecto natural, normal e localizado em um período a-histórico (MATTOS&CIDADE, 2016; CARRION&STONA, 2021, p. 38).

Neste sentido, em diálogo com Vergueiro (2016), Carrion e Stona refletem que essa cisnorma coloca as pessoas que não performam a cisgeneridade no avesso dessa protegida “normalidade” e funda a marginalidade existencial de pessoas não cis, determinando a colonialidade por um cis-tema-mundo ocidental, atravessado por pressupostos cristianocêntricos, modernos, capitalista e patriarcal, que culminam na produção de hierarquias epistemológicas excludentes, quais minimizam e silenciam perspectivas não cisgêneras (pág. 39).

Todas as referências priorizadas neste tópico nos mostram que essas imposições vão dando régua e compasso para o nascimento do movimento transfeminista, qual expõem a necessidade de fabricar o termo cis-sexismo, para que, dentre outros interesses, possam caracterizar a complexa interseccionalidade entre as normas sexistas de gênero e

responsabilizar essa cisgeneridade por produzir as diferenças - e eu acrescento também as indiferenças -, e hierarquias culturais entre sujeitos cis e sujeitos não cis.

Nesses termos, para a perspectiva transfeminista, a cisgeneridade é uma matriz epistemológica responsável pelos olhares que objetificam e fetichiza vivências, experiências, identidades, corpos e pessoas transexuais no seu discurso e nas práticas de construção de conhecimentos dentro e fora do âmbito científico (CARRION, STONE, 2021, pág. 40).

Para endossar a fundamentação da proposta de um pensamento descolonizador e crítico sobre diversidades corporais e de identidades de gênero e ampliar a visualização de como essa estrutura cisheteropatriarcal racista se materializa, trouxe os três dispositivos analíticos da cisgeneridade abordados por Viviane Vergueiro (2016), os quais ela também chama de traços de cisonormatividade, para caracterizar como essa construção discursiva favorece a estigmatização, marginalização e desumanização de gêneros, ou seja, os aspectos constituintes de perspectivas cisonormativas.

Segundo a autora, os três dispositivos perpassam pela pré-discursividade, binaridade de gênero e pela permanência.

❖ **Pré-discursividade:** pode ser caracterizada como o entendimento sociocultural - historicamente normativo e produzido, consideravelmente, por projetos coloniais - de que seja possível definir sexos-gêneros de seres a partir de critérios objetivos e de características corporais, independentemente de como sejam suas autopercepções ou das posições e contextos interseccionais e socioculturais em que elas estejam localizadas. [...] o momento em que se compreende que estes corpos trazem sinais fisiológicos, é possível defini-los inequivocamente entre “macho” e “fêmea”, alinhando a compreensão normativa sobre possibilidades corporais, desejos e práticas sexuais e reprodutivas, demandando a desconstrução e problematização do conceito de “sexo” (pág. 61).

Veja um exemplo de como esse traço cisonormativo age no cotidiano:

“Colocar a dualidade de sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas. [...] A sua vendida neutralidade se produz em simbiose com a oferta de dimorfismos sexuais e de definições de sexo a partir de testes e exames, seja para certidões de

nascimento, seja para definições de enxovais e cores, constituindo-se em uma das expressões de projetos coloniais em que a ciência ocupa um lugar de destaque na produção da verdade das diversidades corporais e de identidades de gênero”. (VERGUEIRO, 2016, p. 63,64)

Aqui dialoga com o que falei anteriormente sobre a designação do gênero antes mesmo do nascimento das pessoas, atribuídas geralmente por profissional ultrassonografista e minha própria prática de ter feito vídeo-revelação para dizer a minha família se à época da gravidez eu aguardava menino ou menina. Esse é um exemplo de como a influência dessa pré-discursividade vai sustentar o traço cisnormativo de binaridade de gênero.

- ❖ **Binariedade:** Caracteriza-se quando se considera que a leitura sobre os corpos seja capaz de, objetivamente, determinar gêneros, atravessada pela ideia de que estes corpos, se “normais”, terão estes gêneros definidos a partir de duas, e somente duas, alternativas: macho/homem e fêmea/mulher. [...] a noção de que pode haver uma “verdade” do sexo é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes, interseccionalmente atrelada a outros vetores de normatização (pág. 64).

Na contramão desta lógica, é pertinente acolher a convocação da autora na direção de que lutar por diversidades é lutar contra binarismos eurocêntricos, contra a ideia de que as pessoas pertençam a uma ou outra categoria mutuamente exclusiva de gênero definida de formas objetivas e neutras.

- ❖ **Permanência:** Esse traço cisnormativo parte da premissa de que corpos “normais”, “ideais” ou “padrão” apresentam coerência fisiológica e psicológica em termos de seus pertencimentos a uma ou outra categoria de “sexo biológico” e que tal coerência se manifestam nas expressões e identificações vistas como “adequadas” para cada corpo de maneira consistente através da vida de uma pessoa, desconsiderando que as expectativas socioculturais sobre corpos e identidades de gênero variam de acordo com contextos e localizações interseccionais. Contudo, para a autora, talvez seja adequado considerar as hegemonias euro-cristão-branco e ciscentradas que podem colaborar, através de distintas localizações de poder, à definição da permanência com uma normatividade institucional e sociocultural fundamental para a compreensão da cisgeneridade (pág. 65).

Apesar do tímido avanço, um exemplo trazido pela autora de como esse traço de permanência se expressa em nosso cotidiano é o discurso jurídico em torno do direito ao uso do nome social por pessoas transexuais, qual fixa o sexo como a principal razão para negar a alteração de sua identificação em documentos e outro exemplo é referente à redesignação sexual que sofre os impactos da “verdade imutável” do gênero, produzidas por conformações genéticas e genitálias.

[...]“Os diálogos entre um sistema judiciário - são favoráveis - [...] aos projetos colonialistas em que esta suposta verdade se constitui como dispositivo de poder que extermina, explora, monitora e restringe as diversidades corporais e de identidades do gênero em diferentes culturas e sociedades. Perceber o gênero como performativo não somente abala a naturalização da ideia de permanência cisnormativa, como também situa nossas construções performativas em relação a nossas inserções socioculturais, às interpretações que existam, nestes contextos sobre corpos e pertencimentos de gênero.” (VERGUEIRO, 2016, p. 67).

Além do aparato discursivo jurídico, a professora Letícia Nascimento (2021) nos mostra que no decorrer da história essa verdade imutável do gênero tem sido instituído pelo padrão hegemônico do homem branco, cristão, heterossexual, burguês, sem deficiências e magro como medida para todas as outras “coisas” em conformidade com viés médico, político, religioso e educativo (pág. 93).

A partir de tecnologia sugerida por Michel Foucault, a autora nos provoca a pensar que não existe sujeito absoluto, soberano e universal, como preconizam os discursos da modernidade ocidental e tal soberania, antes incontestável, se fez possível por meio da colonização de outras identidades. Por isso mesmo, ela descortina as relações de produção de hierarquias sociais no que tange às produções feministas.

Ao deflagrar essas discussões em seu livro intitulado “Transfeminismo”, a autora nos leva a compreender que o sexo também é discursivo, cultural e histórico, assim como o gênero, que para ela, é o próprio dispositivo da produção do sexo, sendo forjado pelas relações de poder que vão determinar uma verdade sobre o corpo sexuado. Mais uma vez evidencia que tal verdade favorece a permanência de hierarquias sexuais e de gênero.

Portanto, conceituar a cisgeneridade é uma forma enfática de denunciar os privilégios que resultam desta justaposição de sexo e gênero em uma relação unilateral e natural, uma vez que, enquanto os corpos cis forem reconhecidos e legitimados como naturais, as corporalidades trans serão consideradas artificiais (NASCIMENTO, 2021, pág. 96).

Nessa direção, é preciso concordar com a Doutoranda Letícia que nós, pessoas cis, devemos nos colocar diante de um espelho, mirar para nós mesmas e perceber que nesta mesma lógica, nossos gêneros são tão artificiais e produzidos como os das pessoas trans (pág. 97).

Na conversa com Amara Moira Rodvalho (2017), travesti Doutora em crítica literária pela Unicamp e com a psicóloga travesti Céu Cavalcanti (2019), Letícia Nascimento nos provoca dizendo que as pessoas que discordam de utilizar o termo cis são cis na maioria dos casos e geralmente se esquivam de assumir suas próprias construções enquanto seres generificados, levando a reiterar a concepção de que possuem um gênero natural, ou seja, a congruência pênis/gênero masculino, vagina/gênero feminino, é validada socialmente, sobretudo pelo discurso médico-psiquiátricos, que se constroem a partir da moral e não de uma neutralidade (pág. 98).

Se você já assistiu o vídeo “E se seu filho se assumisse cisgênero?”, do canal Põe na Roda, vai perceber como ilustra bem esse diálogo anterior. Caso não tenha visto ainda, clica na imagem abaixo para assistir:

Figura 2: Entrevista: “E se seu filho se assumisse cisgênero?”



Fonte: Tela printada do Canal Põe na Roda, 2022.

Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=IUoFRG994tQ>>.

Na entrevista chega a ser engraçada a forma como as pessoas reagem, demonstrando, inclusive, desconhecimento conceitual sobre o assunto. Mas eu trouxe esse exemplo para

concordar com a professora Letícia que é importante agenciar táticas discursivas capazes de desestabilizar as verdades sobre gênero, colocando-o em disputa (pág. 102).

Nesta direção, é interessante constar que estamos falando do quanto é fundamental a compreensão do conceito de autodeterminação para deslocar, validar e valorizar as narrativas produzidas por pessoas trans (NASCIMENTO, 2021), [...] além de “desdemonizar” as pessoas que acolhem cruzar as fronteiras binárias de gênero e pensar que o processo de se identificar requer interação social (NASCIMENTO, 2021, pág. 102; RODOVALHO, 2017, pág. 368).

Assim sendo, nas palavras da autora:

“O entendimento de nós se faz na relação com o não nós. Por isso, a autodeterminação se dá em uma relação pessoal, mas também coletiva e, inclusive, em uma relação com aqueles que, de modo exterior a nossas existências trans, também fazem parte de nossas construções subjetivas.” (NASCIMENTO, 2021, p. 104).

Citando Butler (2017), ela continua:

[...] Tendo em vista que fazemos paródia de gênero (imitação sem origem), muitos dos elementos presentes nas performances cisgêneras também se fazem presentes nas performances trans. E não apenas por meio da repetição, mas também com ressignificação, já que a produção parodista também pode ser subversiva, - uma vez que - [...] a existência de uma norma compulsória não impossibilita transgressões inventivas, afinal, como já demonstrou Foucault (1988), onde há poder, há resistência (p. 104, 105)..

Além de formar esse campo de resistência para não se submeter às regras do jogo ditadas pelo discurso dominante, as pessoas não cis também formam um campo de “estranheza” diante dos ditames sociais que lhes cercam de mitos e estereótipos, que segundo CARRION&STONA (2021), é uma estranheza movida pela subversão da heteronormatividade causada pelo fato de produzir a normalidade por meio da inteligibilidade para quem a reproduz, e ua inteligibilidade abjeta, desviante e doente para quem não a reproduz, por meio da concepção pênis-macho-homem-masculino-heterossexual e vagina-fêmea-mulher-feminina-heterossexual (pág. 34).

O que isso significa na prática? Essas mesmas referências supracitadas exemplificam:

“Cada vez que um sujeito é designado menino, esse ato marca seu corpo, pois ele passa a ser constantemente vigiado e punido para no futuro se tornar um homem. Se, em algum momento, esse corpo produzir um ato que seja considerado pelo discurso como feminino, um outro vai puni-lo, dizendo “isso é coisa de menina”. Tal ação punitiva não parte apenas daqueles que ocupam o lugar da instituição parental, mas de

todas as instituições, como por exemplo, lojas de brinquedo, antecipadas na planta sob a arquitetura das cores rosa e azul, os perfumes de “homem” e de “mulher” etc.” (pág. 36).

Esse estudo parte do pressuposto de que práticas como estas, exemplificadas acima, são diretamente influenciadas por uma educação, institucional e de vida, que de forma sistemática, organiza os interesses a partir do campo de disputa política em torno das concepções de norma acerca dos gêneros, corpos e sexualidades (CARRION&STONA, 2021). Toda a discussão em torno da cisgeneridade é por considerar que, conforme nos orientam essas referências, não existe construção científica que não pressuponha atravessamentos sociais, culturais e históricos, cuja pauta em questão se materializa por meio de acordos brancos, patriarcais, cisgêneros, heterossexuais.

Isso me leva a pensar sobre a responsabilidade social e política que tenho atribuído à minha formação pessoal e profissional, mas para além de mim, você há de concordar comigo que cabe a seguinte provocação: não combatemos a transfobia institucional no âmbito da produção de conhecimento por uma desconexão com a realidade ou por falta de interesse mesmo?

2.2 O currículo oculto da ciscolonialidade na formação acadêmica

Falando do lugar de quem também constrói ciência, é interessante perceber como a discussão em torno da formação de psicólogos/as/gues⁴⁰, dialoga com a minha formação enquanto assistente social e outras áreas das ciências sociais aplicadas, no que se refere a ciscolonialidade como currículo invisível deste processo formativo.

No contexto da escuta clínica, Carrion e Stona revelam que há um atravessamento de currículos ocultos que lhe constitui. Esse currículo oculto é concebido como transmissões de valores e de historicidades, de princípios de conduta e de normas de convívio, ou seja, trata-se dos padrões socioculturais hegemônicos da vida comunitária, que são transmitidos de modo informal e não explícito, que conforma a cisnormatividade como um importante currículo oculto, um eixo estruturante para muitas teorias clínicas - e outras áreas -.

40 Essa é uma adequação ao vocabulário relacionado ao universo LGBTQIA+, pela importância de uma linguagem inclusiva, que respeite a diversidade sexual e de gêneros.

Costumo dizer que nossas práticas são reflexos daquilo que está entranhado na nossa mentalidade e, no meu entendimento, dialoga muito com essa perspectiva de currículo oculto abordado por essas referências teóricas quando, por exemplo, reiteram que este currículo oculto, chamado ciscolonialidade, constrói aprendizagens sociais relevantes que se tornam filtros sobre atitudes, comportamentos, valores, orientações, características e performances sobre ser mulher e sobre ser homem, que ensinam e exigem sobre o “conformismo, a obediência, o individualismo [...] como ser homem ou mulher, [...] heterossexual ou homossexual, bem como a identificação com uma determinada raça ou etnia (SILVA, 2002, p. 78-79; CARRION&STONA, 2021, p. 45).

Segundo os autores, são os currículos, formal e oculto, que constituem-se como artefatos políticos de produções culturais e discursivas, os quais revelam o campo de permanentes disputas e negociações em torno dos dispositivos, princípios de visão e de divisão do mundo e das coisas e, deslocando para a nossa discussão aqui, concerne às estruturas educacionais, definidas pela literatura hegemônica. um espaço que abriga formas de controle, possibilidades, conformismo e resistência (p. 46).

Com isso, ao fazer essa articulação teórica e metodológica, estou dialogando com esses autores para registrar que sim, é urgente observarmos na formação, desde o ensino básico ao superior, que há uma matriz cisheteronormativa por meio de seus currículos ocultos, no que se refere aos postulados acerca das sexualidades e das identidades de gênero, que atravessa os conhecimentos através de uma concepção de parentesco, enquanto a matriz cisgênera ou cis-sexista organiza os conhecimentos e experiências das designações de identidades de gênero de modo compulsório.

Do ponto de vista das relações sociais cotidianas, isso significa dizer que estes aspectos criam efeitos de hierarquização e de polarização entre normal e patológico, produzindo vivências consideradas abjetas ou precárias, silenciando ou ocultando possibilidades de vidas subalternas, transgressoras e subjugadas (p. 48).

É na perspectiva da transgressão que esse estudo se faz necessário. É quando retomo brevemente a minha trajetória de vida, pessoal, ativista e acadêmica, lidando com esses ocultamentos e silenciamentos produzidos pela cisnormatividade racista que vou marcando meu incômodo e desconforto diante do incipiente ou nenhum contato com conteúdos que reconheçam a diversidade étnico-racial, sexual e de gêneros como importantes para a

formação de todas as pessoas, principalmente, quando pensamos como é constituída a sociedade brasileira, sob bases racistas, sexistas e LGBTfóbicas.

Perceba a gravidade da questão: mais precisamente, só após meus 30 anos de idade que tenho a oportunidade de conhecer e entender melhor o que motiva as pessoas serem hostis com pessoas travestis e tantos outros grupos dissidentes, incluindo a mim mesma, sendo mulher e negra, ainda que sendo cis heterossexual. Você tem noção do que isso significa? Você tem noção de quantas pessoas neste mundo assujeitam às violências corpos que transgridem a imposição da “normalidade”?

Vamos melhorar, meu povo! Vamos ter coerência com a conquista árdua do Estado democrático de direito, embora eu entenda que o movimento para a consolidação dessa democracia ainda está em curso. Ainda não vencemos essa pauta diante de tudo que já foi dito aqui e frente a todos os indicadores de violências, negligências e violações de direitos internacionalmente divulgadas.

Portanto, é essa ciscolonialidade ou cisnormatividade ou cisgeneridade, produzida no contexto da nossa formação que ancora uma forte aliança entre os âmbitos socioculturais e científicos, quais se retroalimentam e criam formas que delimitam a continuidade entre sexo e gênero, seus ideias de corpos, seus estereótipos e o acionamento do gênero na perspectiva binária (CARRION&STONA, 2021, p. 47-48).

É no âmbito de produção cispênera opressora que o próximo capítulo marca a sua relevância, dada a necessidade de estabelecer alianças científicas e com os saberes ancestrais que sejam âncoras, para fazer o barulho que for preciso, na perspectiva de romper com as violações de direitos e as múltiplas violências vivenciadas por travestis negras soteropolitanas, quais também perpassa pelo âmbito da produção de conhecimento.

É neste cenário de desastres, de produção de hierarquias, de categorizações que supervalorizam um grupo em detrimento de outro, de subjetividades feridas pela imposição do enquadramento de gênero, que neste estudo parto do pressuposto que travestis negras incidem politicamente, vencendo leões todos os dias para se manter de pé e firmes nos seus propósitos.

Neste entendimento, não cabe para nós, sujeitas que performamos nossos gêneros no feminino, abrir mão da defesa coletiva dos nossos interesses, compreendendo, inclusive, a

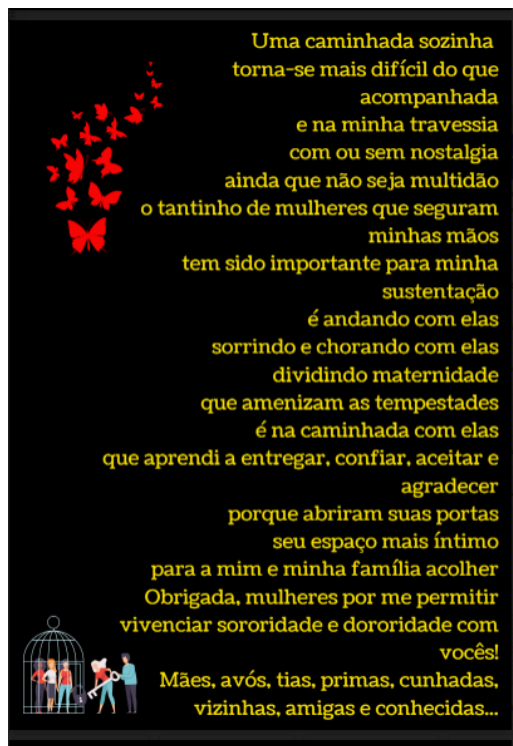
importância de nos reinventar e sermos criativas frente os contornos sofisticados das forças coloniais em face da nossa resistência (GONZALEZ, 1988).

Assim sendo, está interseccionalmente consumado que a minha voz, embora pareça ser solitária, tem sido erguida para efetuar análises e denúncias do sistema vigente. Sei, inclusive, que estou exposta a sofrer com as críticas desavisadas por parte de quem não entende que neste contexto de produção de conhecimento também me coloco na frente de lutas, por defender narrativas subalternizadas, silenciadas e ocultadas nas ciências sociais aplicadas e mais especificamente, na minha própria formação, por ser uma mulher cis.

Sobre esse possível não reconhecimento, Lélia Gonzalez (1988) já dizia que muitas vozes, dentro do próprio movimento negro brasileiro não eram validadas, bem como a dimensão intelectual era absolutamente ignorada pela intelectualidade branca do Brasil. Logo, não há com que me preocupar neste sentido, dado o compromisso ético e político que aqui e nas minhas outras andanças tenho atribuído, nas minhas relações interpessoais e institucionais. O propósito é muito maior e demanda foco, por um TRANS FEMINISMO negro, Amefricano Quilombola!

3. PENSAMENTO NEGRO TRANS FEMINISTA: LUTAS E RESISTÊNCIAS NA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Figura 3: Poesia autoral



(Poesia e imagem autorais do meu Ebook “Palavras Navalhas Doçuras Libertam”, Edição 1, 2021)

Então, qual é a ideia? Trazer para a centralidade da conversa a potência inerente aos movimentos de travestis negras, em uma perspectiva multidimensional, visto ser aqui entendidos como todos aqueles possíveis de enfrentamento à transfobia racista, desde os institucionalmente legitimados ao protagonizado não necessariamente com vinculação a organizações e coletivos populares, mas que se encontram e se conectam, independente do lugar geográfico.

Nesta direção, o diálogo transgressor decolonial a ser estabelecido a partir de agora vai nos mostrar que é possível que as travestis negras, a partir das suas vivências, recuperem os processos de resistências e insurgências frente aos poderes estabelecidos e representem inspiração para viabilizar ações políticas - TRANS feministas -, descolonizadoras de concepções e práticas transfóbicas, conforme propõe Lélia Gonzalez quando nos presenteia e nos fortalece com o conceito político-cultural de Amefricanidade (CARDOSO, 2014).

É por isso também que faço a abertura deste capítulo com Palavras Navalhas Doçuras de minha autoria, para dizer que à época que escrevi aquela poesia foi mobilizada por esse sentimento de coletividade, de confiar e acreditar que outras mulheres, em sua diversidade de

existências são bases que viabilizam minha caminhada com firmeza, mesmo envergando de vez em quando.

É movida pelo direito a troca de saberes e fazeres protagonizados por sujeitas que performam o gênero no feminino e presenciando e acompanhando sua altivez e ousadia para alcançar seus objetivos, que tenho furado a bolha da estrutura educacional racista, sexista, classista, permitindo-me ultrapassar o degrau básico da escolarização, trazendo para a centralidade potências dissidentes para inspirar outras mulheres ainda amarradas ao nó simbólico da descrença de si e em si.

Na oportunidade, faço uso desta ocupação acadêmica transgressora para tecer diálogos amefricanos quilombolas, na perspectiva de romper com discursos, que ao longo da história tem protegido a superficialidade de reflexões históricas que ditam qual é o lugar das camadas sociais sem privilégios e inviabilizam espaços para a igualdade de direitos das sujeitas negras que performam o gênero no feminino, aqui priorizadas por mulheres cis, trans e as travestis de melanina acentuada.

Este diálogo se torna ainda mais urgente quando percebo a importância do ensinamento de Lélia Gonzalez, no que se refere ao fato de que ainda temos muito a caminhar na direção de uma consciência que reconheça a potência política de travestis negras, bem como de outras mulheres negras, ainda inseridas no anonimato, mesmo sendo elas sustentáculo econômico, afetivo e moral de si mesmas, da sua família e da comunidade onde vivem.

É pelos olhares sensíveis das autoras a seguir que este capítulo reconhece as travestis negras com suas importâncias, com sua corajosa capacidade de lutar pela sobrevivência, ainda que por vezes, diante da pobreza, da solidão para além de não ter um companheiro, da aparente submissão, da incipiente ou nenhuma oportunidade e, portanto, por ser portadoras da chama da libertação (GONZALEZ, 1981).

3.1 O babado aqui é forte! Amefricanas Aquilombadas para TRANSformar: Olhares interseccionais sobre a perspectiva de potência política

“Até hoje os brancos falaram por nós. Temos que assumir nossa própria voz. É aquele velho papo, temos que ser sujeitos - sujeitas - do nosso próprio discurso, das nossas próprias práticas”
(Lélia Gonzalez, 1986, pág. 14).

Com muita tranquilidade e certeza, afirmo que aqui é um ponto onde sinto o conforto, o acolhimento e acolhimento entre mulheres, em nossas diversidades de gênero, sexualidade, raça-etnia, território, ativismo-intelectual e classe social. É um momento importante para falar numa boa entre sujeitas negras que performam o gênero feminino, que em nada divergem quando o assunto é romper com os silenciamentos e as tentativas de desautorizar nossas falas e experiências do vivido, enquanto subversão e indignação frente às negações de direitos e as múltiplas violências contra nossas corpos negras e periféricas.

No tópico intitulado **“Uma pesquisadora negra cisgênera pede licença para falar numa boa: Quando conheci e reconheci a cisgeneridade como identidade de gênero opressora”**, encontrei o momento oportuno para tecer considerações sobre a minha aproximação com essa recente descoberta, os impactos, rebuliços e movimentos que têm me causado, principalmente nos âmbitos pessoal, profissional, ativista-intelectual, bem como as oportunidades de desdobramentos com o contato epistemológico sobre o assunto, no decorrer do meu processo de estudos e de trabalho profissional.

Com humildade entendo que não tem sido poucos os auto questionamentos, mas também com a tranquilidade do entendimento de que estou aprendendo a DESeducar minha visão e práticas no mundo, a partir do meu lugar social de fala e de vivências cis negra, este lugar de quem está engatinhando epistemologicamente quando o assunto é diversidade de gêneros e sexualidades.

É sobre o reconhecimento das fronteiras que me atravessam enquanto pesquisadora, mas antes de tudo, mulher negra periférica na diáspora que ocupa o lugar não autorizado pelo epistemicídio. Sueli Carneiro (2005) e Viviane Vergueiro (2016) são essenciais nessa conversa. Não poderiam faltar para elucidar melhor o que estou apresentando brevemente.

Aqui há conexões políticas, afetivas e simbólicas, por isso mesmo nada melhor do que bater um papo massa com mais três mulheres, intelectuais negras babadeiras, para nos fortalecer com seus saberes e fazeres nos campos teóricos, metodológicos e políticos e nos ajudar a compreender, problematizar e valorizar as potências políticas de travestis negras que vivem na cidade de Salvador - BA, esse espaço que, para além de geográfico, evidencia limites e possibilidades de RESistências e insurgências para as travestis.

Proponho o conceito de Amefricanidade como ferramenta metodológica para compreender a realidade social e a potência política de travestis negras em diálogo com a perspectiva de Quilombo, que inaugura o século XX com os anseios de liberdade, enquanto instrumento ideológico e símbolo de resistência, contra as formas de opressões vivenciadas por elas, em alinhamento com a nordestina como eu, Beatriz Nascimento (1985).

Como o babado aqui é forte e nós, mulheres trans, cis e as travestis negras não somos bagunça, não poderia faltar nessa conversa a já mencionada Yalorixá Thiffany Odara, para nos abençoar com seu axé, a partir do que propõe e pratica com sua pedagogia TRANSfeminista, ao abordar em seus estudos e vivências as experiências das travestis, como processo pedagógico e político de aprendizagem. É sobre sentar, aprender e trocar saberes, por nossos interesses individuais e coletivos.

Então, Palavras Navalhas Doçuras (conceito que criei), Amefricanidade (Lélia Gonzalez), Quilombo (Beatriz Nascimento) e Pedagogia da DESobediência (Thiffany Odara) são ferramentas teóricas, metodológicas e políticas, alinhadas com as narrativas das co-autoras Joana Philipe e Pullet Furacão e todas as outras referências aqui priorizadas, que se inscrevem na disputa dos discursos e contrariam a lógica hegemônica de produzir conhecimento numa perspectiva fria, neutra e imparcial. Aqui não cabe essa onda aí!

Foi conversando com Lélia, Thiffany e Beatriz que entendi o quanto é relevante considerar os diversos usos da linguagem no processo da minha escrita e escuta das travestis negras e, nesta direção, enquanto escritora e poetisa que sou, o que aqui ganha um nome formal de dissertação de mestrado é, ao mesmo tempo, uma confrontação às formas dominantes de escrita porque aprecio sem moderação a Antologia Negra, autoral e de outras representações, fragmentos de canções de cunho político, produzidas e cantadas por mulheres negras.

Essa postura é por entender que as nossas diversas formas de expressar a Palavra está alinhada com o movimento de afirmação da negritude e identidade de gêneros, com a tomada de consciência da realidade social imposta, a preocupação com a singularidade e particularidade das nossas (R) existências. Logo, escrever em torno de potências políticas é um ato de amor como prática de liberdade (HOOKS, 2006). É, com certeza, motivo de orgulho e honra!

Orgulho TRANS⁴¹

Bate no peito e grita
 O peito também se constrói
 A fortaleza não ignora o choro
 Mas levanta pra buscar o novo
 Parecia ser pra se completar
 Encontrar-se em si
 Mas não me basto em mim
 Há um mundo afora pronto a explodir
 Eu compraria as flores eu mesma
 Para dizer que me fiz assim
 Ousar ser sem deixar de sonhar
 Escolhi não ser metade
 Construí em mim o que fui capaz
 Luta diária
 Menos uma Laura
 Ou seria mais uma Laura?
 Nenhuma trans a menos
 Ou para nenhuma trans a mais?
 Viver
 Plenamente
 A busca que não se desfaz
 Corre dentro de mim
 Mais que Hormônios e sonhos
 Viver plenamente
 Com orgulho da luta
 Da vida
 Carregando em mim
 Cada uma trans vítima
 Cada camarada amiga
 Cada verso que descobre a escrita
 E grita
 A travesti também quer fazer poesia

(Virgínia Guitzel)

⁴¹ Esta e outras Palavras-Navalhas-Doçuras você encontra aqui:
 <<https://www.esquerdadiario.com.br/Poesias-TRANS-A-arte-da-resistencia-I>>. Acesso em 07/02/2021.

Lélia Gonzalez já assegurou a importância de confrontar o paradigma dominante e recorrer a uma linguagem considerada fora do modelo determinado para a produção textual acadêmica, desobediente às exigências e às regras da gramática normativa, em favor do legado linguístico de culturas escravizadas, denominado “pretoguês”, como estratégia de recuperação de resistências e lutas de mulheres negras e indígenas, para registro do seu protagonismo como sujeitas históricas (CARDOSO, 2014).

Para explicar a perspectiva de potência política que abordo aqui, são relevantes as narrativas de todas as intelectuais presentes, porque dialogam com a proposta de Lélia em retirar as pessoas negras das margens e posicioná-las no centro (GONZALEZ, 1986).

No entanto, esse reposicionamento demanda atentar para aspectos de ordem histórica que proporcionarão melhor inteligibilidade a este estudo e melhor compreensão da situação da mulher negra em particular, que em outras palavras, é sobre falar numa boa em relação aos impactos do sistema escravista no Brasil, desde o oficial tráfico negreiro, iniciado em 1550, cuja lógica tem relação direta com a ciscolonialidade abordada anteriormente.

Em seu texto⁴², intitulado “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica”, Lélia já denunciava a violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante, incluindo senhores de engenho e traficantes de escravos, resultantes dos “casamentos inter-raciais” registrados no século XVI.

Este fato, segundo Lélia, daria origem, na década de trinta, à criação do mito da democracia racial no Brasil, com base nos discursos elaborados pelo sociólogo Gilberto Freyre. Sua teoria causou efeito de grande relevância para supervalorizar a crença de que racismo não existe no país, dado o processo de miscigenação, cuja história oficial alimentou o discurso de que pessoas negras são marcadas pelo modelo de soluções pacíficas diante das tensões ou conflitos.

Essa história oficial foi a cereja do bolo para difundir estereótipos a respeito de homens negros e mulheres negras, a partir de características como passividade, infantilidade, incapacidade intelectual, aceitação tranquila da escravidão (GONZALEZ, 1981).

⁴² Texto apresentado no Spring Symposium The Political Economy of the Black World, realizado entre 10 e 12 de maio de 1979 na Universidade da Califórnia (UCLA) e organizado pelo Center for Afro-American Studies. Está disponível na coletânea registrada nas referências bibliográficas.

No entanto, como não somos bagunça e como diz o ditado popular: mentira tem perna curta, temos referências intelectuais que nos permitem reconhecer a pessoa negra para além dessa perspectiva escravizada e subalterna.

Trocando ideias com Maria Beatriz Nascimento, Lélia chama atenção para o fato de que, assim como a própria história do povo brasileiro foi outra, não é diferente em relação ao povo negro, especialmente, porque sempre buscou formas de resistência contra situação sub-humana em que foi condicionado (p.36).

Elas nos contam que o exemplo clássico e pioneiro dessa subversão data do ano de 1559, com a formação dos quilombos, reconhecidos como formas alternativas de sociedade na região das plantações de cana de açúcar do Nordeste, para não satisfazer as exigências econômicas regionais daquele sistema. Estas existências se configuraram como contrapartida, um modo de resistência organizada do povo negro contra a superexploração que era objeto (p. 36).

Ainda desmentindo as histórias de passividade do povo negro brasileiro, a história não enfatiza que a República Negra de Palmares (1595-1695), liderada por Zumbi e Dandara, foi o primeiro Estado livre de todo o continente americano que existiu no Brasil colonial, como denúncia viva do sistema implantado pelos europeus (p.37).

Diversas foram as formas de resistências, desde as lutas armadas a outras estratégias de sobrevivência, e as influências de homens negros e mulheres negras no Brasil, potencializando nossa história, a cultura, a economia, a formação educacional, quais podem ser evidenciadas nos movimentos de libertação nacional, do período colonial ao império, com destaque para a chamada Revolta dos Alfaiates, a Conferência do Equador, a Sabinada, a Balaiada, a Revolução praieira e tantos outros.

Esse estudo parte do cenário soteropolitano, por isso não poderia faltar aqui o registro da resistência e potência política negra imprimidas na Revolução dos Malês, que iniciou-se em 1807, na capital baiana e culminou-se em 1835. Foi um importante movimento urbano, com destaque em relação aos outros movimentos, porque foi marcado pelo protagonismo de uma mulher negra, ativa, com sangue no olho e amor no coração pelo seu povo, chamada Luiza Mahin.

Esta guerreira, após ter sido descoberta sobre a sua participação na revolução, foi expulsa do Brasil e obrigada a regressar à África originária, deixando aqui o seu filho, qual deu continuidade à sua luta pela libertação do povo negro. Ela é, sem dúvida, uma referência importante para pensarmos que nesse íterim histórico de lutas, resistências, resiliências e afetos, a mulher negra, enquanto escravizada, nunca teve trabalhos suavizados pelo colonizador e pelas colonizadoras da época e sempre se ergueu contra as opressões.

Em diálogo com a perspectiva sociológica, Lélia nos fala das escravizadas a partir de duas categorias significativas: **a negra trabalhadora do eito e a negra mucama**. Ela analisa que tanto a trabalhadora do eito quanto a mucama recebiam atribuições de doar sua força moral para seu homem, seus filhos, seus irmãos de cativeiro.

A escrava ou trabalhadora do eito estimulava seus companheiros para a fuga ou para a revolta, visto que trabalhava de sol a sol, subalimentada e, muitas vezes cometia suicídio para que o filho que trazia no ventre não tivesse o mesmo destino que ela (p. 39).

Não é à toa que dados levantados pelo Ministério da Saúde (2019), em parceria com a Universidade de Brasília apontam risco de suicídio 45% maior entre a população negra em relação a população lida como branca, cujo principal agravante são os efeitos do racismo, e -, considerando as questões que já abordei até aqui, posso incluir as opressões cisheteropatriarcais também -. Qualquer semelhança não é mera coincidência, você não acha?

Feita essa lembrança, porque o que bem falta às vezes neste país é parar de considerar os indicadores sem fazer link com a história, voltemos aqui para a categoria da mulher negra, sob o olhar de Lélia Gonzalez. Em relação a mucama, registrou-se que cabia-lhe a tarefa de manter o bom andamento da casa grande, em todos os níveis: lavar, passar, cozinhar, tecer, fiar, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas, além de serem vítimas das investidas sexuais do senhor branco, que muitas vezes, convidava parentes mais jovens para iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes (p. 39).

Na troca com Maria Beatriz Nascimento (1976), registra-se que diferente da mulher branca, a mulher negra pode ser considerada como uma mulher essencialmente produtora, com um papel ativo semelhante ao do seu homem. Logo, antes de escrava ela é trabalhadora, não só nos afazeres da casa grande, como também no campo, nas atividades subsidiárias do corte e do engenho (p. 81).

Além de servir à casa grande, ainda cabia-lhes o cuidado dos próprios filhos, assistência aos companheiros chegados da plantação, dos engenhos, por vezes quase mortos de fome e cansaço e exercer a função de reprodutora de nova mercadoria, fornecendo mão de obra em potencial sendo, junto com seu marido, o suporte para a instituição escravocrata.

Conforme Beatriz Nascimento reflete, estas relações demonstram o seu caráter patriarcal e paternalista, qual atribui para a mulher branca o papel de esposa do homem, mãe de seus filhos e dedicadas a eles, tendo, portanto, o seu papel assinalado pelo ócio, sendo amada, respeitada e idealizada naquilo que este ócio lhe representava como suporte ideológico de uma sociedade baseada na exploração do trabalho e da pessoa de uma grande camada da população (p. 81), enquanto que para a mulher negra recai o peso da opressão e da exploração física e subjetiva, qual perpassa pelo trabalho e pela dimensão do afeto.

É importante partir dessas perspectivas para entendermos que os diversos fatores que funcionam como causa para a perpetuação das diferenças de gêneros não podem deixar de considerar que, em se tratando de uma sociedade constituída de diferentes grupos étnicos como o Brasil, o fator racial é um determinante para os mecanismos de seleção, exclusão e hierarquização.

[...]“A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. [...] As sobrevivências ou resíduos do escravagismo, se superpõem aos mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante.” (NASCIMENTO, 1976, p. 82).

Ambas as autoras nos permitem perceber a importância de analisar a nossa situação pela dimensão do mercado de trabalho, que condiciona a baixa posição dentro da hierarquia social, atentando para o fato de que não é só esse aspecto que reflete o contexto de subordinação em que nos encontramos. É o fato mesmo de sermos mulheres e negras, que nos coloca em um lugar de dominação por parte do homem, originária nos primórdios da colonização.

É este breve pano de fundo que nos une, na perspectiva de pensar estratégias que potencializam as nossas trajetórias. Ao analisar as categorias em torno das mulheres negras como trabalhadoras do eito e como a mucama, Lélia imprime um olhar sensível que ressignifica estas funções, ainda que reconhecendo os atravessamentos violentos e opressores que ainda nos ferem nos dias atuais.

É em função desta atuação como mucama, que a mulher negra deu origem à figura da Mãe Preta. Enquanto a ideologia oficial compreendia esta mulher como a negra acomodada, que aceitou passivamente a escravidão e correspondeu às maneiras cristãs de ser, Lélia desloca este estereótipo da margem, que desconsidera a dor e humilhações sofridas por elas, para o centro e parte em defesa da sua fundamental importância na formação da estrutura psíquica, principalmente em termos de primeira infância, ao cuidar e educar os filhos de seus senhores, internalizando as histórias sobre a cultura negra.

Registre-se, portanto, que “a Mãe Preta, assim como a figura do Pai João, com suas histórias, criaram uma espécie de “romance familiar” que teve uma importância fundamental na formação dos valores e crenças do povo. De forma consciente ou não, passaram para o brasileiro “branco” as categorias das culturas africanas de quem eram representantes. Mais precisamente coube à Mãe Preta, enquanto sujeito-suposto-saber, a africanização do português falado no Brasil (o “pretuguês”) e, conseqüentemente, a própria africanização da cultura brasileira” (GONZALEZ, 1981, p. 40).

Este é um exemplo para ampliar o olhar quanto ao entendimento do que é a potência política trabalhada neste estudo. É sobre considerar que tem variações quanto às formas de resistência e que a mulher negra se inscreve neste cenário com uma profunda importância do seu papel, assumindo um valor de tal ordem que revela aspectos de nossa realidade, ainda desconhecidos por muitos/as pesquisadores/as (GONZALEZ, 1981).

Beatriz Nascimento (1985, p. 274), reiterou que numerosas foram as formas de resistência que homens negros e mulheres negras manteve ou incorporou na luta pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. Desde o âmbito doméstico ao social, concordo com esta historiadora que são fascinantes as variedades de manifestações das formas valorizar a existência: de caráter linguístico, religioso, artístico, social, político, hábitos, gestos e tantas outras dimensões representativas da História do Negro no Brasil.

Dentre estas variedades, a autora destaca o movimento de âmbito social e político, que é o Quilombo (Kilombo), que na sua análise, representou na história do nosso povo um marco em sua capacidade de resistência, organização e forte influência para a consciência política de pessoas negras.

A historiadora nos conta que este Quilombo se constitui em uma zona de guerras, quando os portugueses se implantaram no continente africano para se apropriar de terras e recursos minerais angolanos, no século XV e em termos de Brasil, ela diz que, apesar da inter-relação Brasil-Angola frente ao tráfico negreiro e as coincidências históricas que apontam a influência do legado de luta angolano, teve dificuldade em estabelecer linha de contato entre a formação do quilombo daqui e suas origens territoriais e de composição étnica em Angola.

Porém, revisitando a historiografia brasileira, nos situa que a primeira referência a quilombo que surge em documento oficial português data de 1559, sendo que somente em 2 de dezembro de 1740, as autoridades portuguesas definem ao seu modo o significado do quilombo.

Não é de interesse deste estudo aprofundar a história em torno do surgimento dos Quilombos no Brasil, não por não ser importante, mas porque Beatriz Nascimento já nos presenteia com sua vasta produção, resultante das três décadas intensas de estudos sobre o tema.

O que me interessei em trazer aqui é como esta poeta pensou a História do Brasil a partir da perspectiva negra, evidenciando a autonomia e a subjetividade enquanto agências epistemológicas importantes para contar a experiência e especificidades históricas de homens negros e mulheres negras e, nesta direção, os quilombos estruturam o pensamento a partir do momento que ela considera-os sistemas sociais e políticos alternativos, baseados em valores próprios e reconhecidos como princípio ideológico de libertação (Considerações da historiadora Raquel Barreto).

Beatriz Nascimento dizia:

“O Quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser guerreiro. E também é o recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz, mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias de destruição.” (Maria Beatriz Nascimento, 1942-1995).

É na perspectiva dessa continuidade da vida, no movimento de criar momentos felizes e resistir para existir com dignidade nos dias de destruição, frente aos altos índices de violências, que precisamos ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrir novas perspectivas para entender mais profundamente o que se passa com as

travestis negras e outras sujeitas que performam o gênero no feminino, ou seja, passou do tempo de Amefricanizar as nossas relações, pessoais e institucionais, a nível local e mundial, conforme propõe Lélia Gonzalez (1988).

Quando Lélia criou a categoria político-cultural chamada Amefricanidade, ela incorporou todo o processo histórico de intensa dinâmica cultural, que perpassa pela adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas afrocentradas de relações sociorraciais, ou seja, referenciadas em modelos como a Jamaica e o Akan, o Brasil e o Iorubá, banto e ewe-fon⁴³.

Antes de avançarmos no propósito de localizar esse conceito aqui, é importante situar você sobre as motivações que levam a autora a criá-lo. E o babado parte da seguinte problemática: ela nos conta que os termos “Afro-American” (afroamericano) e “African-American” (africanoamericano) remetem-nos a refletir se só existiriam negros no Estados Unidos e não em todo continente e aponta que essa limitação geográfica reproduz a posição imperialista dos Estados Unidos, visto sua vaidade em afirmar ser “A América”, anulando a existência da América do Sul, Central, Insular e do Norte e demarcando, portanto, que ser americano é exclusividade de quem tem origem nos Estados Unidos.

Quando chega essa questão para nós, pessoas negras, Lélia questiona que essa vaidade estadunidense dificulta atingir uma consciência de nós mesmos e mesmas, enquanto descendentes de africanos, nos mantendo, deste modo, prisioneiros e prisioneiras de uma linguagem racista. Diante desta incoerência identitária, a filósofa contrapõe os termos acima e propõe o de Amefricanos (“Amefricanos”) para designar a todas as pessoas negras da América.

Partindo dessa ideia, a autora nos convida a reconhecer que o valor metodológico deste conceito está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formam numa determinada parte do mundo. Logo, a América é um sistema etno-geográfico de referência, criado por nós, pessoas negras, na diáspora e inspirados em modelos africanos.

Portanto, a elaboração dessa Amefricanidade nos permite identificar nesta diáspora, uma experiência histórica comum, que é o fato de pertencermos a diferentes sociedades do

⁴³ Saiba mais sobre as influências de línguas africanas no Brasil aqui: <<https://www.geledes.org.br/o-trafico-linguistico/>>.

continente Amefricano, no entanto, sofremos os impactos do sistema de dominação chamado racismo - e acrescentado sexismo, transfobia e outras opressões -, presente em todos os níveis de pensamento, em toda parte e em parcelas significativas das diversas instituições dessas sociedades. (GONZALEZ, 1988, p. 330).

Sair dessa UTI estrutural e sistemática que nos sufoca há séculos, demanda os suportes epistemológicos especializados das autoras presentes, para pegar a visão de que precisamos reconhecer que somos descendentes de africanos que imprimiram a heróica resistência e a criatividade na luta contra a escravização, o extermínio, a exploração, a opressão e a humilhação. Retomaremos o fôlego de vida quando assumirmos, portanto, a nossa Amefricanidade para podermos ultrapassar a visão ideológica, ultrapassada e mitificada da África, a partir da realidade em que vivemos (p. 330).

Seguindo essa linha de argumentação, faço uma abordagem da potência política de travestis negras a partir das suas próprias narrativas e linguagens, em alinhamento com essa sensibilidade analítica de Amefricanidade, por me permitir valorizar que “toda linguagem é epistêmica e deve contribuir para o entendimento de nossa realidade”. A linguagem travesti é revolucionária, pois não embriaga e nem confunde (Molefi Kete Asante, 1988). É direta e tem propósito!

Diante dessas elaborações, é de boa compreender como uma forma de Amefricanidade quilombola o resgate histórico de lutas e resistências, travestilizado pela desobediência pedagógica de Thiffany Odara (2020), a partir do episódio que ficou conhecido como Stonewall Riot (Rebelião de Stonewall) ocorrida em Nova York, em 1969.

Thiffany nos conta que esta experiência, que mais tarde ficaria conhecida como movimento LGBT, se deu frente a diversas ações arbitrárias da polícia, que constantemente promovia agressões e humilhações em bares gays de Nova York, motivadas pelo discurso rígido e determinante da ordem cisnormativa de gênero e de sexualidade, cuja dominação perpassa pelas violências simbólicas e físicas.

Citando a educadora travesti Megg Rayara (2018), a professora Letícia Nascimento (2021) nos conta que a Revolta de Stonewall teve, desde o início, a participação efetiva de Marsha P. Johnson, travestis negra e Sylvia Rivera, travestis de origem porto-riquenha, que após o levante, permaneceram em movimento, no entanto, foram invisibilizadas com a

centralização das pautas em torno dos interesses dos homens gays brancos, visto ser estes participantes majoritários na luta.

Quase em paralelo a este acontecimento, na década de 1970, o cenário violento não era diferente com pessoas LGBTQIA + no Brasil e seus agentes opressores eram os mesmos: policiais que garantiam ao Estado a instauração da perversidade contra quem rompia ou se afastava da lógica de cisgeneridade. Para estas pessoas, os prejuízos já eram diversos, como criminalização, perda de direitos, alvos de uma ordem sexual e de gênero imposta pelos modelos cissexistas (ODARA, 2020, p. 58).

A pedagoga relembra que em relação às travestis, especificamente, no período da ditadura militar, eram vistas como criminosas e apontadas como pederastas. Em diálogo com Martinha, ativista do movimento de travestis na Bahia, pioneira de diversas ações sociais voltada para a população LGBT, Thiffany registra como era a hostilidade dos agentes que garantiam a INsegurança pública para elas:

[...]“No tempo da ditadura militar não era fácil, pois sair de casa vestida de mulher era motivo da policia prender. [...] A polícia invadia os quartos da gente, levava a gente pra raspar a cabeça e colocar piercings, isso nos anos 60-67. Os militares na época torturavam a gente. Chegou ao ponto de nós irmos ao fórum Rui Barbosa e pedir ao juiz um Habeas corpus coletivo para a gente andar dentro de Salvador”

A autora nos mostra que é a partir dos variados acontecimentos de opressões estruturais que as travestis se aquilombam e organizam atos políticos e formação de coletivos sociais de enfrentamentos, a partir das suas experiências individuais e coletivas. Ela reitera a importância de uma abordagem de movimento social representada de maneira individual, mas que também é plural, visto que ressignifica o universo social e histórico de suas vivências nas relações pessoais e institucionais.

Endossa que estas experiências “nos servem de pontos de referência para acessar processos históricos e significados produzidos por uma pessoa ou um grupo, uma organização, pois são interpretados de maneira singular” (SANTOS, 2000, p. 5; ODARA, 2020, p. 25) - visto que, toda história de vida é o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, com a intermediação de um pesquisador” (PEREIRA, 2000, p. 118; ODARA, 2020, P. 26).

Nesta direção, narrativas analisadas sob uma perspectiva travestilizada andam de mãos dadas com a interpretação amefricana, porque desloca as travestis negras do lugar de

coadjuvantes, marginalizadas, subalternizadas, para o centro do protagonismo, do lugar de quem não aceita numa boa as normas vigentes, desde quando essas normas anulam a sua existência.

Reivindicar este caminho é encontrar metodologicamente formas de pontuar as práticas de subversão elaboradas e cunhadas pela organização política do movimento social das travestis, qual é ratificado por uma pedagogia desobediente que incide no âmbito educacional como fruto do trabalho político de travestis, dentro e fora de Salvador (ODARA, 2020).

Assim como toda linguagem é epistêmica e revolucionária, no olhar de Lélia Gonzalez referenciando Molefi Kete Asante, para Thiffany Odara toda elaboração de propostas que viabilize a emancipação coletiva para todas as pessoas sem distinção e que esteja comprometida com o outro e a outra, é importante, em consonância com Beatriz Nascimento, que contrapõe o discurso acadêmico a respeito de homens negros e mulheres negras a partir da perspectiva existencial e não reduzidos e reduzidas à questão econômica-social.

Conforme prefaciou Cláudia Pons Cardoso (2020), nas suas palavras, “a pedagogia da desobediência, assim como a amefricanidade, é uma pedagogia feminista, que traz como processo pedagógico de aprendizagem as experiências das travestis na definição de respostas de subversão às estruturas opressiva e de extermínio da vida e promove questionamento das hierarquias, enuncia a contranarrativa de oposição ao discurso hegemônico, questiona o referente e valoriza os distintos modos de estar e viver no mundo”.

Concordando com Claudia, avalio que as intelectuais TRANS feministas aqui presentes, nos orientam a desaprender pedagogias cisnormativas, para que possamos seguir na caminhada coletiva de erguer novas bases fundacionais de uma educação efetivamente libertária, antirracista, antissexista, anti-cisheteronormativa e ressignificar este modelo vigente de educação que exclui, através de seus mecanismos epistemológicos.

É esta a perspectiva de potência política que se inscreve aqui. Sobre as possibilidades de atravessar fronteiras geográficas a partir de feitos significativos, inclusive, entendendo o próprio corpo como esse território que já enfrenta opressões antes mesmo de abrir a boca, conforme registrou a co-autora Pullet Furacão, em entrevista concedida para este estudo. Vamos lá então, para o próximo capítulo, conversar mais com ela e Joana Philipe?

4. ENTRE NAVALHAS E DOÇURAS, LUTAR CONTRA A TRANSFOBIA RACISTA É PRECISO! POTÊNCIA POLÍTICA DE TRAVESTIS NEGRAS EM SALVADOR/BAHIA: ACEITA QUE DÓI MENOS!

Reservei este capítulo para compartilhar com você o diálogo que tive a oportunidade de realizar com as co-autoras desta pesquisa. É no meio deste desenvolvimento e não ao final que elas se apresentam. Na pessoa da mais velha, representante nacional do movimento social LGBTQIA+, Keila Simpson, uma das potentes integrantes da banca examinadora deste estudo, peço licença para registrar as suas narrativas, em diálogo com referências negras dissidentes que nos acompanham desde o início deste trabalho e outras que chegam para tornar esse espaço transgressor ainda mais acolhedor, pedagógico, simbólico e representativo.

Na oportunidade, quero saudar o ORI (cabeça) dessas divindades em gratidão a tudo que elas representam para mim, para este estudo, para as sociedades soteropolitana, baiana, brasileira e não tenho dúvida das suas representatividades para tantas mulheres e tantos homens, de perto e de longe, que também se lançam nessa luta por valorização das suas histórias de vida.

Imagem 2: Eu, em saudação às co-autoras



Fonte: Acervo pessoal. Crédito: @ivespadilha1

4.1 Quem são as co-autoras?

Imagem 3: Co Autora Joana Phillipe



Foto: Acervo pessoal da co-autora

“Penso que não adianta não falar mais. Temos que ocupar mesmo esses espaços e trazer nossas narrativas e quando a proposta vem de uma mulher negra, com o mesmo compromisso, isso é ainda mais potente e representativo” (Joana Phillipe, 2022)

Abro a conversa com Joana Phillipe a partir desta epígrafe que destaquei da sua própria fala, quando dialogamos em Fevereiro do ano corrente, naquela tarde e noite de trocas de saberes e afetos.

Essa rainha foi a primeira co-autora que tive a oportunidade de dialogar, para a materialização da pesquisa de campo. Quando liguei para ela, me senti docemente recepcionada e o meu convite foi acolhido de imediato. Até aquele momento, ainda não conhecia Joana. Foi um encontro-encanto e passei a acompanhar seus trabalhos na rede social disponibilizada por ela. Na ligação ela disse que estava cansada, mas feliz por desenvolver

uma série de lives, para obtenção do título de Comunicóloga com habilitação em Relações Públicas pela Universidade do Estado da Bahia - Uneb.

Dialogamos por um tempo significativo, expliquei brevemente sobre a pesquisa, os objetivos, a minha motivação em desenvolver o estudo e a importância da sua co-autoria para a construção dele.

Na oportunidade, combinamos que eu enviaria o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE em seu e mail para que ela pudesse saber mais sobre a pesquisa e para cumprimento do rito acadêmico que demanda assinatura do mesmo, em concordância com a sua participação na pesquisa.

Desde o primeiro contato, construímos uma relação com leveza, respeito e afeto político e simbólico, dada a intencionalidade deste estudo. Joana é, sem dúvida, uma divindade na terra!

Ela identifica-se como mulher transexual e se autodetermina como travestis negra, tem 25 anos, mora no bairro periférico de Salvador chamado Liberdade, não é adepta de nenhuma religião, mas diz que recebe influências de diversas religiões no contexto da sua família, mora com a mãe em casa própria, está solteira.

Nas suas experiências, além de atuar como comunicadora, é stylist, figurinista e DJ na cena cultural e audiovisual em Salvador. Em relação ao cadastro no CADÚnico diz que não tem, que foi contemplada com o auxílio emergencial no contexto de pandemia pelo covid-19, recebia pensão por parte do pai, mas foi cancelada.

Imagem 4: Co Autora Paulett Furacão

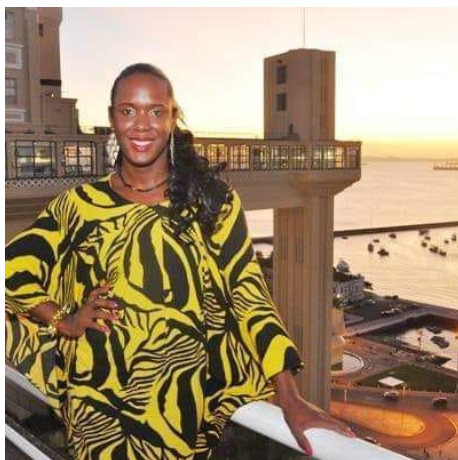


Foto: Acervo pessoal da co-autora

“O conhecimento vos libertará de qualquer opressão e violência” (Paulett Furacão, 2022)

Eu preciso voltar um pouco na história para registrar quando conheci Paulett Furacão. Não foi pessoalmente, mas ouvindo falar dos seus fazeres em favor dos direitos de pessoas LGBTQIA+ no estado da Bahia. No ano de 2014, eu estava na Secretaria de Saúde da Bahia - SESAB, alocada na Área Técnica de Saúde Integral LGBT - ATS LGBT, como estagiária em Serviço Social.

Resgatando alguns registros da época, era outubro do referido ano, quando eu conversava com a minha então supervisora de campo, em uma reunião de rotina, fazíamos alinhamentos e algumas reflexões quanto aos desafios e possibilidades voltadas para a implantação e implementação de política pública de saúde para as pessoas LGBTQIA+ do Estado da Bahia, quando soube que Paulett Furacão coordenava o núcleo LGBTQIA+ do Conselho Estadual de Proteção dos Direitos da População LGBTQIA+ da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH.

Esta mulher negra, de periferia, transexual com identidade política travestis, já fazia articulações e incidência política junto ao Estado baiano, para viabilizar a efetividade dos

direitos humanos, principalmente para a comunidade transexual e as travestis de Salvador, ao ocupar espaços estratégicos de aquilombamento.

Desde então, a graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia, com 28 anos de idade social, adepta de religião de matriz africana, passou a ser uma das minhas inspirações de vida, dada a sua resiliência e força. Nasceu em Salvador, mora no Nordeste de Amaralina, diz que deveria ser viúva, mas está solteira por opção, não vive em casa própria porque está ocupada por terceiros, vive do trabalho como funcionária pública, é assessora parlamentar, educadora social, poetisa e atriz.

Jamais imaginaria que hoje, ano de 2022, estaria eu tecendo palavras navalhas doçuras que libertam, com co-autoria dessa divindade, como ela mesma se autodetermina: *“Não ser a mesma é uma divindade, boneca, na terra. Nós, trans e travestis somos divindades na terra, porque nós conseguimos ter o elemento no gênero masculino e feminino em um único corpo. Isso é raro e é por isso que é tão..., acredito, né que se for pensado nos contextos bíblicos, Jesus, ele vai ser apedrejado porque ele era diferente. Então, a sociedade não compreendeu aquele ser. É igual as mulheres trans, né, de você ter um corpo completamente diferente do que é esperado para uma padronização social. E o close é garantido! (risos)”*.

Trocando Palavras Navalhas Doçuras que libertam com as co-autoras

Início este tópico dizendo que estou feliz e me sinto realizada com o resultado deste estudo, exatamente porque, apesar dos atravessamentos que dificultaram o fluxo, conseguir ouvir narrativas importantes que não poderiam faltar para o seu enriquecimento. Aqui é uma dissertação de mestrado, mas é também, sem dúvida, uma reparação histórica por vozes subalternizadas, por vidas criminalizadas, infantilizadas e estigmatizadas no campo epistemológico.

Entenda esses termos como marcações sociais e ideológicas, validadas pelo racismo, sexismo, transfobia e outras estruturas de opressão, que invalidam, de forma “consciente ou inconsciente, qualquer perspectiva de conhecimento que não seja ocidental e branca, tendo como base o pressuposto que considera a si mesmo como universal, isento e neutro, não compreendendo sua própria especificidade/particularidade. São marcas que definem o branco,

o ocidental, especialmente o homem, como o sinônimo da humanidade completa, assim sendo, o que não é branco é visto como incompleto e/ou não humano” (Lélia Gonzalez por Raquel Barreto, p. 27).

O termo “infantilizados/as”, por exemplo, faz referência a “infans, aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque é falada pelos adultos”, para proteger a lógica da dominação (GONZALEZ, 1980, p. 193), do controle, da imposição de subserviência.

Ainda referenciando essas autoras quanto a importância de barrar essa proteção epistemológica e materializada em nosso cotidiano, este estudo é uma felicidade porque é sobre troca de saberes e conhecimentos que representa uma contribuição para romper com “os efeitos do racismo e da supremacia branca no Brasil, que tem, sistemática e concretamente, invisibilizado, apagado e silenciado, no campo epistemológico, vozes destoantes ao projeto colonial, que subalterniza e desqualifica, principalmente, produções de conhecimento de mulheres negras” (p. 27)

Assim como priorizo para o centro do debate vozes não incluídas no cânone do pensamento nacional brasileiro, nas figuras de Lélia Gonzalez, Maria Beatriz Nascimento, Thiffany Odara e todas as outras epistemologias do sul aqui presentes, faço também em favor das narrativas dissidentes, cortantes e doces de Paulett Furação e Joana Phillipe, como conexão ancestral com quem veio antes e quem tem sido continuidade na luta, enquanto intérpretes do Brasil, sob um olhar negro e transfeminista.

Sermos todas pessoas que performam o gênero no feminino, sendo cis, trans e travestis negras, nos colocam em um lugar de potência, conforme as co-autoras reafirmam, quando pergunto o que significa para elas compartilhar suas narrativas para este estudo que é realizado por uma pesquisadora cis negra, sob uma orientação inter-racial:

“Significa esperança porque esse espaço de produção do conhecimento nós sabemos que não foi pensado para mulheres como nós, mas estamos aqui ocupando, escrevendo o que nos interessa, poder dialogar com uma mulher negra com a sua história, que também é uma história carregada de dores é muito específico e fortalecedor.” (Joana Phillipe, 2022)

Nesta mesma direção, apesar da ressalva quanto a relação inter-racial no processo de orientação por uma mulher lida no Brasil como branca, Paulett Furação diz que **“é uma bipolaridade de sentimentos, mas no contexto geral, acho algo muito positivo por ser uma**

mulher preta que está conduzindo esse processo e eu não estou sendo estudada pela branquitude”.

Nestas falas eu lembro “Um aparte ao Feminismo⁴⁴”, linhas sensíveis e analíticas tecidas por Beatriz Nascimento, onde ela dizia de uma solidariedade dada da própria espécie [as mulheres] e da importância de parir, parir, parir, pela nossa autopreservação. Mas parir “como luas crescentes, como oceanos inundados, como continentes” [...] “como mulher de um planeta-mulher, como a lua que anuncia o ciclo num movimento tênue, dialeticamente lento, um mundo de úteros e inesquecíveis” (p. 433, 434).

É este movimento que valoriza o lugar de co-autoras e não como “objeto de pesquisa”, cuja mudança na nomenclatura faz diferença na leitura e no olhar sobre si e para além de si: *“faz toda diferença, ao passo que dessa vez não me sinto “estudada”, mas tendo o meu conhecimento e vivência reconhecidos para a produção do material. É importante porque essa forma como a universidade nos vê era uma das barreiras para que eu não pudesse conceder minha história, mas você dar um trato diferente, que ressignifica e o seu tema é muito importante para nós, enquanto mulheres, principalmente para pessoas como eu. Penso que não adianta não falar mais, temos que ocupar mesmo esses espaços e trazer nossas narrativas e quando a proposta vem de uma mulher negra, com o mesmo compromisso, isso é ainda mais potente e representativo.” (Joana Phillipe)*

A perspectiva do planeta-mulher se faz presente também na narrativa de Paulett Furacão, que entende a mudança na nomenclatura como *“um novo movimento social, novo momento de debate, de construção e de produção, porque a gente deixa de ser, é (...) de alguma forma ressignifica o sentimento de ser objetificada para que de fato a gente possa ser contribuidora. Eu acho que sim, é um grande avanço. Eu acho que está no caminho certo”.*

É esta a direção que precisa ser dada nos discursos da cisgeneridade, uma vez que, “a construção analítica de cisgeneridade, enquanto um processo discursivamente resistente, é fundamentada sobre a percepção de que conceitos sobre corpos e identidades de gêneros são constituídos a partir de contextos socioculturais, [...] que demanda uma construção analítica maleável e abrangente o suficiente para enfrentar criticamente toda epistemologia, metodologia e proposta política+sociocultural colonialista” (VERGUEIRO, 2016, p. 46), ou

⁴⁴ Segundo consta na coletânea onde esse texto é parte, que a data deste artigo não foi marcada e o original está no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo Maria Beatriz Nascimento. Código: 2D. Caixa: 23. Pasta: 4. Documento: 5.

seja, “trata-se de uma luta contra os efeitos de poder de um discurso considerado científico” (VERGUEIRO, 2016, p. 45; FOUCAULT, 1996, p. 19).

É sobre o que Lélia Gonzalez (1988, p. 316) refletiu quanto a perspectiva de amefricanidade quando dizia que “cabe um dado importante da nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região [América], a conscientização de que a opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pela dimensão racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. A experiência histórica da escravização negra, por exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens, mulheres, fossem crianças, adultos ou velhos. E foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência e de libertação.” Então, essa história também nos une e nos fortalece.

Esse sentimento de representatividade e se sentir parte é um dos objetivos desse trabalho, que tem uma condução ancestral de “ouvir as vozes das co-autoras como produtoras de conhecimento e evidenciar a possibilidade do protagonismo de vidas marginalizadas e vozes subalternizadas historicamente”. [...] é para ratificar “o posicionamento dessas vozes no cenário acadêmico”, em observância às ORIENTAÇÕES da pedagoga Thiffany Odara (2020).

Transfeministas como Letícia Nascimento (2021), Jaqueline Gomes de Jesus (2019) e Thiffany Odara (2020), problematizam a incipiência dos registros históricos e o escasso reconhecimento do que pessoas transexuais e travestis realizam em torno da disputa de gênero, rupturas e violências sofridas por elas no decorrer da história brasileira. Há memórias apagadas, vozes esquecidas e poucas produções de conhecimento, diz a professora Letícia (p. 86).

Portanto, em diálogo com a importância do resgate histórico do protagonismo de Xica Manicongo, relatado por Jaqueline Gomes de Jesus e Yaya Mariquinhas (século XIX) através da tese de doutoramento da travesti negra brasileira Megg Rayara de Oliveira, contribuir para ampliar o ecoar da voz de Joana é uma honra e alegria.

Ao acolher essa proposta de estudo, as co-autoras cirandam comigo no movimento de “um exercício de transgressão estimulado pela percepção de que a linguagem também é um lugar de luta” (VERGUEIRO, 2016, p. 45; HOOKS, 1990b, p. 146). Trata-se de “uma narrativa que, para além de decodificação de códigos, revela uma potência” (ODARA, 2020, p. 17) e confronta os próprios demônios (ODARA, 2020, p. 17; ANZALDÚA, 1980, p. 234).

É possível perceber essa confrontação de demônios na própria postura contra hegemônica de se autodeterminar como mulher transexual com identidade de gênero travestis. Tanto Joana quanto Paulett dialogam com a professora Letícia Nascimento, ao contestar os discursos que enquadram suas experiências por um olhar médico, em modelos patologizantes, colocando-se, portanto, como protagonistas das suas subjetividades, contrariando o pensamento colonizador, qual impõe rigidez, inflexibilidade e hierarquia de gêneros (p. 107).

Para Joana, ser uma mulher transexual com identidade de gênero travestis negra é uma forma de ressignificar e potencializar essa identidade por ser tão marginalizada e tratada de forma higienista. *“Me coloco como travestis por uma postura política. Lembro que passei a me entender travesti a partir da violência quando era chamada de traveco. Entendi que deveria me posicionar diante daquela forma pejorativa que tratavam da minha identidade de gênero. Isso significa uma potência. Eu frequentava muito outros bairros porque as pessoas da minha rua eram preconceituosas comigo. Depois entendi que não deveria me limitar por causa das pessoas e passei a viver minha vida onde moro. As pessoas tiveram que se acostumar comigo, como eu sou. Percebi então que meu corpo é território e eu deveria voltar a ocupar meu espaço sem me importar com a opinião dos outros.”*

Paulett reitera a potência política desta identidade de gênero quando diz *“que o fato de ser diferente, de não ser uma mesma pessoa, de poder estar no meio de uma multidão e ser a única naquela multidão, acho que isso tudo me seduz um pouco, sabe, é ser uma divindade.”*

Essa fala de Paulett é uma ligação com um ponto anterior colocado no início deste capítulo, quando reafirma ser uma divindade porque pode expressar a masculinidade e a feminilidade em um mesmo corpo.

São palavras navalhas doçuras trocadas com Thiffany Odara (2020, p. 78), porque concordam que “a identidade de travestis, através de símbolos e representações do feminino, causa desestabilidade e dúvida entre ser homem ou mulher, logo, compreendemos a travestilidade como construção de corpo feminino [...] e faz com que essa identidade travesti refute os elementos que lhe são oferecidos enquanto ser e propõe-se a ir mais além da norma de gênero”.

A autodeterminação como travestis se inscreve na história das pessoas que performam o gênero no feminino, como uma identidade política, dada a exponencial vulnerabilidade e riscos pessoais e sociais aos quais são expostas por conta, inclusive, do olhar preconceituoso da sociedade, que vê como criminosas.

A autodeterminação perpassa, portanto, pela dimensão da representação. No estudo realizado por Thiffany Odara (2020), ao entrevistar Keila Simpson, elas nos falam da importância da representação social que as mesmas ocupam, principalmente por conta dos diversos processos de estigmatização e discriminação aos quais são expostas na sociedade brasileira, e, especificamente, na sociedade soteropolitana, que é também o cenário qual Keila narra as dificuldades vivenciadas por ser travestis negra. Por isso, é importante reiterar que:

[...]“ Se existem poucas travestis negras em espaços de privilégio é legítimo que exista uma luta para que elas, de fato, possam ter escolhas numa sociedade que as confinam num determinado lugar, logo é justa a luta por representação apesar dos seus limites” (ODARA, 2020, p. 33; RIBEIRO, 2017, p. 86).

No campo epistemológico, a representação é cada vez mais cara e necessária: ***“É porque é sobre isso, né, sobre a gente se ver uma na outra e ainda ser necessário que falemos mais e mais sobre esses assuntos, do que é específico sobre pessoas como eu, de ampliar a visibilidade do que fazemos de bom, de potente e do que ainda precisamos em termos de direitos. E sendo isso feito por nós, melhor ainda” (Joana Phillipe).***

A partir dessas reflexões de Joana, fico pensando o quanto nossos passos - sociedade brasileira -, ainda estão lentos para ampliar essa visibilidade e o próprio entendimento de que a autodeterminação, além de perpassar pela dimensão da representação, também dialoga com a dimensão da sexualidade, perceptível nas falas das co-autoras quando reafirmam a fluidez de sua orientação sexual.

Joana autodetermina que a sua orientação sexual não tem definição: ***“eu gosto de pessoas, independente da identidade de gênero”***. Paulett diz que é ***“uma mulher hetero, por enquanto. Mas vou ser uma mulher poli, porque ainda somos atravessadas por essa heteronormatividade que também atinge as mulheres trans. Mas eu tô tranquila com isso.***

Corro o risco de ser criticada por incluir neste estudo uma pergunta em relação à orientação sexual das co-autoras, uma vez que, a priori, soa como invasiva e indelicada. No entanto, enquanto uma pesquisadora que atribui intencionalidade política ao que escrevo, diretamente ligada ao meu compromisso ético e político com a viabilidade da efetivação dos direitos humanos, o campo da orientação sexual e afetiva consta aqui por demandar a produção de indicadores que viabilizem a implantação e implementação de políticas públicas de saúde, em favor de uma sexualidade livre e saudável, entendendo que tal responsabilidade

não é exclusivamente de quem se relaciona sexual e afetivamente com as pessoas, como também, implica

Além disso, é importante compreender os impactos dos discursos que associam essa liberdade sexual à promiscuidade, mais uma vez na tentativa de enquadramentos, controle comportamentais dos corpos e hierarquias no acesso aos direitos humanos, a exemplo da política pública de saúde sem preconceitos e discriminação.

Ativistas transfeministas como a Psicóloga Social Jaqueline Gomes de Jesus (2012), inserem essa discussão como pauta importante, inclusive, pela sua relevância enquanto categoria analítica que ainda demanda ser diferenciada de identidade de gênero nos diversos entendimentos confusos, distorcidos e pejorativos das pessoas.

Por isso, é importante entender que orientação sexual e afetiva é a forma que nos sentimos em relação a afetividade e sexualidade. É uma vivência interna relativa à sexualidade que é diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero (JESUS, 2012).

Na imagem abaixo, retirada da apostila produzida pela Escola de Serviço Público do Espírito Santo - ESESP (2020), elaborada para a realização do módulo “Direitos Humanos: Diversidade Sexual e Gênero”, que faz referência às orientações da professora Jaqueline, ilustra essa diferenciação:

Figura 4: Diversidade de gêneros e sexualidade



Fonte: Escola de Serviço Público do Espírito Santo - ESESP (2020)

Esse material é uma confirmação da importância de conhecermos e considerarmos as especificidades da população LGBTQIA+, e no caso deste estudo, da população transexual e travestis especificamente, na perspectiva de viabilizar a efetivação dos direitos humanos, a partir das narrativas que elas mesmas inserem no debate.

Em concordância com Thiffany Odara (2020, p. 49), a partir das especificidades de suas trajetórias, as co-autoras “conduzem para dentro da luta organizada os movimentos em prol do direito à existência, para além da lógica binária de gênero, o que recai”, ainda em diálogo com a autora, “no direito à vida diante de uma sociedade transfóbica onde o preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero, condiciona a estar sempre à margem da sociedade, deixando em total vulnerabilidade social”.

As vulnerabilidades são entendidas neste estudo como as navalhas que cortam e ferem subjetividades, que expulsam as travestis negras do seu próprio lugar onde nasceram e vivem. A narrativa de Joana Phillipe evidencia essa triste realidade quando diz que *“nasci em Salvador, moro na Liberdade, mas por conta da transfobia das pessoas onde moro, por muito tempo só consegui viver minha vida mais livremente em outros bairros, lugares onde não tinha vizinhos nem familiares meus. No bairro onde moro vive uma grande parcela da minha família. Eu sempre ando colorida na rua e percebia os olhares de desaprovação das pessoas onde moro. Para não me sentir muito presa, frequentava mais o Rio Vermelho e outros bairros no centro da cidade. Sempre tem navalhas porque violência sempre tem, né. Transfobia a gente vive em qualquer lugar porque estamos no Brasil, né. Mas em outros bairros não me sentia vigiada constantemente como em meu próprio bairro. Por ter muita gente da minha família no meu bairro, eu preferia ir para outros lugares.”*

Além das navalhas que ferem e cortam no contexto geográfico, do território em si, do viver em comunidade em condições dolorosas e muitas vezes desrespeitosas, embora não seja uma experiência comum a todas as travestis, afeta até o sentimento de pertencimento de um lugar. Esse corte da navalha também perpassa pela inexistência e/ou negligência das políticas públicas voltadas para elas na cidade de Salvador, conforme as narrativas de Paulett Furacão: *“O que me fere viver em Salvador? Eu não sei de fato se Salvador me fere, se eu me sinto ferida porque por mais que seja uma sociedade transfóbica, eu preciso entender que estou entre os meus né. É a cidade que é a metrópole que tem mais pessoas pretas fora da África, então, de alguma forma eu estou em casa, eu fico pensando nesta perspectiva, mas a gente entende que estar em casa não é ter acesso às políticas públicas. Fico pensando nessa*

questão do sangramento, desses atravessamentos em torno dos direitos sociais, eu acho que é onde se encaixa essa navalha, esse corte de possibilidades né, de sobrevivência, de direitos.”

As co-autoras nos mostram, portanto, que tanto do ponto de vista das relações interpessoais quanto institucionais, viver sem os atravessamentos dos cortes das navalhas é uma realidade ainda distante. Por isso, demanda postura política para reduzir os índices de vulnerabilidades aos quais são expostas.

Nesta direção, a co-autora Joana diz que precisou estabelecer uma postura política de disputar espaço no seu território, frente à negação do seu direito de viver ali, onde nasceu, cresceu e ainda é o bairro onde socializa suas vivências.

Certamente Maria Beatriz Nascimento (1976) diria que esse movimento feito por Joana, em não deixar de frequentar o seu bairro por conta do olhar torto e preconceituoso das pessoas, é a recuperação da consciência de sua força, do sentir-se potente pela importância de afirmar-se, vencer barreiras, opressões e violências. Era assim que Beatriz Nascimento entendia o homem negro e a mulher negra, na perspectiva de quem não era vencido e vencida e sim organizado/a para possibilitar a sua própria defesa e existência (p. 101).

Como disse Lélia Gonzalez (1982), não é atoa que a Liberdade, bairro negro de Salvador, tenha recebido esse nome, porque ali é possível “sacar o que é negritude”, a expressão da luta com beleza (p. 122). Ali, segundo a interpretação de Lélia quando visitou aquele lugar em 1978 e apreciou o desfile do Beleza Negra, promovido há décadas pelo movimento negro Bloco Ilê Ayê, é o território da “hospitalidade, com clima espontaneamente sedutor”, que faz com que “pinte na gente uma vontade danada de ficar por ali mesmo, de sentar na praça da Liberdade e viver seu cotidiano negro-africano”, é onde pulsa “saudade da Mãe África, dos mercados vibrantes de vida e colorido, de alegria e receptividade, Afro-Bahia, força de orixá pulsando dentro da gente” (p. 122).

Essa forma poética e ancestral de interpretar o bairro da Liberdade pelo melhor dos ângulos, estaria então sendo contraditória com a própria cria, com a co-autora Joana, nascida e criada naquele território? Se Lélia ainda estivesse entre nós fisicamente e pudesse ler este estudo, ousou dizer que certamente ela diria que o povo da Liberdade não pode contradizer sua essência com práticas transfóbicas. Não pode ser hospitaleiro somente com quem vem de fora, como é o caso da Lélia, uma carioca negra na Bahia.

De todo modo, a insurgência de Joana em se posicionar e fazer com que as pessoas respeitem a sua existência, é uma ponte para pensar a perspectiva do que é a doçura abordada

neste estudo. Por exemplo, na interpretação de Paulett Furacão, a Doçura tem também uma ligação com a própria ancestralidade, que a sua religiosidade de matriz africana valoriza, qual, possibilita aos corpos dissidentes reinar como divindades na terra: *"Ah, queridinha, as doçuras são todas. Eu acho que a ancestralidade, que ter uma ancestralidade, por exemplo, a branquitude não goza né, eles são usurpadores, ter algo que seja mais profundo, sabe, então tem esse contato direto com a natureza, com os elementos naturais do planeta. Então acho que nessa perspectiva tem muita doçura, a própria religiosidade, nós temos."*

Uma interpretação tão sensível e ao mesmo tempo um furacão como essa, não seria diferente vinda da filha de Oyá-Iansã, orixá feminino dos ventos, dos relâmpagos e tempestades. Foi da boca de uma travesti negra com personalidade marcante e temperamento forte, condizente com quem rege o seu ORI (cabeça), que a doçura aqui abordada ganha essa conotação ancestral.

Quando Paulett fez essa ligação com a religiosidade, ancestralidade, com os elementos da natureza, que são os próprios orixás, lembrei do axé posicionado por Lélia Gonzalez (1994), a partir do texto "Griot e Guerreiro" que potencializa a força metafórica dos versos do abolicionista Abdias do Nascimento (1984).

O texto mencionado enriquece este estudo, visto que, no meu entendimento, há uma valorização do axé como uma potência política que "retoma a língua que nos foi roubada, a retomada de um conhecimento, de um saber que nos foi tirado pela violência física, pelo terrorismo cultural, pelo etnocídio a qual fomos submetidos/as por aqueles que escravizaram nossos ancestrais e que hoje nos exploram, nos discriminam, afirmando sua superioridade e sua civilização" (p. 216).

Entender a religiosidade como Doçura é uma forma de retomar

"o meu falar antigo/por tua força devolvido, que não me perderei nas armadilhas das abstrações vazias que só fariam me arrancar de chão que piso com pés desnudos e ligeiros na dança do aqui e do agora, onde passado e futuro estão presentes. Por isso mesmo, com teu axé, percorrerei a distância do nosso aiyê/feito de terra incerta e perigosa". (GONZALEZ, 1994, p. 216; NASCIMENTO, 1984).

A propósito desta potência, não é coincidência que Lélia apontou a religião de matriz africana como um tipo de resistência, surgida ainda no final do século XVIII e início do século XIX e que perdura até os dias atuais. O candomblé é uma religião de origem yorubana, berço das demais religiões negras do Brasil, com uma centralidade no estado da Bahia, principalmente aqui em Salvador.

Ao se referir ao candomblé, a filósofa Amefricana nos lembra das perseguições sofridas pelos senhores católicos (leigos e do clero) e pela polícia e de quem sempre esteve e permanece à frente nos enfrentamentos, desempenhando papel de liderança, que majoritariamente são as mulheres negras e pobres: as ialorixás ou mãe de santo. A potência política de resistência fica evidenciada no cotidiano, dentro e fora dos terreiros, inclusive, pela sua capacidade de estabelecer mecanismos de acesso a recursos materiais e humanos dessa mesma branquitude usurpadora, citada por Paulett Furacão e reiterada a seguir:

[...]“Nestas comunidades, as mulheres negras e pobres assumem e mantêm posições de poder e dominação sobre, entre outras pessoas, homens brancos de classe média e, menos frequentemente, alta. (...) O papel da mãe de santo dá a ela como mulher negra e pobre (e também em vários graus aos grupos em volta dela) talvez a única “entrada” na sociedade dominante. Através das funções que exerce como mãe de santo, ela estabelece um mecanismo de acesso aos recursos materiais e humanos apropriados por outras classes (...) que redistribui em maior ou menor medida ao seu grupo. Então, através da religião, ela e seu grupo doméstico conseguem recursos e conexões maiores em termos de rede de influência, prestígios e clientelismo, para melhor sobreviver” (GONZALEZ, 1981, p. 50; SILVERSTEIN: 1978, p. 24).

Perceba que em torno das experiências e resistências de travestis negras em Salvador, não faltam exemplos de formas estratégicas para sobreviver, que perpassam por várias dimensões de suas vidas, desde os aspectos culturais e jeitos únicos de ser, como disse Joana Phillippe, a outros campos de enfrentamento às múltiplas violências, como o movimento transfeminista, embora com ressalvas importantes feitas por uma das co-autoras.

Quando perguntei se elas percebem a luta transfeminista na cidade de Salvador, Paulett Furacão diz que *“ainda é tímida porque a gente ainda tem outros caminhos a percorrer para chegar até aí. Então, acho que primeiro estamos tentando sobreviver ao sistema, para depois destrinchar entre os temas”*.

Para Joana Phillippe, a luta transfeminista é *“um movimento que inclui diversos olhares e experiências, que inclui mulheres negras cis, trans, com deficiência e outras diversidades. Esse seu próprio trabalho representa isso, a possibilidade de ampliar o eco das nossas vozes, das nossas narrativas. É uma coisa muito maior e não exclui ninguém, une forças. O transfeminismo deixa para nós, enquanto mulheres, um legado importante que é da gente se ver uma na outra, olhar com empatia, de reconhecimento da realidade de outras mulheres numa perspectiva solidária, mais afetiva, nos mostra como mulheres de todas as*

formas e jeitos. É pensar como um quilombo. O que estamos fazendo aqui agora é um aquilombamento, a própria ideia do seu trabalho é sobre isso. É aquilo que nossas avós, nossas mães já fazem há tanto tempo e não tinha esse nome de transfeminismo. É um movimento que existe há gerações anteriores a nossa. Isso tudo que hoje a gente chama de transfeminismo, quilombo, nossas mais velhas já praticavam.”

Quando pensei em inserir essa pergunta da existência ou não de um movimento transfeminista na cidade de Salvador, a partir das lentes das co-autoras, tomei como ponto de partida as reflexões provocadas inicialmente pelas perspectivas política-cultural-ideológica-pedagógica de amefricanidade, abordada por Lélia Gonzalez, do Quilombo, por Beatriz Nascimento, da Pedagogia da Desobediência por Thiffany Odara, todas posicionadas lá no capítulo 3.

Em consonância com esses olhares analíticos e simbólicos, compreendo que as ideias dadas pelas co-autoras sobre o tema dialogam com a perspectiva da professora Letícia Nascimento (2021), quando destaca que “o transfeminismo é uma corrente teórica e política vinculada ao feminismo, que se divide em variadas correntes exatamente pela compreensão, de certo modo comum, de que é impossível permanecer insistindo em mulher, no singular, numa condição universalizante, como sujeita única do feminismo. É preciso localizar as sujeitas, de modo a favorecer a dimensão plural de nossas existências” (p. 68).

Portanto, enquanto uma feminista negra cisgênera que sou, tenho muita preocupação com o tom dado a este estudo. Ouvindo e lendo as produções de conhecimento de mulheres transexuais e das travestis, aprendi que a proposta do transfeminismo é de coalizão estratégica e não de fragmentação. Por isso, busco atentar para os pontos de atenção provocados por elas. Um dos pontos é para a importância de “reconhecer, valorizar e divulgar suas narrativas como produtoras de epistemologias e não como exemplos exóticos de dissidência de gênero, prontas para serem investigadas por quem pesquisa”. [...] “Afinal, é nisso que o transfeminismo consiste primariamente: um movimento epistêmico e político feito por e para mulheres transexuais e travestis” (NASCIMENTO, 2021, p. 70).

Nesta direção, a potência política das rainhas co-autoras, por tudo que elas vivenciam e resistem, é na prática um movimento transfeminista, desde as suas produções de conhecimentos e saberes às mobilizações dos seus próprios corpos-territórios, porque representam táticas de resistências nos seus cotidianos, para si e para além de si.

Exemplo das táticas de resistência para si e além de si é possível evidenciar com a seguinte narrativa de Joana Phillipe:

“Eu comecei a conhecer e me aproximar de pessoas e movimentos sociais a partir da experiência de estágio no CPDD - Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBTs. Foi onde conheci Thiffany Odara, Symmy Larrat e onde pude conhecer as diferentes realidades de pessoas LGBTs aqui em Salvador, pelas diversas demandas que chegam na instituição. Foi o lugar onde, por exemplo, eu descobri que muitas pessoas em situação de rua são LGBTs e estão na rua por conta da exclusão familiar, porque foram expulsas de suas casas pela família não aceitar sua forma de ser. Conheci pessoas LGBTs que não sabiam ler, escrever, se sentiam constrangidas quando participavam de encontros que precisavam escrever e ali percebi a importância de estimular o uso de outras linguagens para elas se expressarem. Foi quando percebi o lugar de privilégio e de diferencial que eu ocupava por ter uma escolaridade e refletir sobre a importância de usar aquele espaço para potencializar outras realidades.” (JOANA PHILLIPE, 2022).

Para Paulett Furacão, a partir do seu próprio corpo ela contribui em favor dos seus direitos e da sua comunidade, porque é este um corpo político: ***“Então, a partir daí, já estou contribuindo sem precisar abrir a boca. A partir do momento que estou transitando pelo espaço dominado pela cisgeneridade, eu estou contribuindo para o segmento LGBTQIA +, naturalizando todas as nossas existências e as nossas identidades. Então, eu acho que só em transitar pela cisgeneridade já sou essa potência política como qualquer outra pessoa trans”***.

Você lembra que lá no capítulo 2 conversamos sobre essa cisgeneridade enquanto uma estrutura opressora e violenta. Então, aqui é possível entender o que Paulett Furacão quer dizer quando entende que transitar pela cisgeneridade faz das travestis negras uma potência política, exatamente por conta das exposições aos riscos pessoais e sociais que esta estrutura causa para elas.

Os efeitos da cisgeneridade são sistematicamente organizados a ponto de estabelecer a inexistência ou incipiência de políticas públicas específicas para travestis negras em Salvador. Por isso mesmo, Paulett diz que não é possível pensar em retrocessos no contexto das políticas públicas porque, na realidade [...] ***“a gente precisa ainda conquistar os direitos para depois retroceder. Sem direitos você não tem como avaliar. A gente ainda não conquistou, né. A gente tem aí a retificação do nome civil que acho que é a maior conquista dessa mobilização LGTQIANP ou melhor dizendo, das pessoas trans e travestis e, considero que de fato o nome social né, possibilita que aquelas que não tem interesse em fazer a retificação do nome civil, mas mesmo assim eu penso que infelizmente nós sofremos numa***

sociedade capitalista que é padronizada, não tem para onde correr, a gente não vai conseguir vencer isso, é um método secular que não começou agora, com essa geração no Brasil, enfim, é uma estrutura muito bem pensada e que a gente precisa de fato pensar nessa perspectiva de alcançar, de garantir a manutenção desse direito (refere-se ao nome social)”.

Para Joana, esse diálogo quanto ao retrocesso de políticas públicas está relacionado ao não funcionamento do CPDD, *“principalmente neste período de pandemia pelo covid-19, a suspensão⁴⁵ das atividades e ofertas de serviços é um retrocesso muito grande”*.

O CPDD é um órgão de referência em Salvador e municípios do interior como espaço para atender as denúncias, reclamações e solicitações de atendimento jurídico, psicológico e de serviços sociais voltados para a população LGBTQIA+, vinculado à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia - SJDHDS/BA, criado no ano 2017, localizado no Casarão da Diversidade, no bairro do Pelourinho.

Até o ano de 2020 foi gerenciado, por meio de Termo Colaborativo pelo Grupo de Apoio à Prevenção à Aids - GAPA BAHIA e atualmente, a partir de Maio do ano corrente os serviços passaram a ser executados pelo Instituto Beneficente Conceição Macedo - IBCM, com uma equipe formada por assistentes sociais, psicólogas, advogados e um corpo de profissionais para atuar no acolhimento e nas demandas do centro.

A crítica em torno da suspensão das atividades neste órgão, mencionada por Joana, é por conta da sua importância para as populações vulnerabilizadas em razão dos efeitos da cisgeneridade em suas vidas que, segundo o GAPA BAHIA⁴⁶, também perpassa pela “falta de priorização financeira do governo do estado baiano para a manutenção do CPDD LGBT”.

Ao conversar com Thiffany Odara (2020, p. 99), Keila Simpson explica que as políticas públicas são mecanismos de inclusão social para a vida de grupos que historicamente são subalternizados e eficazes para inclusão destes grupos em espaços que ao longo da história foram negados para as travestis e mulheres transexuais.

⁴⁵ Veja notícia relacionada a essa suspensão aqui:

<<https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/defensoria-pede-informacoes-da-secretaria-estadual-de-direitos-humanos-sobre-suspensao-de-atividades-de-centro-lgbt/>>. Acesso em 28/08/2022.

⁴⁶ Leia a Nota de esclarecimento sobre o assunto, emitida pelo GAPA BAHIA:

<<http://www.doistercos.com.br/gapa-emite-nota-de-esclarecimento-sobre-o-nao-repasse-da-4a-parcela-financeira-do-cpdd-lgbt-pela-sjdhds/>>. Acesso em 27/08/2022.

Do mesmo modo, todas as outras co-autoras que dialogam com Thiffany em sua pesquisa, demarcam a importância de compreender que as políticas públicas universais não contemplam os grupos minoritários, demandando, portanto, que sejam articuladas de maneira interseccional, para alcançar as necessidades e interesses específicos das travestis.

Nesta direção das especificidades, é pertinente considerar as críticas de ativistas trans e travestis como Symmy Larrat⁴⁷, ao então governo baiano pelo fato do CPDD LGBT ainda ser administrado na condição de projeto da sociedade civil e não como uma política de estado para que seja um equipamento dentro da estrutura pública, ficando assim, dependente de emendas parlamentares e aprovação de editais públicos para funcionar. É preciso pensar nas importâncias que se dá ao que é favorável ao reconhecimento da diversidade sexual e de gêneros no contexto das políticas públicas.

O referido equipamento tem relevância para ambas as co-autoras deste estudo, a partir de vivências que se aproximam e se distanciam: A aproximação é no sentido de ser palco de construções coletivas, onde Joana lembra que a sua experiência como estagiária no CPDD foi muito significativa pela oportunidade de ampliar o seu olhar sobre as diferentes realidades de pessoas LGBTQIA+ e o espaço que impulsionou para ela passar a se conhecer mais e questionar, se posicionar politicamente em relação a sua identidade de gênero e espaço, no caso de Paulett, é por sua atuação em parceria com o projeto. No que se refere ao uso do equipamento para sua própria assistência, é onde se distancia a experiência de ambas.

Neste sentido das especificidades e refletindo a realidade de sucateamento do mínimo de equipamentos existentes, voltados para assistência que considere a identidade de gêneros e orientação sexual, entendo quando Paulett faz uma reflexão em torno do direito à retificação de nome civil e da recusa de algumas travestis e ativistas trans em não fazer uso desse direito, visto que para ela, acabam ficando ainda mais expostas às vulnerabilidades e violências:

“Por isso que eu digo, sempre falei e algumas meninas não concordam, não tem que concordar mesmo, mas eu tenho opinião própria e eu acho que para pessoas trans acessarem políticas públicas elas precisam fazer a retificação do nome civil. Assim como hoje, nós, enquanto mulheres pretas e homens pretos, a gente tem uma bancada que garante a manutenção, por exemplo, do acesso à universidade pública, isso já é uma conquista e a gente precisa também criar alguns critérios

47 Assista ao vídeo: <https://www.instagram.com/p/CCyuSjIB18D/?utm_source=ig_embed&ig_rid=6c9444f9-ad42-4fc9-82a5-da13da51c848>. Acesso em 28/08/2022.

para que não haja a usurpação das nossas identidades. Então, você ter um documento oficial que diz que você é ratificada, que ratifica que você é uma pessoa trans, não tem o porque ter uma bancada para te avaliar porque você tem um documento oficial que comprova e aí o assunto fica encerrado. Então, mesmo que não concordem com a forma de vivenciar a transgeneridade, você tem um documento oficial que comprova sua transgeneridade e isso deve ser respeitado” (PAULETT FURACÃO, 2022).

No âmbito da política pública de educação, por exemplo, Thiffany aponta o direito ao uso do nome social como “o primeiro possível ganho gerido pelo movimento de travestis, englobando toda a população de pessoas trans do estado da Bahia, através do Processo do Conselho Estadual de Educação (CEE), Nº 0043215-6/2013, que dispõe sobre a inclusão do nome social de estudantes travestis, transexuais e outros, em Ato aprovado na 732ª Sessão do Conselho Pleno, em 05 de Novembro de 2013” (p. 110).

Segundo a autora, essa política pública refletiu em outras ações de garantia de acesso e permanência de pessoas trans nos serviços educacionais, com destaque para esta inclusão na Universidade do Estado da Bahia - UNEB, através da Resolução Nº 1.094/2014 que define o nome social em seu Parágrafo Único como:

“aquele pelo qual a pessoa se reconhece e é reconhecida, identificada e denominada na sua comunidade e no meio social, posto que o nome civil não reflete sua identidade de gênero ou possa lhe constranger.”

Thiffany reafirma a reflexão de Paulett Furacão ao argumentar que “admitir que as pessoas têm o direito de escolher seu nome para que esteja condizente com seu gênero social é permitir a autonomia do ser humano sobre sua vida e a maneira como quer ser chamadx/identificadxs⁴⁸ sem ser obrigadxs a ter um laudo como doente. Trata-se de um princípio de dignidade” (ODARA, 2020, p. 111; CANABARRO, 2013, p. 13).

A respeito do constrangimento, Joana evidencia que na prática, a mesma universidade acima mencionada apresentou dificuldades em garantir para ela o uso do seu nome social, a nível institucional e na relação com colegas/estudantes. A co-autora questiona que órgãos como o Tribunal Regional Eleitoral - TRE e a Receita Federal demandam uma mudança automática após a retificação do nome civil. Nestas instituições ela denuncia que já teve problemas para garantir o uso do seu nome social.

⁴⁸ Essa é uma linguagem neutra amplamente reivindicada nas pautas LGBTs. Por isso consta escrita dessa forma.

Paulett Furacão diz que utiliza seu nome social em todos os espaços, para acessar os serviços utiliza o nome civil que é Paola Beatriz e na Assembléia Legislativa da Bahia - ALBA, o seu crachá é registrado como Paulett Furacão.

No âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o nome social é garantido pela Carta dos Direitos dos Usuários do SUS (2006) e através da Portaria nº. 1.820, de 13 de agosto de 2009. Apesar das portarias, ativistas transexuais e travestis permanecem tencionando na agenda pública a regulamentação de leis que possibilitem vencer o problema da insegurança, visto que portarias podem ser revogadas a qualquer momento.

Para tanto, a partir de uma reivindicação ampla do movimento social LGBTQIA+ brasileiro, desde 2013 tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei João Nery (5002/2013), sendo em 2021, aprovado pelo Supremo Tribunal Federal - STF, o direito de alterar o nome e o gênero no registro civil sem a obrigatoriedade de realizar procedimento cirúrgico de redesignação de sexo.

Este ato significa para os movimentos sociais a garantia dos efeitos do Projeto de Lei João Nery em que o Estado Brasileiro reconhece que ser travesti, transexual e transgênero não é algo de outro mundo e reconhece institucionalmente as suas existências, conforme destacou a ativista trans Alessandra Ramos em entrevista concedida para a organização Jornalistas Livres⁴⁹ (2018). Na oportunidade, junto com Keila Simpson e suas amigas incendiaram os laudos que tratam sua identidades de gênero como doença, em um gesto simbólico para dizer que todas as amarras da patologização e da estigmatização anticientífica contra pessoas trans devem ser queimadas. Clique na imagem para assistir ao ato simbólico:

Imagem 5: Ato simbólico de ativistas trans após decisão do STF

⁴⁹ Leia a matéria na íntegra: <<https://jornalistaslivres.org/vitoria-trans-stf-garante-efeitos-do-pl-joao-nerly/>>. Acesso em 28/08/2022.



Ativistas trans fazem ato simbólico após decisão do STF

Fonte: Jornalistas Livres, 2018. Disponível em
<https://jornalistaslivres.org/vitoria-trans-stf-garante-efeitos-do-pl-joao-nerj/>.

Apesar dessa conquista em torno do uso do nome social como direito, tanto no âmbito do SUS - quanto em outras políticas públicas -, Keila Simpson (2015), ao elaborar o texto “Transexualidade e Travestilidade na Saúde”, que compõe a coletânea de artigos realizada pelo Ministério da Saúde, reflete que ainda é preciso intensificar a “sensibilidade e comprometimento de gestores/as e demais servidores/as da saúde, para que reconheçam, na população trans atores que precisam dos serviços e que devem ser respeitadas em suas demandas e identidades” (p. 15).

Para Paulett, o problema que inviabiliza a garantia dos direitos às pessoas transexuais e travestis não perpassa mais pela sensibilização: ***“Não é mais sobre sensibilizar. Já passamos do processo de sensibilização. Nós queremos garantir o que está na constituição brasileira. Então, não podem ser apenas discursos bonitos ou papéis que estão para ser lidos em um momento interessante. Precisa ser garantido o que está na constituição.”***

Então, demanda mesmo travestilizar a educação e outras políticas públicas: ***“é pensar mesmo nessa questão desse acesso às políticas públicas e aí a gente vai entendendo de uma forma política que os corpos e as corpos trans e travestis existem, que precisam ter o seu direito garantido, de acesso aos serviços públicos e básicos. Você vai trabalhar a questão das pedagogias, construindo ou desconstruindo aquele espaço violento para construir um lugar mais humanizado. Ter que construir uma pedagogia que possa atender as demandas da população trans e travestis.”*** (PAULETT FURACÃO).

Em Salvador, ela diz que não temos conseguido travestilizar as políticas públicas ao passo que os movimentos LGBTQIA+ gostariam, no entanto, *“de alguma forma a gente tem construído novos espaços de convivência para a população trans”*. Ainda é preciso *“trazer o respeito e a criatividade para a educação e instituições ligadas a ela. E sobretudo, reconhecer a transformação como fonte de conhecimento e evolução pessoal.”* (JOANA PHILLIPE).

Nesta perspectiva, a sociedade soteropolitana precisa aceitar que dói menos, o fato de que *“a branquitude nos deve isso. Nós somos descendentes de reis e rainhas. Nossos títulos foram roubados e a gente precisa fazer esse resgate moral da nossa ancestralidade, [...] é uma cobrança ancestral, e a gente deve cobrar isso por muita gente. A gente não pode esquecer isso, [...] O aceitar que dói menos é me colocar em um trono de rainha”* (PAULETT FURACÃO).

Paulett reafirma a responsabilidade e o compromisso da sociedade soteropolitana para a viabilidade dos seus direitos e o seu papel sociopolítico nessa trincheira de luta: *“Essa coisa de aceitar que dói menos, isso daí não é muito para mim. Sou filha de Iansã, carrego um furacão dentro do meu corpo, então, não há aceitar, não aceito nada, eu desconstruo e ressignifico as coisas. Se o aceita que dói menos for nessa perspectiva, o aceitar é que eu tenho obrigação de desconstruir os espaços transfóbicos ou espaços que de fato sejam violentos para minha população. Então, eu aceito que eu tenho essa missão, porque vai doer menos. Não sou eu quem tem que aceitar que dói menos, mas é essa sociedade que não tem que aceitar esses preconceitos, essa cultura violenta”*.

Aceitar que dói menos é a possibilidade *“de não ter medo de viver e reafirmar a minha presença onde eu estiver”*, disse Joana Phillipe. Não é atoa que ela se inspira em mulheres como sua mãe, suas tias e outras pessoas trans que lhe ensinaram não só sobre militância trans como também recebeu seus ensinamentos para se manter firme na vida.

As co-autoras narram a importância de valorização e reconhecimento da potência política de outras sujeitas que performam o gênero no feminino, de dentro e de fora da sua casa e são para elas fontes de inspiração. Nomes como Nina Simone, Elza Soares, Marsha P. Jhonson, Sylvia Rivera, Xica Manicongo, Marina Garlen (in memória e eu tive a oportunidade de conhecê-la e aprender com ela em vida), Olívia Santana, Vilma Reis, inspiram a luta, resistência e resiliência mobilizadas por Paulett Furacão.

E, entendendo o quilombo como continuidade de vida, essas potências políticas viabilizam o aquilombamento entre sábias e guerreiras. Elas construíram e constroem seus quilombos como passagem para os princípios ideológicos contra as formas de opressão (NASCIMENTO, 1985, p. 289).

Beatriz Nascimento registrou que o quilombo, como caracterização ideológica, constitui um símbolo de resistência desde o final do século XIX, alimentado pela mística do sonho de liberdade. Logo, caracteriza-se pelo anseio de libertação, de união, pelo reconhecimento da participação popular e pela igualdade de direitos.

Seguindo essa linha de entendimento, Paulett Furacão diz que o seu quilombo é o próprio bairro onde mora, o Nordeste de Amaralina: [...] *“É o meu reino, onde eu me sinto segura, onde eu de fato me entendo como pertencente a um lugar, acho que é isso mesmo, é o meu reino”*.

No seu reino, Paulett aquilomba com outras personalidades negras femininas, através do **Coletivo LGBTQIAPN+ Laleska D Capri**, coordenado por ela e apoiado por diversas organizações da sociedade civil e do Poder Público baiano. Uma das formas de potencializar existências de mulheres cis, trans e travestis que se destacam a partir da sua área de atuação, é por meio da cerimônia de entrega de honraria com o **Prêmio Mulheres Negras movem a região do Nordeste de Amaralina**.

Esse Prêmio reconhece as formas alternativas e organizadas da resistência negra protagonizada por mulheres, que se movem em favor da TRANSformAÇÃO da realidade de suas respectivas comunidades.

Esse movimento dialoga com o que Beatriz Nascimento chamou de “correção da nacionalidade”, frente “a ausência de cidadania plena e de canais reivindicatórios eficazes, a fragilidade de uma consciência brasileira do povo”, uma forma de responder à “repressão ao livre pensamento e da liberdade de promover ações coletivas” (p. 291).

Beatriz Nascimento endossa que o Quilombo, do período colonial aos dias atuais, foi reivindicado como todo acontecimento que dá o sentido de dignificar a capacidade de resistência dos nossos antepassados, sendo, portanto, sinônimo de povo negro, de comportamento do africano e de seus descendentes e esperança para uma sociedade melhor,

passando a ser a sede interior e exterior de todas as formas de resistência cultural e política negra.

Assim foi com a Revolta de Stonewall (1969) em Nova Iorque, assim é com o movimento de lutas de travestis e pessoas transexuais na Bahia e no Brasil desde o ano 1981 com base e acesso inicial a militância no Grupo Gay da Bahia - GGB, assim foi com a fundação do primeiro grupo destinado a travestis de Salvador em 1995, denominado Associação de Travestis de Salvador- [ATRAS-BA](#), com participação ativa de Keila Simpson, bem como todos os movimentos protagonizados por Paulett Furacão e Joana Phillipe, para estabelecer sua autodeterminação como travestis negras vivendo em Salvador.

O Coletivo LGBTQIAPN+ Laleska D Capri registra na história sua conotação de resistência étnica, transfeminista, política, pedagógica e amefricana. É a possibilidade em dias de destruição e opressões orquestradas tanto por quem gerencia a cidade de Salvador quanto por quem essas gerências estão aliadas a nível nacional.

Se assim não fosse, este Coletivo não teria nenhuma necessidade de aquilombar-se com outros movimentos trans e travestis para sistematizar no presente ano uma [Carta Aberta com demandas da comunidade transgênero, travesti e transexual ao Governo do Estado da Bahia, à Prefeitura Municipal de Salvador e a outros atores do Poder Público](#), com reivindicações de demandas emergenciais dessa população.

Joana Phillipe potencializa como o seu quilombo o Coletivo [AFROBAPHO](#) e o CPDD como referências que constituíram sua formação política. Ela diz que ***“a experiência no CPDD foi muito significativa para mim. Foi onde pude ampliar o meu olhar sobre as diferentes realidades de pessoas LGBTs e passei a me conhecer mais e questionar, me posicionar politicamente em relação a minha identidade de gênero”***.

O AFROBAPHO é um coletivo de jovens negros LGBTs e periféricos de Salvador, que utiliza a arte como ferramenta social. Através de manifestações artísticas, constroem redes de fortalecimento aos corpos dissidentes e materializa nas suas performances uma intersecção entre raça, gênero e sexualidades, descreveu David Huds (2022) na Revista Raça⁵⁰.

⁵⁰ Saiba mais sobre o coletivo aqui: <https://revistaraca.com.br/artvismo-no-coletivo-afrobapho/>. Acesso em 28/08/2022.

Esses grupos e *“festas e manifestações políticas e culturais que exaltam a liberdade de ser. Não se limitando a espaços físicos. Estar na companhia de outras pessoas trans, negras e dissidentes é estar aquilombada”*, são para Joana representações de “instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra” (NASCIMENTO, 1985, p. 294), que potencializam a sua autodeterminação étnica, sexual e de gênero.

Já me aproximando para colocar uma reticências nesta nossa troca de palavras navalhas doçuras que nos libertam dos nós simbólicos, pedi que as co-autoras deixem uma mensagem para você que chegou até aqui com a leitura deste trabalho. É uma oportunidade de retomar a epígrafe que destaquei na apresentação de Paulett Furacão, quando ela disse que *“o conhecimento vos libertará de qualquer opressão e violência”*.

Esperamos que de fato, este estudo faça efeito na sua vida, nas relações que você estabelecer com travestis negras, seja no âmbito interpessoal como institucional. Nas palavras de Paulett Furacão:

“É importante que a gente tenha acesso ao conhecimento. [...] Então as pesquisas, elas servem como norte para que a sociedade possa evoluir. Evoluir entre os seus, evoluir entre aqueles que são invisíveis, evoluir para aqueles que carecem de visibilidade e das políticas públicas. Então, para essas pessoas que a gente precisa dialogar, precisa falar para esse público, precisa garantir para esse público, para as novas gerações que seremos melhores. E aqueles e aquelas que tombaram pela falta de conhecimento e não há outro caminho que não seja a falta de conhecimento que leva a ignorância, que leva a violência, a gente precisa de uma sociedade melhor daqui há trinta anos eu estarei closando, belíssima como Elza Soares. Oxe! Daqui há trinta anos ainda estou gostosíssima.”

Fui incluída nessa gostosura enquanto pesquisadora e rimos muito juntas:

“Estaremos daqui há trinta anos, quando você estiver doutora e a gente possa revisitar essa pesquisa, que a gente possa debater na UFBA, que será um novo espaço de convivência, com pessoas literalmente 90% preta. Então, essa pesquisa vai servir para que a gente possa apresentar o que foi esse momento político que estamos vivendo, de educação e de resistência para que a gente possa de fato servir de instrumento para essa nova sociedade que está chegando, que está se formando. Acho que o caminho é esse. E o close vai ser garantido daqui há trinta anos.”

Dialogar com Paulett Furacão e Joana Phillippe é, sem dúvida, um oxigênio, o fôlego de esperança neste lugar que decidir ocupar, o de pesquisadora negra cis que transgride coletivamente com narrativas de quem vem da margem da sociedade, arrombando portas, closando como rainhas amefricanas!

Interessante e fortalecedor foi Paulett ilustrando essa projeção sociopolítica nas nossas vidas. Ela diz:

[...]“E para te trazer algo mais concreto para entender, porque parece, ah. Não sei se você viu o vídeo de xuxa há 20 anos atrás (risos), um robô, mulher. Você não viu isso não? Falando do que era esse mundo sem drogas, sem violência, apresentação da natureza, enfim. Um vídeo que seria a perspectiva daquela época para 2026. Só que a gente viu que nada alcançou, diferente do que a gente está vendo os avanços positivamente, com a tv se empretecendo, pouco a pouco se empretecendo. É quando você faz uma pesquisa de graduação com Millena Passos, da época ainda possivelmente não era uma mulher da SPM e hoje tem um projeto de lei com o nome dela que pune LGBTFOBIA. Então isso é grandioso.”

Paulett relembra a pesquisa que realizei em sede de Trabalho de Conclusão de Curso⁵¹, quando dialoguei com a transfeminista Millena Passos no ano 2018. No presente ano, foi aprovado na Assembléia Legislativa da Bahia o Projeto de Lei que, em homenagem e reconhecimento da sua história de lutas pelos direitos das pessoas LGBTQIA + da Bahia, leva seu nome. De fato, precisamos sim projetar possibilidades.

Essa memória afetiva significa para mim que a noite não adormece nos olhos das mulheres negras e jamais adormece nos olhos das fêmeas, como nos assegura a intelectual negra Conceição Evaristo (1996). Precisamos preservar a oxigenação epistemológica e *“mostrar que de fato, daqui há trinta anos terão algum momento fantástico para pessoas trans, quem sabe daqui há 30 anos teremos presidenta trans porque já tem mais querendo concorrer ao congresso nacional, já temos deputada estadual, já temos vereadoras, já temos hoje mulheres que estão se lançando, está em parlamento federal. Então, quem sabe daqui há trinta anos teremos a primeira mulher trans, homem trans presidente do Brasil. Então, nós estamos no meio da história, construindo essa história e seremos aquelas que vão contar, através dos documentos, dos materiais que estão sendo produzidos agora porque nós estamos no início dessa produção. Tudo isso vai servir para essa nova geração poder estudar. O primeiro movimento das pessoas trans, esse primeiro momento de oportunidades, de acesso às políticas públicas. Então, é isso, é close, queridinha! Estamos fazendo história!”* (PAULETT FURACÃO, 2022).

Seguindo essa linha de entendimento, de que sim, estamos fazendo, reescrevendo, ressignificando e potencializando histórias, solicitei que as co-autoras fizessem sugestões de possíveis desdobramentos deste estudo, por compreender que para além da sensibilização,

⁵¹ Disponível aqui: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29099?mode=full>>. Acesso em 28/08/2022.

como disse Paulett anteriormente, é passada a hora de garantir direitos e as pesquisas precisam ser pontes de TRANSformAÇÃO para as pessoas, setores, organizações, instituições formais e informais.

O pedido de propostas de desdobramentos considera a importância de partir para o enfrentamento e combate à transfobia racista, materializada na atual conjuntura política do país, qual impõe o autoritarismo e conservadorismo com declarações abertas de ódio à população LGBTQIA+ e às mulheres cis, negras, com deficiência e outras marcas sociais, além da desvalorização e subfinanciamento da educação pública.

O que desejo deste estudo é que seja uma ponte para desobedecer na prática, pedagogias racistas, machistas, transfóbicas, cisheteropatriarcais. Para tanto, é importante a continuidade de aquilombamento para que a proposta de Joana de realizar *“podcast ou série de vídeos com entrevistas que trazem as vivências de outras mulheres, travestis e pessoas pretas para o centro dessa construção respeitosa de conhecimento”* seja possível. Com certeza quero contar com a sua competência e habilidades para isso.

Assim como Paulett Furacão, também idealizo que o nosso estudo percorra os caminhos da publicação: *“É pensar não apenas na defesa do seu mestrado, mas na publicação porque a gente precisa apresentar, porque são produtos que a sociedade precisa ter acesso e muitas vezes fica engavetado no campo da academia, não sai da academia. É o que acontece com a pós-graduação de Thiffany. Ela transforma em livro. Então, ela expande para outros horizontes a ponto de você, uma mulher cisgênera ter acesso. Então, precisa ser publicado e distribuído. Inclusive, na própria UFBA”*.

Essa maravilhosa co-autora já até projetou as articulações institucionais para ampliar o acesso à nossa pesquisa: *“Vou até pensar em falar com o colegiado da FACED, para fazer rodas de conversa, sabe? Acho que esses trabalhos ficam muito presos e a gente precisa largar”*.

No ínterim dessa conversa, Paulett lembrou de uma defesa de mestrado que assistiu recentemente, onde a autora fez uma abordagem ofensiva à comunidade LGBTQIA+. Ela não detalhou o que foi dito, porém, chama a atenção para um ponto muito significativo e quero registrar aqui porque concordo com ela: *“tem que ter cuidado com aquilo que vai*

publicar, amiga, porque a branquitude quer esse tipo de material para potencializar o racismo”.

Reitera a responsabilidade social que precisa ser atribuída às pesquisas: *“É necessário honrar a falta de possibilidades de acesso às políticas públicas, porque o tempo dela [se referindo à minha avó quando falei da motivação de estudar], que essa sociedade ridícula diz que era um tempo maravilhoso, nada mudou. A diferença é que se tornou visível para a sociedade e isso está assustando porque não tinha internet, não tinha informação na mão a qualquer hora, a qualquer momento, então muita coisa passava batido e as pessoas viviam nas suas ilhas, porque era cômodo viver nas suas ilhas, de “não, a violência não me atinge”. Eu tenho que debater, eu tive acesso. Aí dizem que a escola era maravilhosa. Mas para quem? para minha avó não foi, para a sua não foi, que são mulheres pretas. Então a gente tem que começar a desconstruir essas falas porque isso fortalece o racismo. Como que os outros tempos foram maravilhosos se vivemos mais de trezentos anos de escravidão, sob violências contra uma determinada população. Quem foi beneficiado desse momento dito feliz de um país como o nosso. Então, tudo isso precisa ser repensado, amiga.”*

É nisso que consiste a Pedagogia da Desobediência, em confrontar o modelo educacional vigente, que invisibiliza os atravessamentos de estruturas excludentes e reduz seus impactos nas vidas das pessoas, através de mecanismos epistemológicos convenientes para a manutenção dos privilégios da branquitude (ODARA, 2020).

É sobre pensar *“nessa perspectiva que a gente precisa trabalhar para os próximos 50 anos, irmã que a gente vai tá aqui gostosa e aí eu te incluo também agora nessa gostosura, e a gente vai provando isso através dos documentos que estamos produzindo neste momento. É um momento de produzir através dessa era tecnológica porque não tem mais como você contar que o mundo é bonzinho a partir do momento que você recebe uma pancada de situações, de falta de acessos. A gente tem que ser essa nova sociedade que vai desconstruir o patriarcado e o capitalismo. Se não entender isso, boneca, a gente vai ficar na merda. Eu digo isso pela própria Marina Garlen. Se estivesse viva hoje estaria formada em uma universidade”.*

Através das narrativas de Paulett entendo que os mecanismos epistemológicos excludentes enaltecem uma lógica de universidade sustentada por modelos que não nos alcançam, em termos das nossas necessidades, inclusive em termos de promover acesso ao

emprego e a renda: [...]”*Você vê, as pessoas se formam na universidade e continuam desempregadas, não atuam na área dela. Então há alguma coisa errada ali que precisa ser revista na universidade. Como é que você passa cinco anos produzindo conhecimento e nesse final você não tem retorno do investimento. É como se só a formação fosse dar conta, sendo que a formação hoje, a gente tem doutores, mestrados, graduados que não tá dando conta”.*

Não é por acaso que a co-autora iniciou um curso de Direito, não concluiu e retorna para a universidade através do curso de Pedagogia refletindo que *“não queria adoecer, mas eu vou me formar no momento certo, sem adoecimento, meu corpo já foi muito adoecido pelo processo de transfobia. Eu entendo que tenho um tempo necessário para chegar lá e eu vou chegar com mais conhecimento. Eu não vou chegar nua nesta universidade. Eu já venho com uma bagagem. Eu não vou entrar achando que sou pessoas brancas cis, vou entrar para tencionar a universidade porque ela precisa se transformar e entender os conhecimentos que estamos criando e transformando. A gente só vai modificar a universidade dessa forma, a gente não pode sustentar esses modelos que não atingem a sociedade”.*

Ouvir as co-autoras não tem aqui o interesse de tecer análise quanto às convergências, nem às divergências existentes entre elas. O que proponho é evidenciar o ponto em comum que está no fato de, a partir das suas respectivas trajetórias e experiências de vida, elas imprimem potência política, insurgências, desobediências frente a negação dos seus direitos e às múltiplas violências às quais estão expostas.

E essas trajetórias potentes alcançam e reposicionam pessoas e instituições nas modalidades presenciais, a começar dos próprios bairros onde moram e outros lugares de convivência, onde constroem suas relações sociais, e virtuais, a partir das suas redes sociais que eu acompanho e por lá também aprendo como ser uma mulher cis aliada com os seus propósitos, que também são os meus, no que se refere a garantia dos direitos e viver com dignidade.

Percebo suas redes sociais como espaços de difusão dos seus pensamentos, em consonância com um projeto político social em favor da justiça, da equidade e dos direitos humanos, já garantidos pela Constituição Federal Brasileira, porém, ainda não efetivados no contextos das relações interpessoais e institucionais, conforme as narrativas das co-autoras.

Flávia da Silva Clemente (2019), em seu estudo de doutoramento em Serviço Social, pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, que tem como título “*Novas manifestações de racismo e sexismo contra mulheres negras e contradiscursos das ativistas digitais negras*” avaliou que a internet tem sido “uma mídia relevante na reversão/disputa da incidência dos meios de comunicação de massa, que reforçam e fortalecem os estereótipos racistas, sexistas - e eu acrescento, transfóbico -, estimulando a inserção de mulheres negras nas redes sociais, entre outras ferramentas de comunicação, como estratégia de luta do movimento social” (p.129).

Em diálogo com esse entendimento, vejo que Joana Phillipe e Paulett Furacão potencializam suas existências nas redes sociais garantindo o close já na apresentação das suas mini biografias. Todo conteúdo compartilhado nas telinhas dos celulares, tablets e computadores vibra em força, sabedoria, alegria, beleza, leveza e afeto por si e para além de si nas trocas e interlocuções.

Ao mesmo tempo elas garantem o close na luta, na denúncia contra a transfobia racista, contra o machismo, fazem incidência política, reivindicam e reafirmam seus direitos aos espaços de protagonismos. A partir das suas narrativas e vivências, elas provocam e promovem debates, reposicionam o respeito e reverência à sua autodeterminação de travestis negras.

Exemplo dessa minha fala foi a articulação institucional em diálogo com movimentos sociais LGBTQIA+ da Bahia que a co-autora Joana Phillipe realizou no ano de 2021, com o tema *Diversidade é para ser vivida*, que teve apoio da Plataforma de Supervisão e Atendimento Psicológico e Terapêutico com profissionais negros e LGBTQIA+, a REDES VIVAS, resultante da pesquisa que desenvolveu em sede de trabalho de conclusão de curso na graduação em Relações Públicas da UNEB. (Clica na imagem para assistir):

Imagem 6: Card de divulgação Evento Diversidade é para se viver



Fonte: Rede Social Instagram / Reprodução.

Disponível em <https://www.instagram.com/reel/CU_JrOEFJnO/>.

Para realizar estas lives, a co-autora convidou personalidades LGBTQ+ atuantes nas áreas da Comunicação, Psicologia, Pedagogia, do Direito e do Serviço Social, que compartilharam suas visões de mundo e perspectivas de que a diversidade deve ser vivida, de acordo com o proposto por Joana.

Compartilhando do entendimento de Flávia Clemente (2019), essa articulação feita por Joana pode ser compreendida como ativismo digital, denominação das lutas que as mulheres negras estão imprimindo na internet, como forma de ampliar as possibilidades de organização sócio-política e favorecer a utilização desse universo midiático para propagar as pautas transfeministas (p. 128).

O close de Paulett Furacão sempre é garantido! Dentro do espaço digital, ela compartilha seus closes ao incidir no âmbito das políticas públicas, nos aquilombamentos e nas homenagens⁵² que tem recebido nas Paradas LGBTQs dos municípios baianos, por sua representatividade no contexto das lutas históricas em favor destas comunidades.

⁵² Assista aqui:<<https://www.instagram.com/p/Ch1-EDwAZuj/>>; <<https://www.instagram.com/p/Ch19Z-fg5sE/>>. Acesso em 30/08/2022.

Falando em Parada LGBT, é importante lembrar que este é um movimento político relevante que potencializa o orgulho destas comunidades de ser quem são, tendo a sua primeira manifestação brasileira realizada em junho de 1997, na Avenida Paulista. Segundo registros do *Observatório G*, inicialmente foi denominada *Parada do Orgulho GLT - Gays, Lésbicas e Travestis*.

Ainda considerando esse registro, a Parada LGBT é um movimento com importância histórica que pauta temas atuais, políticos e de relevância social, garantido pelo close, brilho e glamour.

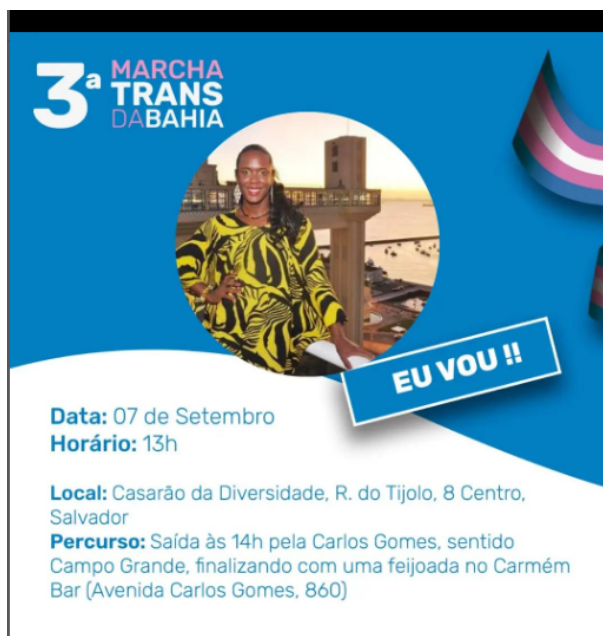
Contudo, embora a Parada LGBT tenha iniciado com uma denominação que pressupõe a inclusão das travestis, segundo a referência acima, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), reflete que devido os temas de interesse das comunidades transexuais e das travestis não serem destacados nas Paradas LGBTs, surge na Bahia a Marcha do Orgulho Trans, protagonizado e organizado por pessoas trans.

Entrei nessa pauta brevemente para registrar que Salvador, o cenário de onde parte esse estudo, sediou a I Marcha do Orgulho Trans no ano 2018, com o tema *Pelas vidas trans, Pelos nomes trans, Pelo Empoderamento. Independência. Não à morte!*, e o evento político tem programação garantida no dia 7 de setembro, em consonância com as comemorações à Independência do Brasil, cuja concentração ocorre no Casarão da Diversidade, localizado no Centro Histórico de Salvador.

Essa Marcha dialoga com o propósito desta pesquisa que está à sua disposição, porque tem como objetivo proporcionar a visibilidade positiva, o empoderamento, o lugar de fala das pessoas transexuais e das travestis e sensibilizar a sociedade baiana sobre seus direitos (ANTRA, 2018).

Neste ano Salvador vai sediar a 3ª Marcha TRANS da Bahia, onde todos os caminhos levarão para a saída pelo bairro Carlos Gomes, sentido Campo Grande, no dia 07 de setembro e, logicamente, Paulett Furacão já confirmou sua presença, porque como ela mesma diz: **“O close é garantido, boneca!”**

Imagem 7: Card confirmação: 3ª MARCHA TRANS DA BAHIA



Fonte: Rede Social Instagram / Reprodução

5. A PESQUISA DE CAMPO E SEUS ATRAVESSAMENTOS CORTANTES E DOCES

Este espaço dá continuidade e aprofunda como se deu o processo para a realização desta pesquisa e as possibilidades alcançadas a partir dela. É importante te contar sobre a escolha do tema, o mapeamento, seleção e abordagem teórica, percurso metodológico, caminhos possíveis, contatos estabelecidos, aproximação com as co-autoras, a relação com a orientadora e o Programa de Pós-graduação, os movimentos de idas e vindas no campo para garantir o registro das narrativas dissidentes, percepções, sentimentos, auto cobrança, frustrações, preocupações, desdobramentos e aprendizagens.

5.1 O processo de ORientação: relação inter-racial, escuta, afetos e reflexões necessárias

A primeira vez que ingressei na universidade pública foi por meio do movimento negro Curso Popular de Pré-vestibular Quilombo do Orobu, via sistema de cotas, no segundo semestre do ano 2012. Cursei a graduação em Serviço Social até o ano 2018, em condições não muito diferentes das que me encontro hoje na pós-graduação. Inclusive, de 2015 até minha formação, engravidei, pari, dei uma pausa de um semestre e retomei o curso ainda recém parida. Já era mais uma que compunha a estatística de mulheres negras desempregadas do Brasil, sobrevivendo como bolsista na universidade e sustentada pelo marido, companheiro de todas as horas.

Com uma formação política constituída no movimento negro, através da educação antirracista e popular, pisei em chão acadêmico sabendo que não poderia passar pano para a branquitude, porque mulheres negras como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, professora Ana Célia, Vilma Reis, Paula Libence, Lorena Cerqueira, Verônica Oliveira, Marise, Naurelita, Zezé Pacheco, Daniela Moreira, Vanessa Santos, Lorena Costa e homens negros como Jailton Aleluia, Gilmar Rodrigues, Marcos Paulo Silva, Marivaldo, Paulo Roberto, Rogério Pinto, Vitor Marques, Heraldo Boa Morte e o querido Reginaldo Santos (in memória), já tinham me dado a ideia dos enfrentamentos racistas e machistas que certamente eu travaria neste lugar.

Um dos enfrentamentos estaria relacionado ao momento da escolha do tema do trabalho de conclusão de curso, que ao propor uma epistemologia que considere os atravessamentos étnico-raciais, possivelmente eu teria problemas e/ou dificuldade de encontrar docente que pudesse orientar meu estudo, principalmente se a escolha teórica fosse sob as lentes de intelectuais negras/os.

Pronto, já cheguei sabendo que o babado é forte! Conheci o corpo docente, em sua maioria composto por profissionais lidas como brancas no Brasil e uma incipiente representatividade negra. O que não é diferente na pós-graduação. Tudo como dantes!

Foi em meio a uma mistura de sentimentos, entre preocupação, medos, tensão, insegurança e ao mesmo tempo, com a pegada de quem não abriria mão de desobedecer pedagogias hegemônicas no âmbito da produção de conhecimento que conheci a minha então orientadora, uma mulher cis, classe média, lida como branca no Brasil. Pois é, Valéria Noronha caminha comigo, ORientando meus passos teóricos e metodológicos desde o período da graduação nesta universidade.

Vou te explicar o motivo de incluir esse tópico aqui a partir dessa breve história introdutória que dialoga com o primeiro capítulo deste estudo, onde considerei importante te situar quanto aos atravessamentos vivenciados para que esta pesquisa pudesse chegar até você. Esses atravessamentos também perpassam pela relação construída e desconstruída com quem exerce essa função importantíssima de orientadora e, não menos relevante, demanda também implicar o próprio Programa de Pós-graduação em Serviço Social - PPGSS/UFBA, de onde este estudo parte, afinal, o resultado dessa pesquisa também vai atender aos seus interesses.

O sentido de implicação considera a explicação da Doutora em Educação pela UFBA, Michele Cemin (2021), de que precisamos ultrapassar a negação de uma abordagem implicacional nas pesquisas científicas, para não partirmos do pressuposto de que podemos tratar questões adversas como sendo exclusivamente um problema do outro, sem a possibilidade de compreensão e responsabilização pelo surgimento dos problemas. É uma implicação que consiste em nos considerarmos parte de um todo e contribuirmos para solucionar as adversidades cotidianas em conjunto.

A implicação deslocada para essa proposta que estou abordando é, portanto, como uma forma de desconstrução das ideias hierárquicas, preconceituosas e viabilizadoras de lacunas, que soltam as mãos no meio do caminho.

Nesta direção, desde a primeira qualificação deste estudo tenho mencionado que a Nature Biotechnology (2018) publicou uma pesquisa realizada em mais de 20 países, dentre eles o Brasil, que revelou o quanto estudantes de pós-graduação sofrem de ansiedade e dePRESSÃO, também resultante da pressão para produzir, com pouco ou nenhum apoio financeiro e o mínimo de autonomia causada pelo relacionamento adoeedor com quem orienta as pesquisas.

Os estudos sobre adoecimento dos/as discentes na pós-graduação stricto sensu têm se intensificado no decorrer dos últimos anos. Apesar de um crescimento ainda discreto das pesquisas no Brasil, as produções sobre o tema ainda são incipientes devido à contemporaneidade e complexidade da temática. Outro aspecto relevante a ser destacado, é a escassez de literaturas e estudos mais aprofundados nessa perspectiva analítica (CEMIN, 2021).

Michele Cemin (2021), impulsionada na direção da busca por compreender a formação que gera o processo de adoecimento e estendendo para a cura dos/as discentes que cursaram ou cursam pós-graduação stricto sensu na Universidade Federal da Bahia - UFBA, mostra que

a ansiedade, a angústia, o pânico, a insônia, entre outros, estão entre os sintomas mais agudos e que esta modalidade de ensino causa disputas, cobranças, pressões de variadas frentes e formas, criando um ambiente que vai além da aquisição dos conhecimentos. Um quadro cada vez mais crescente de casos de discentes com os mais variados transtornos psicológicos e físicos como depressão, ansiedade e outras doenças que estão surgindo.

A despeito das relações construídas no contexto da pós-graduação, incluindo corpo docente e discente, este estudo aponta alguns fatores propulsores de desmotivação para fechamento do ciclo na modalidade *stricto sensu*, a saber: Falta de orientação ou orientações com opiniões contrárias à crítica construtiva; • Orientações em grupo e não individualizadas; • Adequação da pesquisa ao que o grupo de estudos já desenvolve, levando muitos discentes a realizarem estudos que não partem dos seus próprios desejos; Cobranças demasiadas por produtividade de qualidade em espaços curtos de tempo; • Não retorno do (a) orientador (a) sobre o material enviado para a sua leitura e análise; • Contatos rápidos e pouco esclarecedores dos (as) orientadores (as); • Orientações sem sugestões bibliográficas que norteiam uma itinerância a ser seguida; • Tarefas cobradas pelos (as) orientadores (as) que não possuem relação com a pesquisa realizada; • Falta de recursos financeiros para se realizar a pesquisa; • Tempo curto para o término da pesquisa, diante as exigências por qualidade impostas; • Concorrência entre colegas de curso.

Segundo a autora, o/a educando/a entra na pós-graduação e se depara com uma série de desafios para os quais nunca esteve preparado e acaba adoecendo, desistindo ou no decorrer do curso encontra estratégias para lidar com as adversidades. É neste ponto das formas estratégicas que caminho para chegar.

Nos capítulos anteriores temos conversado sobre os mecanismos que favorecem uma lógica educacional excludente e adoecedora, você lembra? Pois bem! Conversando com Michele Cemin, fiz um memorial científico aqui na minha cabeça, onde retomo acontecimentos desde o início do mestrado, um programa onde tive a oportunidade de compor a primeira turma, exclusivamente com uma composição de mulheres, em sua maioria, autodeclaradas negras.

Os estudos que ancoram este tópico me fazem voltar no tempo e perceber o quanto sou agraciada por ter construído uma relação saudável, respeitosa, afetuosa, sincera e acolhedora, em uma relação inter-racial com a minha ORientadora. Pode soar contraditório para leituras míopes e até precipitadas, dado o fato de ser eu uma orientanda negra periférica sendo orientada por uma professora com as características de raça e classe da minha orientadora.

Mas é importante reconhecer que nesta relação, Valéria não endossa nenhuma das pesquisas em pauta, ainda que sendo parte dessa estrutura educacional pautada no cientificismo positivista, classificada como ciência que nega históricos de vivências e experiências de atores sociais que pesquisam (CEMIN, 2021, p. 23).

Assim como tudo nesta vida, no âmbito acadêmico não há nada desconectado da história. A autora nos lembra que essa lógica do produtivismo no Brasil data do período oficialmente ditatorial com os investimentos na pós-graduação para viabilizar a concorrência com outras potências mundiais. Projetava-se na ciência e na tecnologia um crescimento econômico que caminhava rumo à modernidade do país.

Em 1951, a CAPES recebeu a incumbência de formar professores para atuar no ensino superior e logo depois passou a acompanhar e avaliar a pós-graduação, causando mudanças na configuração e priorização das ações a serem desenvolvidas pela instituição.

Não pretendo me alongar nessa história, mas posso dizer que foi a partir daí que o bicho pegou, principalmente para nós, estudantes. Resultado disso, são esses estudos que apontam os processos de adoecimentos também causados pelas exigências de produzir conhecimento para elevar a competitividade entre as potências mundiais e o produtivismo através da criação dos Programas de Pós-graduação.

Qual é a problemática? os atravessamentos de formas educacionais mecânicas e imediatistas, no entanto, sem uma reciprocidade nas respostas e na atenção; uma tendência à culpabilização do/a estudante por suas condições psicoemocionais fragilizadas diante dos braços cruzados que não buscam viabilizar soluções em conjunto e pelas vias institucionais, é cada um e uma por si, para juntar seus cacos e seguir adiante; enaltecimento e superproteção dos egos e vaidades; levantamento de indicadores das condições socioeconômicas e subjetivas de estudantes, exclusivamente para alimentar um banco de dados, sem qualquer encaminhamento que possibilite reduzir danos materiais e imateriais no contexto dos estudos; um corre-corre para alimentar uma Plataforma, sem atentar para os processos de adoecimentos desencadeados na relação orientanda/o-orientador/a, sem prestar atenção nas falas que aprofundam as feridas e não ajudam a cicatrizar-las, porque já estão abertas por diversos acontecimentos em paralelo aos estudos.

Consequentemente, fragiliza e fragmenta as relações; implica no sentimento de não pertencimento de um lugar; faz com que em um grupo de estudantes composto só por mulheres, um professor desestabilize uma delas emocionalmente e as outras nada fazem porque ali já se estabeleceu o entendimento de que cada qual assuma sua onda, ainda que a

pauta mais tarde seja entendida como de interesse coletivo - para algumas -; impacta na possibilidade de construções coletivas com a qualidade devida; provoca um distanciamento que coloca este/a discente na condição de mero/a cumpridor/a de obrigações, de exigências que não tem alternativa de dizer não, exceto, por meio da exclusão universitária, para não reforçar aqui a ideia camuflada de evasão, o que recairia mais uma vez na culpabilização do indivíduo e não na responsabilização dessa estrutura educacional falida.

É importante atentar para os caminhos que os Programas de Pós-graduação têm percorrido em nosso país, que reforça mecanismo de atribuição ao mérito acadêmico e uma ampliada instrumentalização da produção científica (CEMIN, 2021, p. 47).

Refiro-me a uma configuração global de educação superior que toma posse desse termo “superior”, para inferiorizar capacidades e competências de quem está fora desse circuito acadêmico hegemônico, quando regulamenta a exclusão de quem não teve oportunidade de conquistar diplomas universitários, com impedimentos de registrar em ata sua participação em banca examinadora, por exemplo. Basta dar uma lida nos regimentos internos dos Programas de Pós-Graduação para conferir.

No meu entendimento, falando do lugar de quem vem de movimento social e sei da realidade de muitas mulheres negras e homens negros, especialistas em interpretar a realidade brasileira, a partir de bases científicas e das próprias vivências, mas ainda não conseguiram acessar a graduação, o ensino médio, que dirás o doutorado, trata-se de regulamento que ainda não ampliou a dimensão dos termos “especialistas de reconhecida competência” e, portanto, materializa a ciscolonialidade no seu fazer profissional e continua limitando os grupos historicamente excluídos de dar passos largos por dentro dessa estrutura opressora, esquecendo a importância de reduzir a distância entre o discurso e sua prática e, esquecendo, sobretudo, as próprias construções subversivas por uma sociedade igualitária, equânime e com justiça social, a partir do seus próprios corpos-territórios.

Precisamos vencer a pauta da arrogância e dos egos para ampliar o olhar para a relevante e necessária construção dos movimentos sociais, por uma educação inclusiva e diversa, visto que tem bagagem suficiente para tecer considerações e avaliar estudos científicos que centralizam narrativas dissidentes. É uma questão de coerência! É uma questão de pegar a visão para as práticas implicitamente excludentes, porque não assinar uma ata nesses termos que estou colocando aqui é sim uma via para a desautorização de narrativas dissidentes, uma vez que vivemos em um país onde o papel vale mais do que a palavra de uma pessoa.

Para além de um papel, uma ata representa memória, história registrada, amplia a visibilidade positiva de quem a assina, é uma ferramenta simbólica, mas também concreta porque viabiliza acessos e também interdições. Se uma ata não fosse tão importante não constaria uma lista no repositório ou plataformas digitais das universidades públicas.

Frente a essa realidade global de fazer ciência no Brasil, que também perpassa pelas relações, concepções e práticas enviesadas frente às diversidades de saberes e conhecimentos, digo com tranquilidade que neste processo de estudos, construir com Valéria uma relação que valoriza o aprendizado nas atividades realizadas em conjunto, interagimos e unimos saberes experienciais, potencializamos nossos conhecimentos, atribuindo sentidos e significados, ensinamos e aprendemos juntas (CEMIN, 2021, p. 60).

Enquanto faço esse registro, minha memória afetiva está aflorada. As lembranças desta relação remetem a nossa capacidade de aquilombamento, quando volto nos vários dias que só em mandar uma mensagem via whatsapp, com poucas palavras ou um áudio em tom baixinho, com voz transmitindo cansaço ou tristeza, imediatamente receber a sua ligação e passamos horas conversando, eu recebendo seu colo, mesmo por telefone, recebendo convites para fazer o que entendi ser minha missão, que é compartilhar palavras navalhas doçuras que libertam, em espaços de relevância para os meus propósitos.

Em nenhum momento nesta relação me senti coagida, inferiorizada, desautorizada, silenciada! Engana-se quem protege a ideia racista e sexista de que não pode a subalternizada falar e propor (SPIVAK, 2010). Todas as minhas escolhas teóricas foram acolhidas e selecionadas em concordância com a nossa proposta de trabalho, a defesa que fiz de não abrir mão em ter na banca examinadora uma representação do movimento social de travestis, independente da composição hegemonicamente protegida na academia não foi contestado, embora no Programa, lembro que em uma aula precisei fazer disputa política em defesa dessa representatividade.

É isso! A disputa política já começa a partir da minha própria presença na universidade. Você lembra como foi que fiz a abertura deste estudo, não é? Te contando que até mesmo quando dormimos, as estruturas racistas e sexistas permanecem em movimento para desautorizar corpos dissidentes como o meu em espaços que desde o período colonial leis segregacionistas⁵³ já garantia a ausência e a não participação.

⁵³ Um exemplo que explana essas legislações segregacionistas: https://www.youtube.com/watch?v=7gQwGpqt1_M. Acesso em 29/08/2022.

Aprendi a respeitar meu tempo, as navalhas e doçuras que me atravessam. Então, a essa altura dos meus quase 36 anos, sendo literalmente uma sobrevivente e escrevente em terra que aduba a opressão, demanda adubar a resistência sem perder o afeto. Por isso, não tenho idade para aturar relações opressoras sem nada dizer, sem me posicionar. Afinal, não é para isso também que serve a ciência? Não é este o espaço para diálogos e negociações? Não dá para contrariar a centralidade do próprio estudo, que é potencializar narrativas travestis negras e o meu lugar de fala, que é fazer o barulho com o propósito de TRANSformAÇÃO, que eu já sei que não acontece de forma acelerada.

Além disso, não é toda hora que uma mulher negra ingressa em um mestrado acadêmico. Logo, esse processo não poderia ser doloroso com minha permissão. Jamais seria conivente com isso! O que me ocorreu de ruim e ainda não cicatrizou neste processo não tem uma unha de minha permissão ou vontade e sim, resultantes de condicionalidades estruturalmente compulsórias.

Então, o que quero dizer é que seja generosa/o com você em qualquer ambiente, principalmente no espaço acadêmico, valorize e reconheça sim quem não solta a tua mão e minha orientadora não soltou a minha mão, me abraça sempre com suas palavras e práticas de afeto.

Nesse processo de ORientAÇÃO, te mostramos que é possível atribuir sensibilidade político-afetiva na relação com quem está sendo orientado/a e com quem ORienta, basta querer, basta colocar os egos atrás da porta, deixar em casa, se preciso, porque cada qual, na sua caminhada, sabe dos limites e possibilidades nesta trajetória. Como diz minha avó, “quem sente sua dor é quem geme”. Mas também é sobre ser, sobre a própria essência sensível no existir. Talvez seja por isso que nem todas as pessoas tenham esse alcance.

No entanto, é possível construir amizades na relação orientada, ultrapassar a rigidez e aquecer com gentileza, solidariedade e escuta sensível as friezas no âmbito acadêmico. O rigor científico não pode sobrepor subjetividades. Afinal, estamos construindo, a partir das bagagens que carregamos e encontramos no caminho.

Estamos aqui para registrar que esse processo não pode nem deve ser adoecedor. Nós conseguimos ser flexíveis e compreensivas uma com a outra, entender e acolher o ritmo uma da outra. Nesse processo, ela também adoeceu, perdeu um ente que amava e se manteve firme comigo. Juntas, juntamos os cacos e seguimos!

A flexibilidade em nada compromete a qualidade do nosso trabalho e você mesmo/a, que lê nossos estudos pode admitir se quiser. Há quem esteja lendo esse tópico torcendo o

bico, olhando torto e até me atribuindo qualidades indesejadas e indelicadas. Não tem problema! Veja isso aqui como reflexo da educação que quero e nos permitimos reconstruir! Para além dessa dimensão, é importante dizer que “o branco de hoje não é mais o responsável pela escravidão, mas ele tem a responsabilidade de equilibrar a sociedade em que vive. Ninguém escapa do passado”, assim registrou a psicóloga negra portuguesa, Grada Kilomba (2008).

Portanto, esse nosso encontro-encanto é um movimento de continuidade, entre mulheres que se acolhem, se respeitam e reconhecem suas respectivas responsabilidades sociopolíticas, em favor da reparação dos danos coloniais causados às pessoas negras deste país e isso está para além dos títulos acadêmicos!

Aceita que dói menos!

Obrigada, minha pró parceira!

5.2 Caminhos abertos: desdobramentos, oportunidades e alcances

O educador Paulo Freire já falava da importância de reduzir a distância entre o que se diz e o que se faz. Neste processo do mestrado tenho feito um movimento possível de articulação teórico-prática, principalmente em favor dos direitos humanos de mulheres transexuais e das travestis negras.

Penso ser importante registrar que a compreensão das redes sociais como espaço de disputas me possibilitou mostrar a cara um pouco mais e esta visibilidade intencionalmente provocada abriu caminhos de insurgência, possíveis de compartilhar saberes e conhecimentos adquiridos no decorrer da minha trajetória de militância, acadêmica, profissional, tendo como centralidade o interesse em potencializar as narrativas dissidentes no âmbito das políticas públicas..

Devido a recomendação de isolamento social por conta do contexto de pandemia pelo covid-19, muitas de nós, feministas e transfeministas negras nos articulamos no meio virtual, fazendo uso desse espaço como ferramenta política, para problematizar os elementos que favorecem o racismo, sexismo, transfobia e outras violências, a partir de uma perspectiva interseccional (CLEMENTE, 2019).

Embasada nos debates que problematizam a lógica da cisgeneridade como norma de expressão e vivência de gênero binário, entendi a importância de fazer uso das novas tecnologias da informação, para produzir discursos sociais capazes de contribuir para o rompimento de narrativas que camuflam a ciscolonialidade na atuação profissional, sendo, portanto, reprodutoras de violências e opressões contra pessoas transexuais e as travestis, nos seus respectivos campos de trabalho e sociabilidade.

Retomando o diálogo com a assistente social Flávia da Silva Clemente, a partir da sua tese de doutorado, ela analisou como a comunicação no meio virtual tem sido um campo de oportunidades para que os/as internautas possam acessar e estabelecer diálogos com os nossos conhecimentos - mulheres negras -, contra-hegemônicos, a partir do nosso potencial político e pedagógico de desenvolver discursos antagônicos, trazendo à tona o conservadorismo histórico da sociedade brasileira no âmbito da internet.

Na direção deste propósito, este estudo que produzir por meio de outras mãos e mentes potentes, mesmo em processo de elaboração, anterior à defesa e avaliação da banca examinadora, já tem viabilizado resultados significativos como tema de debates em espaços de relevância científica e social, sendo, inclusive, referenciado e indicado em reuniões temáticas, aulas em universidade pública, a partir dos artigos que elaborei e foram publicados em plataformas virtuais.

Conforme analisou a maravilhosa Flávia Clemente no estudo mencionado, com o avanço e permanência das opressões que nos atingem na atualidade, o meio virtual se configura em estratégia relevante frente a necessidade de revigorar esforços para explicitar e confrontar as violências cisheteropatriarcais racistas.

Contudo, é importante atentar que, conforme a autora, em diálogo com Manuel Castell (2013), há aspectos dicotômicos presentes no espaço virtual: ao mesmo tempo que este espaço apresenta aspectos positivos em termos de aproximação, é também um campo de distanciamento. O que isso significa?

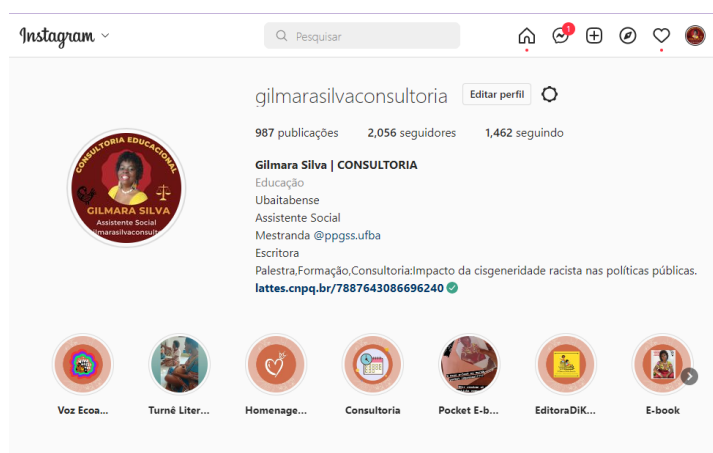
Neste bate papo epistemológico, ambos alertam que possibilita conexões, interação e interlocução entre as pessoas que têm acesso à rede, a nível mundial, no entanto, também nos distancia devido às desigualdades e opressões que imperam nas relações sociais, econômicas e culturais que se reproduzem na realidade virtual (p. 124).

Outro ponto de atenção é a reflexão abordada pela professora Zelinda Barros, que embasa as elaborações da professora Flávia Clemente com o seu artigo “Feminismo Negro na Internet: cyberfeminismo ou ativismo digital” para nos alertar que não podemos desconsiderar a conexão entre o mundo virtual e o real, defendendo que a interação no ciberespaço não elimina as diferenças raciais, de gêneros e de classe, ou seja, está online não suprime as essas diferenças e conflitos, além de gerar ameaças às nossas vidas.

Entendendo estas e outras complexidades em torno do espaço virtual, entendo que diante da impossibilidade de retorno às rodas de conversa presenciais pelas questões sanitárias, tem sido importante, desde o segundo semestre de 2020, ter coragem para, em alguma medida, me expor nesse ambiente virtual, entendendo como um movimento de busca de possibilidades nos dias de destruição, como uma nova configuração de quilombo que evidencia a potência política de mulheres negras, cis, trans e as travestis, frente a negação de direitos e as múltiplas violências.

O espaço virtual não é exclusivamente o lugar para fazer morada e limitar as possibilidades de trocas e construções, mas tem sido significativo e importante os desdobramentos a partir do nosso tema central, desde as prestações de serviços educacionais, as apresentações em eventos científicos com publicações em anais, aos convites para realização de lives, formações, aulas e palestras. Você pode acessar clicando nas imagens abaixo.

Figura 5: Rede Social Profissional



Fonte: Instagram/Reprodução

Figura 6: Canal do YouTube profissional



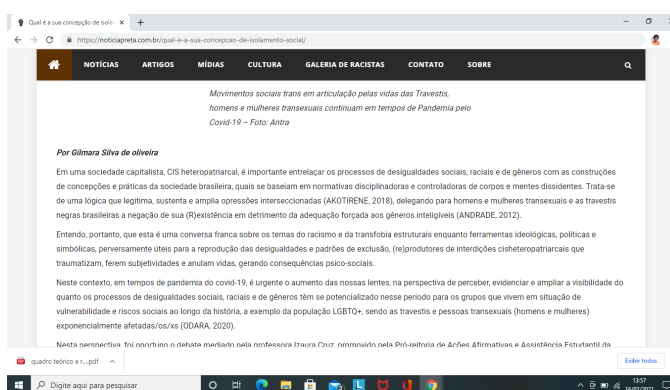
Fonte: YouTube/Reprodução. Disponível em

<<https://www.youtube.com/channel/UCwNuOM8m8gTWsOXTxBatgg>>.

A partir do lugar de pesquisadora e como feminista negra, também foi possível atribuir os saberes e conhecimentos adquiridos neste estudo como Consultora especialista no **Projeto Você me Vira a Cabeça**⁵⁴, voltado para a construção da série que leva o mesmo nome do projeto, para a construção do roteiro sobre a trajetória de vida de uma travesti no âmbito da música.

Resultantes da pesquisa em andamento, publiquei os seguintes artigos:

Figura 7: Publicação



Fonte: Jornal Antirracista Notícia Preta. Disponível em

<<https://noticiapreta.com.br/qual-e-a-sua-concepcao-de-isolamento-social/>>.

⁵⁴Projeto com apoio financeiro do Estado da Bahia, via Lei Aldir Blanc, 2021. Dirigido por Charles Morais e Rafael Oliveira.

Figura 8: Artigo relacionado




Fonte: Revista Feminismos, NEIM/UFBA, 2020.

Disponível em <<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42405>>.


Figura 9: E-book X CINABEH - Vol 01

Artigo
E-BOOK X CINABEH - Vol 01



ESTE BARULHO TE INCOMODA?!
POTÊNCIA POLÍTICA DE TRAVESTIS
NEGRAS DE SALVADOR FRENTE À
VIOLAÇÃO DE DIREITOS E ÀS
MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS: ACEITA QUE
DÓI MENOS!

Autores

 GILMARA SILVA DE OLIVEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

VALÉRIA DOS SANTOS NORONHA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Sugestão de citação:

OLIVEIRA, Gilmar Silva De et al. **Este barulho te incomoda?! potência política de travestis negras de**

ISBN: 978-65-86901-34-4

Palavra-chaves: TRAVESTI NEGRA, MOVIMENTOS SOCIAIS, CISC-ENERGIDADE, DIREITOS SOCIAIS, PALAVRAS-NAVALHAS-DOÇURAS
Comunicação Oral (CO)
ST OS: Transfeminismos e demais Protagonismos Transvestigêneres
Publicado em 22 de abril de 2021

Fonte: Editora Realize, 2021. Disponível em

<<http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/75189>>.

Figura 10: Anais V Seminário Internacional Desfazendo Gênero

Artigo
Anais do V Seminário Internacional Desfazendo Gênero



ANALIS de Evento
ISSN: 2447-2190

CISGENERIDADE: IDENTIDADE DE GÊNERO OU A MATERIALIZAÇÃO DA NECROPOLÍTICA CONTRA CORPAS DISSIDENTES? ENTRE NAVALHAS E DOÇURAS, TRAVESTIS NEGRAS LUTAM CONTRA A TRANSFOBIA RACISTA!

Autores

GILMARA SILVA DE OLIVEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

VALÉRIA DOS SANTOS NORONHA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Sugestão de citação:

OLIVEIRA, Gilmara Silva De et al. Cisgeneridade: identidade de gênero ou a materialização da necropol contra corpos dissidentes? entre navalhas e doçuras.

Palavra-chaves: TRAVESTIS NEGRAS, CISGENERIDADE, NECROPOLÍTICA, PALAVRAS-NAVALHAS-DOÇURAS, DIREITOS

Comunicação Oral (CO)

ST 08: Combinarem Nós Matar, Mas Nós Combinamos Não Morrer: Trocas De Saberes Resistentes.

Publicado em 07 de dezembro de 2021

Fonte: Editora Realize, 2021. Disponível em

<<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/79272>>.

6 CONSIDERAÇÕES DELIBERADAMENTE INCONCLUSAS

Estou denominando este último capítulo de considerações deliberadamente inconclusas fazendo referência ao próprio significado da palavra: adjetivo de que não se concluiu, não foi terminado algo, inacabado, incompleto, segundo o dicionário online.

E é sobre isso mesmo. Na medida que escrevo esse estudo, percebo vários outros temas possíveis de desmembramentos, aprofundamentos, continuidades, retomadas e reiniciações. Em concordância com as considerações da minha banca examinadora babadeira, ainda tenho muita história para contar e entrelaçar com este tema que se tornou minha prioridade de estudos e trabalho.

Dentro do que foi proposto, posso considerar que nesta pesquisa te mostrei o interesse central, voltado para potencializar as narrativas de quem, ao mesmo tempo que são pessoas comuns, vivendo em lugares comuns e fazendo coisas comuns, são personalidades importantes pela capacidade de provocar reposicionamentos sobre si e para além de si, considerando a relevância da autodeterminação de gênero, a partir de uma perspectiva interseccional, amefricana, quilombola e travestilizada, em diálogo com a proposta de potência política abordada pelas autoras Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Thiffany Odara..

Aqui foi uma oportunidade para trocarmos palavras navalhas doçuras com intelectuais negras, cis e travestis, para falar numa boa com essa sociedade ultrapassada em suas concepções e práticas CISopressoras.

Na nossa conversa te mostrei que nós, mulheres negras, cis, trans e as travestis somos condicionadas a fazer o barulho que for necessário em favor dos nossos acessos, permanências e saídas dignas dos espaços, lidos como exclusivos de quem já goza de privilégios neste país. O povo mexe com a nossa língua porque gosta!

A partir da minha trajetória pessoal, ativista e acadêmica, te situei quanto ao meu interesse em abordar o tema em pauta, pelos incômodos que me causaram frente aos indicadores de violências, negligências e violações de direitos sofridos pelas travestis negras na cidade de Salvador e no Brasil, evidentes desde os questionamentos e reprodução de transfobia de pessoas do meu convívio social aos demais espaços onde as travestis negras estabelecem suas relações sociais.

A partir das narrativas das coautoras fica evidente que as navalhas e doçuras são compreendidas por perspectivas que se aproximam e se distanciam, mas não tanto, demonstrando que cada vivência, ainda que ambas se autodeterminam como travestis negras, resguardam suas particularidades, especificidades e singularidades nas suas caminhadas. E esta diversidade nas trajetórias são enriquecedoras, potentes e necessárias para nos ensinar a conviver em uma relação recíproca com respeito e dignidade.

Para pensar a centralidade destas narrativas dissidentes no estudo, percorri e vivenciei caminhos espinhosos que, inclusive, me custou a própria vida, mas também com doçuras, possibilitando aprendizados, amadurecimento intelectual, pessoal e profissional e afiou ainda mais a minha língua para continuar ecoando barulhos que provoquem incômodos em favor da justiça e equidade sociais.

Não mencionei com frequência a minha profissão. Mas gostaria que minhas e meus colegas de categoria profissional tenham abertura e clareza para entender que não adianta passar horas falando com gestores/as e demais atuantes no contexto das políticas públicas sem a humildade intelectual de trocar ideias com potências políticas que super representam os movimentos sociais.

A escuta e a troca sensíveis e intencionadas politicamente possibilitam que sejamos coerentes com aquilo que falamos por aí em relação a fazer valer o nosso Projeto Ético Político Profissional, que tem como propósito, nos instrumentalizar para viabilizar, e quando a estrutura não é tão punk na reprodução do racismo, da transfobia, do machismo e outras

opressões, para garantir os direitos sociais e humanos de grupos historicamente marginalizados como são as travestis negras.

A utilidade pública deste estudo também está no sentido de servir como instrumento, documento importante para coleta de informações necessárias à construção de políticas públicas coerentes com a realidade das travestis negras soteropolitanas. As coautoras falaram de incipiência e inexistência de políticas públicas específicas para elas, a exemplo do próprio direito ao uso do nome social, que apesar das bases legais, elas ainda são interdidas nos lugares por usarem seu nome em acordo com a sua identidade de gênero.

No campo da educação, especificamente do ensino superior, as co-autoras concordam que este estudo é base para repensar práticas excludentes e que colaboram para a perpetuação do silenciamento e/ou invisibilidade de narrativas que não aceitam o enquadramento da ciscolonialidade oculta nos currículos formativos. É preciso rever os projetos políticos pedagógicos dos cursos, propor referenciais teóricos a partir da perspectiva interseccional e que desobedeça as pedagogias que produzem hierarquias étnico-raciais e de gêneros.

Te mostrei que essas hierarquias são construções históricas, que ainda persistem em nossos dias, contudo, as travestis negras carregam heranças, legados marcantes de lutas, insurgências e resistências desde o Quilombo de Palmares. As diversas formas de imprimir resistências são seculares e ancestrais, e estão conectadas, independente do lugar geográfico. Falei sobre isso quando exemplifico com os movimentos sociais protagonizados por travestis, desde a Revolta de Stonewall à Marcha TRANS da Bahia.

As travestis negras Joana Phillipe e Paulett Furacão evidenciam que enquanto uma parcela da sociedade soteropolitana não dão nada por elas, ambas closam lindas e pretas entre a cisgeneridade, potencializando sua capacidade de articulação política, simbólica e representativa, dentro e fora das suas próprias casas, na sua vizinhança e outros espaços onde constroem e desconstroem suas relações sociais.

Dentre esses espaços, o ambiente virtual, através das suas redes sociais, também são palcos de disputas e reafirmação da autodeterminação, onde se aquilombam com outros corpos-territórios para não só reivindicar acessos como também celebrar a vida, vibrar positivamente, beleza e leveza nas suas existências.

Então, reafirmo que este estudo jamais dará conta de esgotar uma discussão tão ampla como essa. Por isso, vou retomar as propostas de desdobramentos feitas pelas coautoras, para que esta pesquisa seja uma ponte de continuidades em favor de potencializar histórias de vidas tão significativas como as que foram narradas aqui.

Que as pessoas e instituições sejam dignas de acessar e ler essas histórias e façam delas seu arcabouço para serem melhores, humanizadas, respeitadas e, sobretudo, que tenham humildade e abertura para sentar e aprender com a pedagogia desobediente, acolhedora, propositiva e estratégica das travestis negras brasileiras.

Se você chegou até aqui com essa leitura, dê este próximo passo acima. Faça isso e verá que “o close é garantido!”

7. REFERÊNCIAS

ANDES. Governo corta R\$3,2 bilhões do orçamento do MEC; Ensino Superior terá corte de R\$1bilhão. Andifes, Maio, 2022. Disponível em

<<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/governo-corta-r-3-2-bilhoes-do-orcamento-do-mec-ensino-superior-tera-corte-de-r-1-bilhao1>>. Acesso em 05/08/2022.

ANASTÁCIO, Márcio. Vitória Trans: STF garante efeitos do PL João Nery. *Jornalistas Livres*. 2018. Disponível em

<<https://jornalistaslivres.org/vitoria-trans-stf-garante-efeitos-do-pl-joao-nery/>>. Acesso em 28/08/2022.

ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. UFCE. Fortaleza, 2012. Disponível em

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131976/tese%20Luma%20Andrade.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

ANPG. *Nota APG UFBA, APG FIOCRUZ, ANPG sobre bolsas FAPESB*. Salvador, 2020.

Disponível em

<<https://www.anpg.org.br/04/07/2020/nota-apg-ufba-apg-fiocruz-anpg-sobre-bolsas-fapesb/>>.

Acesso em 13/08/2022.

ANTRA. *Lançado Dossiê sobre assassinatos e violência contra pessoas trans em 2019*.

Disponível em

<<https://antrabrasil.org/2020/01/29/lancado-dossie-sobre-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2019/>>. Acesso em 31/01/2021.

ANTRA BRASIL. Disponível em <<https://linktr.ee/antrabrasil>>. Acesso em 13/08/2022.

ATRAÇÃO. Carta Aberta com demandas da comunidade transgênero, travesti e transexual ao Governo do Estado da Bahia, à Prefeitura Municipal de Salvador e a outros atores do Poder Público. Salvador, 2022. Disponível em

<<https://drive.google.com/file/d/1sjqk89JdN7nOOoN0TwlAFjv9GMjsBs1R/view>>.

ARAUJO, Francileide. Morre Vida Bruno, historiador, coordenador de Políticas para Cidadania LGBT de Salvador. *Notícia Preta*. 2021 . Disponível em

<<https://noticiapreta.com.br/morre-historiador-e-coordenador-de-politicas-para-cidadania-lgbt-de-salvador/>>. Acesso em 11/08/2022.

BAHIA. *Centro Municipal de Referência LGBT+ Vida Bruno*. Salvador. Disponível em

<<http://www.reparacao.salvador.ba.gov.br/index.php/programas/1731-centro-municipal-de-referencia-lgbt>>. Acesso em 11/08/2022.

BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. DOSSIÊ Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. *ANTRA*. Disponível em

<<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>.

BERTHO, Helena; LIBÓRIO, Bárbara. *Em todas as áreas: como a aliança entre o neoconservadorismo se dá no governo Bolsonaro*. Revista AzMina, 2021. Disponível em

<<https://azmina.com.br/reportagens/em-todas-as-areas-como-a-alianca-entre-neoliberalismo-e-conservadorismo-se-da-no-governo-bolsonaro/>>. Acesso em 10/08/2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde mental e a pandemia de covid-19*. Disponível em

<<https://bvsmis.saude.gov.br/saude-mental-e-a-pandemia-de-covid-19/>>. Acesso em 13/08/2022.

BRITO, Ângela Ernestina Cardoso de; DURÕES, Sarah Jane Alves; GOMES, Emanuella Marques. *Mulheres Negras na Docência do ensino superior: discriminação e resistência*.

Docplayer. Disponível em

<<https://docplayer.com.br/17139092-Mulheres-negras-na-docencia-do-ensino-superior-discriminacao-e-resistencia.html>>. Acesso em 05/08/2022.

CARDOSO, Claudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez.

Debate Colonialidade do Gênero e Feminismos Decoloniais. *Rev. Estud. Fem.* 22 (3). Dez, 2014. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300015>>.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. USP. São Paulo, 2005. Disponível em

<<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>>.

CEMIN, Michele. Formação, adoecimento e cura: a experiência discente na pós-graduação stricto sensu na UFBA. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35317>>. Acesso em 03/08/2022.

CLEMENTE, Flavia da Silva. Novas Manifestações de racismo e sexismo contra mulheres negras e contradiscursos das

CLEMENTE, Márcia da Silva; GARCIA, Antônia. Políticas Públicas em debate: perspectivas interseccionais. PPGNEIM, PPGSS/UFBA, Salvador, 2020. Disponível em <<https://www.facebook.com/109674167540102/videos/180625407074168>>. Acesso em 27/11/2020.

DUCROQUET, Simon; MARIANI, Daniel, RONCOLATO Murilo, TONGLET, Ariel. Mapa racial do Brasil. Nexo. 2015. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/especial/2015/12/16/O-que-o-mapa-racial-do-Brasil-revela-sobre-a-segrega%C3%A7%C3%A3o-no-pa%C3%ADs>>.

Entrevista “E se seu filho fosse cisgênero?”. *Põe na Roda*. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=IUoFRG994tQ>>.

Escritas femininas em primeira pessoa: Coletânea de contos / Maitê Freitas (org.). - 1 ed. São Paulo : Oralituras, 2020.

ESESP. Direitos Humanos: Diversidade sexual e gênero - Módulo I. Espírito Santos. 2020. Disponível em

<<https://esesp.es.gov.br/Media/esesp/Apostilas/Demandas%20Espec%ADficas%20-%202020/Diversidade%20sexual%20e%20g%AAnero.pdf>>.

FIALHO, Letícia. Setembro Amarelo: racismo e exclusão social explicam alto índice de suicídio entre negros no país. Alma Preta. 2021. Disponível em <<https://almapreta.com/sessao/cotidiano/setembro-amarelo-racismo-e-exclusao-social-explicam-alto-indice-de-suicidio-entre-negros-no-pais>>.

FREITAS, Régia Mabel da Silva. O tráfico linguístico. Portal Geledés. 2014. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/o-trafico-linguistico/>>.

FURACÃO, Paulett; OLIVEIRA, Gilmara Silva de; PHILLIPE, Joana. Este barulho te incomoda?! Potência Política de Travestis Negras em Salvador frente à violação de direitos e as múltiplas violências: Aceita que dói menos! PPGSS/UFBA. Salvador, 2022.

GAPA Bahia emite nota de esclarecimento sobre o não repasse da 4ª parcela financeira do CPDD LGBT pela SJDHDS. Dois Terços. Salvador, 2020. Disponível em

<<http://www.doistercos.com.br/gapa-emite-nota-de-esclarecimento-sobre-o-nao-repasse-da-4a-parcela-financeira-do-cpdd-lgbt-pela-sjdhds/>>. Acesso em 27/08/2022.

GERALDI, Corinta Maria Grisolia; GERALDI, João Wanderley; LIMA, Maria Emília Caixeta de Castro. O trabalho com narrativas na investigação em educação. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 31, n. 01, p. 17-44, Janeiro-Março 2015.

GONZALEZ, Lélia, 1935-1994. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa.../Lélia Gonzalez. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018, 486 páginas. 1ª edição.

GOOGLE. Genocídio da juventude negra. Disponível em

<https://www.google.com/search?q=juventude+negra+genocidio+geledes&sxsrf=ALiCzsZFC TABbuEakLvpOy-QGt3vO8fBNO%3A1659619096135&ei=GMfrYv7jB7ar1sQPgcW1gAo &ved=0ahUKEwj-z7_1oq35AhW2lZUCHYFiDaAQ4dUDCA4&uact=5&oq=juventude+negra+genocidio+geledes&gs_lcp=Cgxnd3Mtd2l6LXNlcnAQazoFCCEQoAE6BwghEKABEA pKBAhBGAFKBAhGGABQP1jWCWCiC2gBcAB4AIAbmqKIAZIMkgEFMC41LjOYAO CgAQHAAQE&sclient=gws-wiz-serp>. Acesso em 04/08/2022.

Governo corta R\$3,2 bilhões do orçamento do MEC; Ensino Superior terá corte de R\$1bilhão. ANDES. Andifes, Maio, 2022. Disponível em

<<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/governo-corta-r-3-2-bilhoes-do-orcamento-do-mec-ensino-superior-tera-corte-de-r-1-bilhao1>>. Acesso em 05/08/2022.

GUITZEL, Virgínia. Orgulho TRANS. Poesias TRANS: A arte da resistência. Esquerda Diário. 2016. Disponível em

<<https://www.esquerdadiario.com.br/Poesias-TRANS-A-arte-da-resistencia-I>>. Acesso em 07/02/2021.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. Estudos Feministas. Ano 3, 1995. Disponível em

<<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/10/16465-50747-1-PB.pdf>>. Acesso em 14 de março de 2019.

-----, Bell. Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

-----, Bell. Love as the practice of freedom. In: Outlaw Culture. Resisting Representations. Nova Iorque: Routledge, 2006, p. 243–250. Tradução para uso didático por wanderson flor do nascimento. Disponível em

<<https://cebi.org.br/noticias/bell-hooks-o-amor-como-a-pratica-da-liberdade/>>.

- HUDES, David. ARTvismo no Coletivo Afrobapho. 2022. Disponível em <<https://revistaraca.com.br/artvismo-no-coletivo-afrobapho/>>. Acesso em 28/08/2022.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos: Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*. 2ª edição. Brasília. Dezembro, 2012. Disponível em <<https://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CO NCEITOS-E-TERMOS.pdf>>.
- JÚNIOR, Henrique Cunha. *Críticas ao pensamento das senzalas e casa grande*. Revista Espaço Acadêmico. Nº 150 - Novembro, ANO XIII, 2013.
- KAAS, Hailey. O que é cissexismo? *Transfeminismo*. 2011. Disponível em <<https://transfeminismo.com/o-que-cissexismo/>>.
- LARRAT, Symmy. *Suspensão do CPDD LGBT*. 2020. Disponível em <https://www.instagram.com/p/CCvuSilB18D/?utm_source=ig_embed&ig_rid=6c9444f9-ad42-4fc9-82a5-da13da51c848>. Acesso em 28/08/2022.
- MACIEL, Claudia. *Saúde mental da população negra: profissionais de psicologia explicam efeitos do racismo*. Brasil de Fato. Brasília, 2022. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2022/07/05/saude-mental-da-populacao-negra-profissionais-de-psicologia-explicam-efeitos-do-racismo>>. Acesso em 04/08/2022.
- MATOS, Brenda. *Película Colorida - o documentário*. Salvador, 2022. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=42g6R5vvaRY>>. Acesso em 08/08/2022.
- MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos; PRADO, Guilherme do Val Totelo. Inventário - organizando os achados de uma pesquisa. *EntreVer*. Florianópolis, v. 01, n. 01, p. 137-154, 2011.
- NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, Feminismos Plurais, 2021.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz, 1942-1995. *Beatriz Nascimento: Quilombola e intelectual: Possibilidades nos dias de destruição*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018, 488 páginas, 1ª edição.
- ODARA, Thiffany. *Pedagogia da DESobediência: Travestilizando a educação*. 1ª edição/Salvador - Ba. Editora Devires, 2020.
- OLIVEIRA, Gilmaria Silva de. *Palavras Navalhas Doçuras Libertam!*. 1ª edição, GSOConsultoria, Salvador, 2021.

----- . *TRANSFOBIA, RACISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE DE MULHERES TRANSEXUAIS NEGRAS: transgressão do pensar a partir do âmbito do SUS.*

UFBA, Salvador, 2018. Disponível em

<<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29099?mode=full>>.

OLIVEIRA, Tatiane Moreira Rossini de. População LGBTQI+ e covid-19: a ampliação do abismo das desigualdades. *Carta Capital*. 2020. Disponível em

<<https://www.cartacapital.com.br/blogs/lado/populacao-lgbtqi-e-covid-19-a-ampliacao-do-abismo-das-desigualdades/>>. Acesso em 06/02/2021.

PESQUISA GOOGLE. Giro de notícias violência contra transexuais e travestis na Bahia.

Disponível em

<https://www.google.com/search?q=violencia+contra+travestis+em+salvador&sxsrf=ALiCzsZKX3KYBw7y-8lgVrc-1WD_epydkw:1660400287215&source=lnms&sa=X&ved=2ahUKEwjaoLeKgcT5AhWFBbkGHX75CZgQ_AUoAHoECAEQAg&biw=1227&bih=545&dpr=1.1>.

PINTO, Elizabete Aparecida. Mulheres Negras na Universidade. *Canal Preto*. Disponível em

<<https://www.youtube.com/watch?v=8oaxBho9a94>>. Acesso em 05/08/2022.

PORTAL GELEDÉS. *Desigualdade racial na educação brasileira: um guia completo para entender e combater essa realidade*. Observatório de Educação, 2020. Disponível em

<https://www.geledes.org.br/desigualdade-racial-na-educacao-brasileira-um-guia-completo-para-entender-e-combater-essa-realidade/?noamp=available&gclid=Cj0KCQjwl92XBhC7ARIsAHLI9anMGjDTZur6jihSgrAwn7ZkkHBt-1BNH6xwgZaCFoM4gPiZMEh66gEaAmqkEALw_wcB>. Acesso em 13/08/2022.

REIS, Júlio. Defensoria pede informação da Secretaria Estadual de Direitos Humanos sobre suspensão de atividades de Centro LGBT. *Defensoria Pública da Bahia*. Salvador. 2020.

Disponível em

<<https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/defensoria-pede-informacoes-da-secretaria-estadual-de-direitos-humanos-sobre-suspensao-de-atividades-de-centro-lgbt/>>. Acesso em 28/08/2022.

RODRIGUES, Gilmar dos Santos. *Quilombo do Orobú: experiência de organização popular, formação política e mobilização social promovida pela juventude negra na periferia de Salvador-Ba*. UFMG, 2008. Disponível em

<<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-BD2KN3>>. Acesso em 05/08/2022.

SANTANA, Bruno. *Cisgeneridade*, 2017.

SENNA, Ariane Moreira de. A invisibilidade das mulheres trans nas produções acadêmicas sobre feminismo e a luta das mulheres. *Congresso Abeh*. ISBN: 978-85-61702-57-1.

SILVA, Anunciação. Salvador, eleições 2020: O axé e o candomblé como alegorias da política partidária. *Revista Afirmativa*. 2020. Disponível em

<<https://revistaafirmativa.com.br/3579-2/>>. Acesso em 30/1/2020.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. UFBA, Salvador, 2016. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>>.

SOMÉ, Sobonfu. *O Espírito da Intimidade*. Editora odysseus, 2003.

STONA, José. *O cis no divã* / José Stona, Fernanda Carrion, 1ª edição, Salvador-Ba. Editora Devires, 2021.

VASCONCELOS, Caê. 15 Estados e Distrito Federal se recusam contabilizar violência contra LGBTs. *Ponte*. 2020. Disponível em

<<https://ponte.org/15-estados-e-distrito-federal-se-recusam-a-contabilizar-violencia-contr-lgbts/>>. Acesso em 30/01/2021.

8 APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista Semi-estruturada⁵⁵ (Elaboração própria)

⁵⁵ Prints do formulário em PDF.

Pesquisa Qualitativa para produzir e visibilizar indicadores de potências políticas de travestis negras que vivem em Salvador, mesmo diante da negação de direitos e as múltiplas violências sofridas na capital baiana.

QUERIDA CO-AUTORA, OBRIGADA PELA OPORTUNIDADE QUE VOCÊ CONCEDE À UNIVERSIDADE PARA ACESSAR E ECOAR SUAS NARRATIVAS ATRAVÉS DESTA ESTUDO.

Este formulário representa a confirmação do seu consentimento livre e esclarecido para participar da pesquisa descrita abaixo.

Você está sendo convidada a participar da pesquisa que tem como título "ESTE BARULHO TE INCOMODA?! POTÊNCIA POLÍTICA DE TRAVESTIS NEGRAS EM SALVADOR, FRENTE A NEGAÇÃO DE DIREITOS E AS MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS: ACEITA QUE DÓI MENOS!", desenvolvida por mim, Gilmaria Silva de Oliveira, mulher negra cisgênera, moradora do bairro de Cajazeiras, Salvador - BA, discente de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Psicologia Social, Universidade Federal da Bahia, campus de São Lázaro, sob orientação da Professora Dr.ª Valéria dos Santos Noronha.

É um estudo que NÃO OFERECE GRANA, porém, como contrapartida, abre espaço para pensarmos possíveis desdobramentos que sejam favoráveis aos direitos de travestis da referida cidade, em parceria com a universidade e é voltado EXCLUSIVAMENTE para quem se auto identifica como travesti negra e vive ou transita na cidade de Salvador -BA, a partir de 18 anos.

QUAIS OS PRINCIPAIS BENEFÍCIOS DESTA ESTUDO? Consolidação do compromisso ético e político com as travestis negras, na perspectiva de luta pela viabilidade dos seus direitos; Construção de dados empíricos como insumos para produção político-científicas interseccionais e decoloniais; Ampliação da visibilidade e valorização das narrativas de travestis negras, principalmente que estão fora do circuito acadêmico; Fortalecimento das perspectivas transfeminista e feminista negra como ferramentas analíticas, políticas e metodológicas no âmbito da produção de conhecimento; Contribuir com o tensionamento no processo de planejamento, elaboração, implantação e implementação de políticas públicas local, em uma perspectiva interseccional e decolonial, voltadas para as travestis negras de Salvador.

QUAL O PRINCIPAL OBJETIVO DESTA ESTUDO?

Potencializar as narrativas e trajetórias de vida de travestis negras que vivem ou transitam em Salvador/BA, na perspectiva de reconhecer o caráter político e pedagógico do seu protagonismo, frente à estrutura transfóbica-racista soteropolitana.

21/06/2022 20:53

Pesquisa Qualitativa para produzir e visibilizar indicadores de potências políticas de travestis negras que vivem em Salvador...

QUAL O PRESSUPOSTO? Compreensão de que a partir dos seus próprios corpos-territórios provocam o poder público local a cumprir sua obrigação de garantir seus direitos e desobedecem pedagogias opressoras em favor de relações interpessoais e institucionais sem violências.

QUEM SÃO AS PRINCIPAIS REFERÊNCIAS ÂNCORAS DESTE ESTUDO?

- A perspectiva de Amefricanidade da filósofa Lélia Gonzalez;
- A Pedagogia da DESobediência elaborada pela Pedagoga Thiffany Odara;
- As ORIENTAÇÕES de Aquilombamento da historiadora Beatriz Nascimento;
- As PALAVRAS NAVALHAS DOÇURAS QUE LIBERTAM de minha própria autoria.

VOCÊ É UMA TRAVESTIS NEGRA, VIVE OU SÓ TRABALHA OU SÓ ESTUDA OU ACESSA A CIDADE DE SALVADOR POR QUALQUER OUTRO MOTIVO? CONSIDERA IMPORTANTE PARTICIPAR DESTA PESQUISA? PERCEBE SE ESTE ESTUDO FAZ SENTIDO PARA VOCÊ E PARA A COMUNIDADE TRAVESTIS DESTA CIDADE CINZA QUE TANTO NEGA EXISTÊNCIAS NEGRAS?

SE SUA RESPOSTA É SIM, por favor, preencha este formulário e vamos juntas CONSTRUIR POSSIBILIDADES de acesso às políticas públicas e sociais específicas para travestis negras, principalmente no âmbito educacional, no contexto da capital baiana.

Deixo meus contatos para mais informações e esclarecimentos: Telefone: (whatsApp): 71 98626-3592

E_mail: aceitaquedoimenos2019.2@gmail.com

RAINHA, SE VOCÊ PREFERIR NÃO DIGITAR SUAS RESPOSTAS AQUI NO FORMULÁRIO, ENTENDER QUE É MAIS RÁPIDO, PRÁTICO E ACESSÍVEL MANDAR ÁUDIO PARA MIM NESTE NÚMERO DE WHATSAPP, FIQUE À VONTADE. RECEBEREI COM GRATIDÃO E FAREI A TRANSCRIÇÃO.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações da co-autora participante:

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia (CEP/IPS) da UFBA

Endereço: Estrada de São Lázaro, 197 Federação – Salvador – BA

CEP: 40210.730 – Tel/Fax: 3283-6437 – ips@ufba.br

Rua Aristides Novis, Campus São Lázaro, 197, Federação, CEP 40.170-055, Salvador, Bahia, telefone (71)3283.6457, E-mail : cepips@ufba.br

*Obrigatório

1. Como você quer ser identificada nesta pesquisa? *

2. qual seu e_mail? *

3. Você usa seu nome social em documentos oficiais? Se não, tem interesse em realizar a retificação para adequação de nome e gênero? *

4. Qual a sua idade? *

5. Qual a sua escolaridade? *

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Fundamental completo
- Ensino Fundamental em andamento
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Médio em andamento
- Ensino Médio incompleto
- Sou graduada
- Estou cursando graduação
- Tenho Especialização
- Estou estudando Mestrado
- Já concluir o Mestrado
- Estou estudando Doutorado
- Já concluir o Doutorado
- Tenho curso técnico ou tecnológico
- Estou cursando curso técnico ou tecnológico
- Nunca consegui estudar porque não me sinto acolhida nas instituições de ensino
- Aprendi a ler e escrever, mas nunca tive acesso à escola

6. Qual a sua religião? *

Marcar apenas uma oval.

- Matriz Africana ou Candomblé
- Protestante
- Católica
- Evangélica
- Testemunha de Jeová
- Adventista
- Espiritismo
- Nenhuma
- Outro: _____

7. Qual o seu estado civil? *

Marcar apenas uma oval.

- Casada
- Namorando
- União estável
- Solteira, mas nunca sozinha
- Outro

8. Você tem casa própria? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Moro de aluguel
- Moro em casa de amigos/as/es
- Moro em casa de parente/familiar
- Moro na rua
- Outro: _____

9. Como você se ver em relação a sua raça/cor? *

Marcar apenas uma oval.

- Sou negra/preta
- Sou parda
- Sou amarela
- Sou indígena
- Sou branca

10. Como você define sua identidade de gênero? *

Marcar apenas uma oval.

- Travesti
- Mulher transexual
- Trans Travesti
- Mulher cis

11. Qual a sua orientação sexual? *

Marcar apenas uma oval.

- Heterossexual
- Homossexual
- Bissexual
- Assexual
- Pansexual
- Outras

12. Qual a sua profissão/Ocupação? *

13. Você está cadastrada no Cadastro único para programas sociais - CADÚNICO? *

Marcar apenas uma oval.

- Não
- Sim
- Nem sei o que é isso!
- Não sei como faz. Preciso de orientação

Agradecemos sua participação neste processo de construção e manutenção dos instrumentos gerados em colaboração com o grupo de pesquisa LGBTQIA+ em Salvador...

14. Você recebeu ou recebe auxílio emergencial no contexto de pandemia pelo covid-19? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Recebi cesta básica através de lideranças da minha comunidade
- Eu mesma fiz articulação na minha comunidade para viabilizar assistência emergencial para mim e minha comunidade
- Não. Se não fosse minha família, nem sei como sobreviveria nessa pandemia
- Sim, através de casa de acolhimento de pessoas LGBTs
- Sim, através dos equipamentos que prestam assistência à comunidade LGBTQIA+ de Salvador. Ex.: Casarão da Diversidade

15. Qual o seu meio de sobrevivência? Quais os recursos realiza para conseguir comer, se vestir, pagar contas e outras necessidades? *

16. O que significa para você compartilhar suas narrativas para este estudo que é realizado por uma pesquisadora cis negra, sob orientação acadêmica de uma mulher cis branca? *

21/06/2022 20:53 Pesquisa Qualitativa para produzir e visibilizar indicadores de potências políticas de travestis negras que vivem em Salvador...

17. O que significa ser considerada co-autora dessa dissertação e não objeto de pesquisa? Essa mudança na nomenclatura faz diferença para você? Por que? *

18. O que é ser uma potência política para você? Você se considera uma potência? *

19. O que considera ser NAVALHAS sendo uma travesti negra que vive em Salvador? O que te faz sangrar? O que te fere vivendo em Salvador? *

20. O que você destaca como DOÇURA vivendo em Salvador? Viver nesta cidade te faz sentir realizada? Em que sentido? *

21/08/2022 20:53 Pesquisa Qualitativa para produzir e visibilizar indicadores de políticas públicas de travestis negras que vivem em Salvador...

21. Como você percebe a luta transfeminista na cidade de Salvador? Existe? *
Desconhece? Não se sente incluída? É parte dessa luta?

22. A partir da sua trajetória de vida, como você considera que contribui em favor dos seus direitos e de outras travestis negras da cidade de Salvador?

23. No contexto de políticas públicas e sociais dentro de Salvador, o que você avalia como retrocessos ou deve melhorar para as vidas de travestis negras? Refiro-me principalmente aos campos da educação, saúde, emprego/renda, arte/cultura. *

24. Geralmente, em quais lugares/instituições públicas e/ou privadas na cidade de Salvador seu nome social e/ou outros direitos NÃO é respeitado? Ex.: escola, universidade, trabalho, em casa... *

25. Você já fez uso de algum serviço público que presta assistência exclusivamente para pessoas LGBTQs na cidade de Salvador? Se sim, qual (s)? *

Marcar apenas uma oval.

- Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBTQs - CPDD
- Casa de acolhimento para pessoas LGBTQs
- Ambulatório Transexualizador
- Centro de Referência LGBTQs Vida Bruno
- Não conheço nenhum desses equipamentos
- Nunca ouvir falar desses equipamentos
- Conheço, mas nunca tive acesso aos serviços ofertados
- Conheço, mas nunca fui porque é difícil o acesso. A localização não me favorece

26. Em seu livro "Pedagogia da DESobediência: Travestilizando a educação", Tiffany Odara, Yalorixá, Pedagoga e travesti negra ORienta que é necessário romper com pedagogias que violentam corpos trans e travestis. O que é travestilizar a educação e outras políticas para você? *

21/06/2022 20:53 Pesquisa Qualitativa para produzir e visibilizar indicadores de políticas públicas de travestis negras que vivem em Salvador...

27. O que você considera ser o "aceita que dói menos!", sendo travesti negra que vive em Salvador? *

28. Qual (s) Palavras-Navalhas-Doçuras você quer deixar para as pessoas e instituições que terão acesso a essa pesquisa? *

29. Quem são suas inspirações, suas referências de vida? *

30. Em Salvador, quais espaços de sociabilidade você ver como o seu Quilombo? *
Leia-se Quilombo como espaço de resistências, de lutas, de construção de possibilidades, de diversão...

21/06/2022 20:53 Pesquisa Qualitativa para produzir e visibilizar indicadores de políticas públicas de travestis negras que vivem em Salvador...

31. Esse estudo não oferece grana para você participar. Contudo, entendemos que você tem o direito de sugerir possibilidades de construções coletivas em favor das travestis negras desta cidade em parceria com a universidade, como contrapartidas. Neste sentido, o que você espera, sugere ou indica como possibilidades de desdobramentos desta pesquisa?

32. Gratidão por chegar até aqui! Por favor, deixa seu telefone e_mail para que eu possa entrar em contato com você e contar com sua presença no dia da defesa deste nosso trabalho, prevista para acontecer em Agosto de 2022; receber uma cópia do estudo; continuar o diálogo em outros espaços.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE B

Carta Expositiva para pleitear a bolsa de estudos

Processo seletivo para pleitear bolsa

Carta expositiva

Gilmara Silva de Oliveira

Em 1979 Lélia Gonzalez apresentou a sua análise sobre o desenvolvimento desigual e combinado da sociedade brasileira, na Segunda Conferência Anual do AFRICAN HERITAGE STUDIES ASSOCIATION, pautando que “em um país onde, em termos de mercado de trabalho, a procura é maior do que a oferta e onde existe uma divisão racial do trabalho, a situação da juventude negra é, obviamente, a do setor mais atingido pelo desemprego aberto ou disfarçado. Graças ao racismo e às suas práticas, essa juventude encontra-se numa situação de desvantagem, dentre outros direitos, em termos de educação.

Reiterando essa visão crítica da autora, em 2014, em um tempo nada distante dos dias atuais, mas com um salto cronológico referente ao período supracitado, Tereza Cristina Santos Martins, compreendeu que “o desemprego e/ou suas formas precárias de trabalho não ² atingem igualmente brancos e negros. Ao contrário, o racismo que contribuiu para a construção de uma trajetória do/da negro/a no desemprego, na informalidade e na precarização das relações de trabalho”.

Nesse sentido, é importante ressaltar, concordando com a autora, que tal realidade interfere subjetiva e objetivamente nas condições materiais e sociais das pessoas racialmente discriminadas, visto que o racismo traz em si determinações contundentes, com consequências incisivas na vida da classe trabalhadora negra (p.121).

¹ A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. Acesso em 08-04-2019. Disponível em <<http://www.blackpantherdna.com/2017/10/a-juventude-negra-brasileira-e-questao.html>>

² Disponível em <<file:///C:/Users/luciana.jesus/Downloads/Racismo%20e%20mercado%20de%20trabalho%20Teresa>>

%20Cristina.pdf>.

Essa linha de argumentação não é aleatória, tampouco sem significados. Ao contrário, demarca um lugar de fala, de um corpo negro feminino intelectual sem emprego, que vivencia também as dores desses diversos pertencimentos, com exceção do último, que a mim não pertence, mas me é condicionado para a conveniência do racismo estrutural, nesse caso, pelas vias do desemprego.

Pois bem. Essa mulher de melanina acentuada se chama Gilmara Silva de Oliveira, 32 anos, mãe de uma Rainha chamada Shaira Cristal Silva Teles, 3 anos de idade, esposa de Luciano Teles, pedreiro, tão integrante do exército industrial de reserva quanto eu. Residente na capital considerada mais negra fora da África, no bairro de Cajazeiras 5, nasci no interior baiano chamado Ubaitaba, fui gerada da barriga de Maria Jucirlei de Souza Silva, cujo corpo negro, desde a sua adolescência aos dias atuais reveza sua atuação profissional entre diarista e empregada doméstica “considerada da família branca”, mantenedora das desvantagens em detrimento dos seus próprios privilégios. Meu pai é José Raimundo Nunes de Oliveira, garçom há mais de 20 anos. Neta/filha de criação de dona Maria de Lourdes Nunes de Oliveira, 69 anos, trabalhadora rural da infância à adolescência, lavadora de ganho há mais de 30 anos. Sou a única filha mulher entre os cinco irmãos mais novos.

A minha geração tem, dentre outros aspectos, um ponto em comum que é central: o acesso e permanência no ensino básico de educação foram tombados pela necessidade primeira, se não exclusiva, de dedicação ao trabalho, nas piores das condições. No entanto, na perspectiva de subverter essa realidade outrora vivenciada pelas minhas referências de vida, a luta veio no sentido de me apresentar outras possibilidades, ainda que à época não tenha sido dita dessa forma.

Nesse contexto, essa carta de exposição, para além de justificar o imediato, não se desvincula da memória de minha ancestralidade, visto que ocupar o espaço da universidade pública na modalidade *stricto sensu* não significa alcance de ascensão econômica, mas é, em especial, um retorno simbólico para a mesma. Não é por mérito ou privilégio, e sim por reconhecimento da luta coletiva, pelas diversas mãos dadas.

Ser, até então, a única Mestranda da família é de uma responsabilidade, não no sentido do peso, mas do compromisso em honrar aquelas e aqueles que sempre me honram.. Por isso

mesmo a Sankofa é uma representatividade simbólica, africana, associada ao pássaro de passagem, como uma maneira de dizer que apesar de voar para frente, o olhar é continuamente voltado para trás, para as raízes, para o antepassado que diz muito sobre o que sou e o que venho conquistando ao longo da minha trajetória.

Da educação básica ao nível superior, tenho cursado em instituições públicas, sendo a Graduação em Serviço Social na Universidade Federal da Bahia uma conquista ancorada em dores e delícias, pelas dificuldades concretas para permanência, desde a dependência de transporte público para mobilidade com tarifas nada acessíveis até à impossibilidade de custear materiais de estudo, sem falar da dimensão subjetiva envolvida no processo.

A permanência naquele contexto não muito distante foi possível, sobretudo, via a força do meu esposo, da família do Quilombo Educacional Quilombo do Orobu, do ponto de vista formativo e pela participação, durante um ano como bolsista no projeto de extensão "Diversidade e capacitação no ensino superior", por meio da Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas - PRODEP, cuja proposta foi promover o seminário voltado para o intercâmbio de idéias e experiências relacionadas à promoção da acessibilidade e à equidade étnico-racial e de gênero no setor público.

Realizei estágio não-obrigatório em Serviço Social como bolsista na Secretaria da Saúde da Bahia - SESAB, na Área Técnica da Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT, cuja experiência influenciou enveredar a pesquisa bibliográfica com recorte transexual para a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso. Foi uma rica oportunidade de conhecer de perto, ainda que brevemente (1 ano), a administração da máquina pública por meio da Política de Saúde.

Durante a trajetória acadêmica participei de debates temáticos relevantes para a formação pessoal e profissional, em seminários, rodas de conversa e encontros estudantis, por meio do Movimento Estudantil de Serviço Social - MESS, tanto promovidos por nosso Centro Acadêmico Mãe Preta - CASS MÃE PRETA quanto por outras instituições, sendo a representação estudantil na instância do Colegiado uma experiência singular.

Essas vivências são retomadas, na perspectiva de defesa por uma Política de permanência voltada para o ciclo que se abre, considerando todas as questões e esforços voltados para esse Programa de Pós Graduação. A realidade de desemprego estrutural que acomete a minha vida desde o ano de 2012, quando ingressei na Universidade, me permite compreender a importância da busca por conhecimento, qualificação e aprimoramento profissional e reconhecer a formação continuada relevante para ampliar o olhar, mediante a dinâmica social veloz e, portanto, pensada como uma tentativa importante de acompanhá-la. Paralelo a isso, é uma oportunidade passível de almejar melhores condições de vida por meio do trabalho intelectual, ainda que seja uma conquista a longo prazo.

Nesse sentido, reafirmo que a bolsa tem seu mérito nesse meu lugar de fala, que é de tantos outros lugares e que resguarda seu valor material para que os caminhos traçados não sejam tão dolorosos. Não busquei esse espaço para adoecer, e sim para contribuir para um projeto de sociedade justo, equânime e igualitário, do ponto de vista do acesso aos direitos. Nesse sentido, o direito à permanência perpassa pelo quesito renda, visto que só é possível dedicação exclusiva nessa modalidade acadêmica quando se goza de privilégios, o que não é o meu caso.

Pelo contrário, ao tempo que a pós graduação é uma contribuição qualitativa extremamente importante para o Serviço Social Baiano, do ponto de vista coletivo, é também para muitas realidades de vida como a minha uma subtração cotidiana, do ponto de vista financeiro.

Portanto, requer considerar as condições concretas para permanência, cujo mérito por classificação é limitante e restrito, que, embora seja o critério de maior peso nessa seleção, é importante pensá-lo como passível de reflexão no bojo de um Programa de Pós Graduação que propõe o trabalho intelectual pensante, propositivo e interventivo, na perspectiva da diversidade universal, ou seja, sem perder de vista as particularidades e complexidades nela existente e das sujeitas sociais envolvidas. Tal diversidade inclui assim corpos e mentes negras selecionadas para produzir conhecimento ao mesmo tempo que luta diuturnamente contra o desemprego estrutural, condicionadas a viver na informalidade.

Então, fechar os ciclos do sonho no espaço acadêmico perpassa muitas vezes pela queda de

braço, pela disputa de poder, mas que não deve ser paralisante. Por essas e outras questões, deixo aqui o convite para pensarmos esse debate como relevante, de modo a repensar uma seleção de acesso a um direito que não deveria passar pela peneira seletiva, que é justamente acessar, permanecer e concluir o ensino superior público e com dignidade.

Para além de uma carta expositiva, isto aqui representa o meu posicionamento político e indignação com as injustiças, que obriga pessoas pobres a expor vulnerabilidades historicamente produzidas por uma sociedade racista e sexista como a brasileira, sendo, de alguma forma, suave com um Estado que pega pesado e não cumpre com sua obrigação de investir na ciência. É lembrar do convite pelo educador Paulo Freire, de que é urgente a necessidade de reduzirmos a distância entre o que falamos e o que fazemos, quando discursamos sobre direitos humanos e sociais. A mudança deve começar dentro de casa!

Salvador, 09 de Abril de 2019

9. ANEXO

ANEXO A: Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁵⁶

I - INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título da pesquisa: ESTE BARULHO TE INCOMODA?! POTÊNCIA POLÍTICA DE TRAVESTIS NEGRAS EM SALVADOR FRENTE À NEGAÇÃO DE DIREITOS E AS MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS: ACEITA QUE DÓI MENOS!

Instituição promotora: Universidade Federal da Bahia - UFBA

Pesquisadora responsável: Gilmara Silva de Oliveira, Assistente Social

CRESS/BA024224 **Endereço:** Quadra 07, Caminho 03, 26, Cajazeiras 5, Salvador/Ba.

Telefone: (whatsApp e ligação): 71 986263592 **E_mail:** silva86gil@gmail.com

⁵⁶ Este documento é o modelo recomendado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Disponível aqui: <<https://ips.ufba.br/modelos-cep-ips>>. Acesso em 16/02/2021.

Atenção:

Você está sendo convidada a participar da pesquisa: **“Este barulho te incomoda?! Potência Política de travestis negras em Salvador frente à negação de direitos e as múltiplas violências: Aceita que dói menos!”**, desenvolvida por **Gilmara Silva de Oliveira**, discente de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia – PPGSS/UFBA, sob orientação da Prof.^a Dr.^a **Valéria dos Santos Noronha**.

Antes de aceitar participar desta pesquisa, é importante que façamos juntas a leitura e compreenda a seguinte explicação sobre os procedimentos propostos. Esta declaração descreve o objetivo, metodologia/procedimentos, benefícios, riscos, possíveis desconfortos e precauções do estudo. Você tem direito de não participar a qualquer momento, seja no decorrer da entrevista, seja no registro das suas narrativas neste trabalho.

Após informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, por favor, assine ao final deste documento identificando seu nome e Registro Geral - RG. Em caso de recusa não se preocupe. Não há obrigatoriedades. A sua participação consistirá em uma entrevista/conversa de forma online em horário de sua preferência, através da plataforma de comunicação por vídeo chamada *Google Meet*. Para tal, elaborei um roteiro com tópicos-guia em que perguntas norteadoras serão utilizadas para dar base à entrevista/conversa. Fica a seu critério respondê-las. Cada co-autora terá sua entrevista gravada para garantir a fidelidade das suas narrativas. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. A duração da entrevista dependerá de você, do seu desejo e confiança em compartilhar suas Palavras-Navalhas-Doçuras relacionadas ao tema deste estudo. Serei sua ouvinte-aprendiz.

Objetivos :

Potencializar as narrativas e trajetória de vida de travestis negras que vivem ou transitam em Salvador/BA, na perspectiva de reconhecer o caráter político e pedagógico do seu protagonismo diante da estrutura transfóbica racista, compreendendo que a partir dos seus próprios corpos-territórios incidem no âmbito das políticas públicas, apesar das limitações produzidas por violências e negação de direitos quais são vitimadas.

Metodologia/procedimentos:

Você encontra aqui um estudo qualitativo, visto a possibilidade de “trabalhar com o universo de significados, motivos, crenças, aspirações, valores e atitudes, o que responde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO; 2000; pg.22). Enquanto parte da minha trajetória ativista-intelectual, pessoal, profissional e acadêmica, a pesquisa tem sido construída a partir do movimento orgânico e em diálogo com pessoas de referência do movimento social LGBTQIA+ da cidade de Salvador, classificado como coerência política e honestidade intelectual para alcançar êxito nos objetivos pré-estabelecidos. Nesta perspectiva, priorizo narrativas de coautoria de travestis autodeclaradas negras, atravessadas por trajetórias de lutas

Endereço: Estrada de São Lázaro, 197 Federação – Salvador – BA
CEP: 40210.730 – Tel/Fax: 3283-6437 – ips@ufba.br

individuais e coletivas, no intuito do reconhecimento da sua condição de humanidade e problematização da cisgeneridade, aqui compreendida para além de uma identidade de gênero, mas que materializa a lógica necropolítica (Achile Mbembe, 2011). Esta disputa de narrativas considera corpos e mentes de travestis negras de dentro e fora do circuito hegemônico acadêmico, desde os trabalhos científicos às suas experiências do vivido (GERALDI; GERALDI; LIMA, 2015). Para tanto, é de relevância social e política trocar umas ideias com travestis negras cujas vivências sejam atravessadas pela superação das estatísticas de analfabetismo, por sambar na cara da transfobia racista ao acessar, permanecer e superar expectativas no âmbito do ensino superior, ocupar espaços de formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas a partir dos seus saberes auto referenciados, pelas experiências vivenciadas por corpos dissidentes sem titulação acadêmica, no entanto, e não menos importante, compreendendo que a produção científica desta é a sua própria vida.

Considerando a importância de preservar a vida e as recomendações da Organização Mundial de Saúde - OMS do contato físico, mas não social, por conta da pandemia pelo covid-19, as entrevistas/conversas serão narradas em encontros online, via plataforma virtual Google Meet com gravação para garantia da fidelidade do conteúdo a ser transcrito, sem a intenção de análise, no sentido de tratativa, e sim de valorização de cada vírgula política e simbolicamente compartilhada. Caso as co-autoras acolham participar da pesquisa, o roteiro de entrevista/conversa semi-estruturada será previamente enviado para o e_mail e/ou outra forma de comunicação (aplicativos de whatsapp, instagram, facebook) que melhor atenda as possibilidades de acesso ao material pelas coautoras, na perspectiva de antecipar os pontos considerados relevantes e otimizar o tempo das mesmas no momento da escuta. Priorizar as

experiências do vivido como método científico se explica pela “possibilidade de entender a vida das co-autoras, penetrar em sua trajetória histórica e compreender a dinâmica das relações que estabelece ao longo de sua existência” (SIMPIDOLA, SANTOS, 2003), relacionada às correlações de forças engendradas nas suas conquistas individuais e coletivas. O resultado do estudo será ancorado em pesquisa empírica, levantamento e revisões bibliográficas predominantemente do pensamento social feminista e transfeminista negro, acompanhamento de redes sociais administradas por organizações e coletivos que defendem os direitos de travestis a nível nacional e local, diálogo presencial (anterior ao período de pandemia pelo covid-19) e virtual com representações de movimentos sociais LGBTQIA+.

Endereço: Estrada de São Lázaro, 197 Federação – Salvador – BA
CEP: 40210.730 – Tel/Fax: 3283-6437 – ips@ufba.br

Justificativa:

Classifico como relevante priorizar as trajetórias de travestis autodeclaradas negras no contexto do seu protagonismo, movimentos individuais e coletivos que realizam, por entender que em tempos que se mata travestis e pessoas transexuais no Brasil por determinação da transfobia racista, é imprescindível trazer para a superfície dos debates do Serviço Social, em particular, e da sociedade brasileira, de modo geral, o caráter político e pedagógico das lutas travadas por corpos e mentes dissidentes (ODARA, 2020), visto as categorias que estruturam e influenciam a formação e as experiências profissionais vivenciadas no cotidiano do trabalho, no tocante a (IN)viabilidade dos seus direitos. Conhecer e ampliar a visibilidade dos impactos sociais positivos do cruzamento das categorias Amefricanidade (Lélia Gonzalez), Quilombo (Beatriz Nascimento), Travestilizar a educação (Thiffany Odara) com as Palavras-Navalhas-Doçuras (conceitos de minha autoria) das experiências do vivido de travestis autodeclaradas negras da cidade de Salvador é também localizar a relevância epistemológica, metodológica e social deste estudo. É sobre a necessária perspectiva interseccional e decolonial para considerar os atravessamentos de gênero, raça e sexualidade no contexto das políticas públicas e nas relações cotidianas, expor, constranger e contribuir para o rompimento de hostilidades acadêmicas que ainda desautorizam narrativas auto referenciadas como teorias. Neste contexto, enquanto pesquisadora negra cisgênera, estou compulsoriamente incluída pelo racismo no grupo das desconsideradas intelectuais (KILOMBA, 2019). Esta argumentação se aplica ao meu entendimento de que não troco ideias com “objetos de pesquisa” e sim com co-autoras dissidentes, quais privilegiam o espaço acadêmico com seus saberes e fazeres únicos e singulares, a partir dos seus lugares sociais marcados pelas navalhas e doçuras de ser quem são.

BENEFÍCIOS: Consolidação do compromisso ético e político com as travestis negras, na perspectiva de luta pela viabilidade dos seus direitos materiais e subjetivos; Contruir dados empíricos como insumos para produção político-científicas contra-hegemônicas; Ampliação da visibilidade e valorização das narrativas de travestis negras dentro e fora do circuito acadêmico; Fortalecer a luta das mulheres trans e cis negras; Fortalecer as Frentes de luta para o rompimento da cisgeneridade patriarcal racista; Contribuir com o tensionamento no processo de planejamento, elaboração, implantação e implementação de políticas públicas em uma perspectiva interseccional e decolonial.

POSSÍVEIS DESCONFORTOS E RISCOS: Possibilidade de expressar emoções como tristeza, raiva, angústia, dada a dimensão subjetiva inerente à memória de processos de exclusão, anulação e morte (física e simbólica) determinadas pela transfobia racista.

DANOS: Incômodo devido ao relato de informações confidenciais, mesmo com a ocultação do nome e de informações que possibilitem a identificação das entrevistadas, caso as mesmas assim desejem.

METODOLOGIA/PROCEDIMENTOS ALTERNATIVOS DISPONÍVEIS: Acompanhamento de redes sociais administradas pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA (@antra.oficial); Rede trans do Brasil (@redetransbrasil); Associação Baiana de Travestis, Transexuais e Transgêneros (@atracao_ba); Casa de Acolhimento e Cultura LGTB de Salvador (@aurora_casalgbt); utilização dos métodos de pesquisa de campo via plataforma virtual Google Meet.

CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES: As narrativas serão utilizadas para fins da pesquisa.

COMPENSAÇÃO/INDENIZAÇÃO: Não se aplica. Este estudo não oferece valor monetário.

OUTRAS INFORMAÇÕES PERTINENTES: O resultado dessa pesquisa não será engavetado e não se configura como um produto que cumpre exclusivamente um rito acadêmico, visto que em tempos de articulações de DESgoverno opressor, estudos de relevância social e de enfrentamento aos CISTemas que violentam e aniquilam vidas de pessoas LGBTQIA+, principalmente trans e travestis precisam e devem ser Eticamente combativos, Politicamente (IN)corretos diante das hipocrisias sociais e Profissionalmente democratizados. Deste modo, cabe contribuir para a efetivação do meu Projeto Ético Político Profissional - PEPP do Serviço Social.

“Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia - CEPIPS. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade”.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do sujeito pesquisado

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia (CEP/IPS) da UFBA
Endereço: Estrada de São Lázaro, 197 Federação – Salvador – BA
CEP: 40210.730 – Tel/Fax: 3283-6437 – ips@ufba.br

Rua Aristides Novis, Campus São Lázaro, 197, Federação, CEP 40.170-055, Salvador, Bahia, telefone (71)3283.6457, E-mail : cepips@ufba.br

Obs: Pesquisas que necessitarão análise da Conep, deve-se colocar ainda o endereço e contato da Comissão.

Se desejar, consulte ainda a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep): Tel: (61) 3315-5878 / (61) 3315-5879
E-Mail: conep@saude.gov.br

Nome e Assinatura da Pesquisadora – (pesquisadora do campo)

Contato com a pesquisadora responsável:
Tel.: 71 986263592 (pode ligar ou deixar mensagem no whatsapp)
E-mail: silva86gil@gmail.com

LOCAL E DATA

Eu, _____, RG _____,
concordo em participar do estudo “Este barulho te incomoda?! Potência política de travestis negras em Salvador frente à negação de direitos e as múltiplas violências: Aceita que dói menos!”.